

REVISTA ESTUDOS

# LIBERTÁRIOS

1º SEMESTRE DE 2021 | VOL. 03 Nº 07

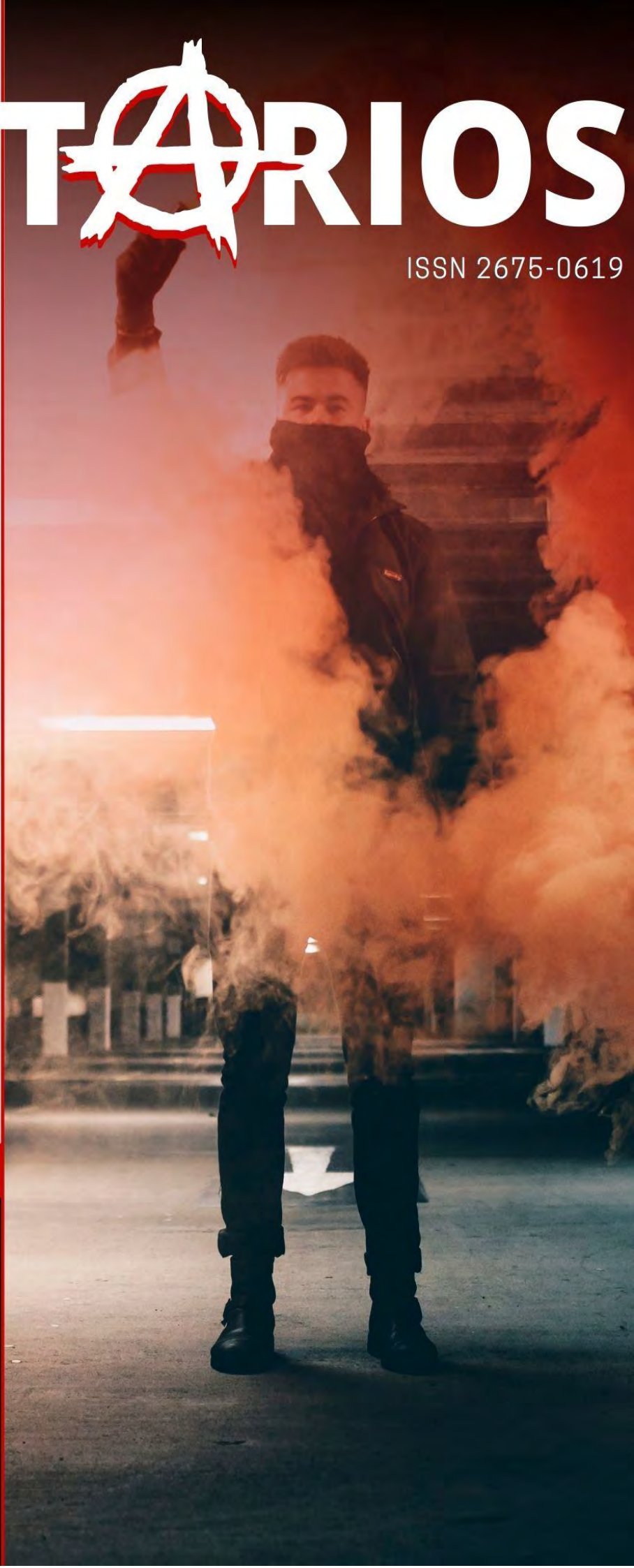
ISSN 2675-0619



ECOLONIAL

ANTIRRACISTA

ANARQUISTA



# ÍNDICE

## 3 EDITORIAL

- Andréa Nascimento
- Wallace de Moraes

## 7 ENTREVISTA

*A implantação do núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas no Colégio Pedro II; um diálogo com Arthur Baptista*

- Rogério Cunha de Castro

## 24 ARTIGO

*Socialismo, conservadorismo e cooperativismo na "revolução pacífica": algumas teses críticas acerca da "economia solidária"*

- Valena Ribeiro Garcia Ramos
- Andrey Cordeiro Ferreira
- Marcello de Moura Coutinho

## 58 ARTIGO

*El peso específico de la cnt en el contexto de los hechos de mayo de 1937: análisis de afiliación sindical de la federación regional de catalunya*

- Gonzalo Berger

## 113 ARTIGO

*A estrutura ocidentalizada da imprensa no Brasil através da transmissão da revolta dos governados de 2013*

- Isadora Gonçalves França

## 140 ARTIGO

*A re-existência do comunalismo e quilombismo: o pré anarquismo brasileiro*

- Isabel Cristina Soares Tebadi Gomes

## 152 ARTIGO

*Política e imprensa anarquista: democracia nas páginas do jornal ação direta (1946)*

- Arthur Guimarães de Oliveira Castro

## 176 RESENHA

*"Semear para colher": educação nas páginas do jornal a voz do trabalhador*

- Beatriz Rodrigues Silvério



# EDITORIAL

ANDRÉA NASCIMENTO

WALLACE DE MORAES

Estamos vivendo um mal que se estabeleceu em nossos tempos. Não somente pela natureza do vírus que nos assombra e que já ceifou a vida de mais de 300 mil brasileiros, mas de um terreno fértil para a proliferação desse mal garantido pelas nossas amplas desigualdades sociais, persistentes em meio a miséria, fome, falta de moradias decentes, de vacinas, leitos e hospitais. Nos termos decoloniais e libertários: racismo, capitalismo e estadolatria. Estes são males que se estabelecem às custas de muitos para benefício de poucos. Quantos de nós ainda precisarão ser sacrificados para que essas violências tenham fim?

Desejamos um mundo pautado por valores anarquistas baseados na solidariedade, na ajuda mútua, no federalismo, na igualdade, na liberdade e na ação direta. Um caminho para a

ruptura com aquilo que nos amarra para o amanhecer daquilo que nos liberta. O caminho para a restauração da nossa humanidade onde somos pelos outros e, assim sendo, por nós mesmos. Somos pela concretização do autogoverno e pela possibilidade de se construir um lugar onde efetivamente a vida humana esteja em primeiro plano. Desejamos superar estes tempos sombrios e que nenhuma vida mais seja sacrificada pelo individualismo egoísta e racista típico dos poderosos da nossa sociedade.

É nestes termos que apresentamos o número 7 da Revista Estudos Libertários. Abrimos a REL com uma excelente entrevista de dois professores do Colégio Pedro II, Rogério Cunha de Castro e Arthur Baptista, sobre a implantação do NEABI e o resgate do valor de intelectuais negros. Simultaneamente, a entrevista possui um

caráter decolonial ao criticar a exclusão, bem como o apagamento, do papel e das histórias de seus alunos e professores negros no colégio.

Seguimos com um artigo de Valena Ramos, Andrey Ferreira e Marcello de Moura Coutinho sobre os meandros da “economia solidária” no Brasil como parte dos princípios da economia de mercado. Assim, os autores estabelecem uma grande diferenciação com relação aos princípios do cooperativismo de base sindical associados a movimentos sociais e autônomos, colaborando sobremaneira para uma visão anarquista sobre o assunto.

Nosso segundo artigo escrito pelo espanhol Gonzalo Berger, intitulado: “El peso específico de la CNT en el contexto de los hechos de mayo de 1937: análisis de afiliación sindical de la Federación Regional de Catalunya”, trata exatamente de um dos contextos históricos mais importantes da luta contra o fascismo e por liberdade de cunho anarquista na Europa. Assim, o autor analisa a força sindical da CNT durante os meses posteriores a maio de 1937. Fortemente documentado, o artigo deve interessar não só a estudiosos sobre o papel da CNT na revolução espanhola, como também para amantes de

movimentos revolucionários e anarquistas.

Em seguida, Isadora França nos apresenta uma excelente discussão sobre o papel da imprensa na cobertura dos protestos de 2013 no Brasil. Nesse sentido, a autora colabora com força para uma interpretação diferente daquelas realizadas pela esquerda oficial e ocidentalizada. Aliás, o título do seu artigo é: “A Estrutura Ocidentalizada da imprensa no Brasil através da transmissão da Revolta dos Governados de 2013”. Com base na literatura decolonial e libertária ela joga luz para os maiores protestos da História brasileira, teimosamente negligenciado e/ou desqualificado tanto pela esquerda oficial, quanto pela direita raivosa. Vale muito ler seu artigo.

No nosso quarto artigo, Isabel Tebaldi Gomes também entrelaça as perspectivas decolonial e libertária para análise daquilo que ela intitulou como “A Re-Existência do Comunalismo e Quilombismo: o Pré-Anarquismo Brasileiro.” Ela apresenta os conceitos de comunalismo, anarquismo e quilombismo a partir das resistências dos povos originários e negros. Excelente artigo.

Em artigo posterior intitulado: “O feminismo como crítica ao

colonialismo”, Danubia Almeida resgata o conceito de colonialidade de gênero proposto por Maria Lugones. Ao inserir sua discussão de feminismo e colonialidade do poder, a autora cumpre um papel importante ao criticar o feminismo tradicional branco que não faz a interseccionalidade. Assim, Almeida apresenta um feminismo crítico aos padrões eurocêntricos.

Apresentamos como nosso último artigo, mas não menos importante, a pesquisa de Arthur Guimarães de Oliveira Castro, intitulada: “Política e Imprensa Anarquista: a Democracia nas páginas do jornal Ação Direta (1946)”. Trata-se do nosso segundo artigo sobre papel da imprensa no Brasil, só que agora sobre a imprensa anarquista e revolucionária. O seu mote é entender o debate em torno da chamada, pela literatura convencional,

“redemocratização” no período de 1946. Assim, seu texto apresenta como esse debate foi realizado nos círculos anarquistas do período. Destarte, o autor conclui que “democracia é entendida entre a maioria do movimento anarquista como uma construção política de participação direta e coletiva, distante do modelo representativo predominante nos países liberais capitalistas.”

Por fim, segue a resenha do livro da pesquisadora Célia Maria Benedicto Giglio “Semear para Colher”: Educação nas páginas do jornal A Voz Do Trabalhador” escrita por Beatriz Rodrigues Silvério.

Esperamos que gostem dessa nova edição e avancemos para a luta decolonial e libertária onde o amor e o humano sejam nossas prioridades. Boa leitura!

Saudações Decoloniais e Libertárias!

# ENTREVISTA



## A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS NO COLÉGIO PEDRO II: UM DIÁLOGO COM ARTHUR BAPTISTA

Entrevistador: Rogério Cunha de Castro<sup>1</sup>

Entrevistado: Arthur Baptista<sup>2</sup>

**Rogério Cunha de Castro:** A presente entrevista trata do processo de implantação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no Colégio Pedro II. Nela, abordamos um pouco do cotidiano desse tradicional colégio federal, cuja trajetória se confunde com a história da educação no Brasil.

Fundado em 1837, ainda durante o Período Regencial, o Colégio Pedro II serviu como instituição de ensino dedicada à formação dos quadros que deveriam compor a burocracia do Estado Imperial, atuando ainda como modelo pedagógico para as demais escolas do Império<sup>3</sup>. Com a Proclamação da República, permaneceu funcionando

com o nome de Ginásio Nacional, até que o presidente Hermes da Fonseca, que frequentou seus bancos escolares, restituiu sua designação original em 1911<sup>4</sup>.

Durante o século XX, o Colégio Pedro II manteve seu nome ligado aos diferentes âmbitos da trajetória republicana, contando, entre os integrantes da sua comunidade escolar, nomes como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Washington Luís, José Rodrigues Leite e Oiticica, Afonso Arinos de Mello Franco, Agenor Miranda, Manuel Bandeira, Mário Lago, Luiz Fux, Arnaldo Cezar Coelho e Arlindo Cruz.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pelo PROPED-UERJ e professor titular do Colégio Pedro II, onde leciona no ensino básico e nos cursos de graduação e pós-graduação.

<sup>2</sup> Professor do Colégio Pedro II, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

<sup>3</sup> Fundado durante a regência de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) aos 02 de outubro de 1837, data em que se celebrava o décimo segundo aniversário do Imperador D. Pedro II, o antigo Seminário de São Joaquim foi transformado no Imperial Colégio Pedro II a partir de um projeto realizado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro da Justiça. No contexto do Império, o Colégio Pedro II cumpriu, ao lado de outras instituições relacionadas ao campo da cultura, funções relativas à construção de uma “identidade nacional” consoante aos interesses do estado Imperial.

<sup>4</sup> Na perspectiva de afirmar o novo regime, a campanha republicana rejeitou símbolos e nomenclaturas que evocavam os tempos do Império. Dessa maneira, o Colégio Pedro II, intimamente vinculado à figura do monarca deposto, foi rebatizado com o nome de Ginásio Nacional. Com a consolidação do regime republicano e na intenção de atender uma demanda da comunidade escolar, o presidente Hermes da Fonseca restituiu sua denominação original.

Atualmente o Colégio Pedro II integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, funcionando como um Instituto Federal cuja finalidade deve contemplar a oferta de iniciativas nos campos do ensino, pesquisa e extensão. Contudo, podemos observar, tanto pelas circunstâncias que orientaram a fundação do colégio quanto pelo efetivo de personalidades que participam diretamente da sua história, que sua comunidade negra, ainda que presente em todo o período de funcionamento da instituição, ainda encontra dificuldades para superar preconceitos que penetram no espaço escolar.

Nesse sentido, o processo de implantação do NEABI no Colégio Pedro II permanece em desenvolvimento, atestando as dificuldades da parcela negra daquela comunidade em fazer valer a efetivação das leis 10.639 e 11.645<sup>5</sup>. Para tratar do contexto em que opera a implantação do NEABI no Colégio Pedro II,

conversamos com o professor Arthur Baptista.

Na condição de integrante do departamento de História do Colégio Pedro II desde 1994, o professor Arthur Baptista coordena atualmente a equipe desse departamento no Campus Centro, lecionando no ensino básico e no curso de especialização em ensino de História da África. Além disso, oferece regularmente um requisitado curso de extensão sobre a mitologia Yorubá.

Em nossa conversa, colhida no Campus Centro em 2017, além das circunstâncias que envolvem o estabelecimento do NEABI no Colégio Pedro II em 2013, Arthur Baptista aborda outros temas, tais como as dificuldades enfrentadas pelos servidores e estudantes negros na construção da igualdade, o significado das políticas afirmativas no âmbito educacional e o legado do professor Agenor Miranda<sup>6</sup>, docente do colégio e um dos mais celebrados babalaôs<sup>7</sup> da sua geração.

---

<sup>5</sup> Editadas, respectivamente, nos anos de 2003 e 2008, as leis 10.639 e 11.645 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e culturas africanas e indígenas em escolas públicas e privadas do Brasil e aprimoraram o debate sobre os desafios que sua instituição proporciona para Secretarias, organizações e entidades de ensino, além dos educadores brasileiros.

<sup>6</sup> Professor de latim do Colégio Pedro II, Agenor Miranda Rocha (1907-2004) foi iniciado no Candomblé aos cinco anos de idade, tornando-se um dos mais respeitados babalorixás. Sua trajetória pode ser observada tanto em “Caminhos de Odu” (obra publicada pela Editora Pallas em 1999 e que reúne escritos revisados pelo mestre em 1998) quanto em “Um vento sagrado”, livro de autoria do professor Muniz Sodré que inspirou o filme homônimo de Walter Lima (Brasil, 2001, 93 minutos).

<sup>7</sup> Sacerdote do culto de Ifá.



Com a palavra, o professor Arthur José Baptista, um professor “consequentemente e impertinentemente negro, no sentido de guardar, valorizar e compartilhar nossa herança”:

**Rogério Cunha de Castro:**

Professor Arthur Baptista, quem foi Agenor Miranda e qual o sentido de iniciarmos uma conversa sobre o NEABI do Colégio Pedro II a partir da biografia desse docente?

**Arthur Baptista:** O professor Agenor Miranda foi um homem muito importante na história do Candomblé no Brasil. Ele era herdeiro de uma longa tradição que, no Candomblé, permanece reservada aos chamados Oluôs. Oluô significa “pai do segredo”, que hoje chamaríamos de babalaô. Então, o professor Agenor sempre teve uma vida dupla aqui no Colégio Pedro II. Durante o dia ele era o professor de língua portuguesa, mas ao chegar em casa, sobretudo nos finais de semana, dava consultas na qualidade de babalaô. Babalaô é aquele que manipula os búzios, aquele que manipula o jogo de Ifá.

Na concepção de mundo dos Yorubá, tudo que pode acontecer com você já aconteceu com alguém. Portanto,

a maneira mais provável de saber o que vai acontecer contigo é saber todas as histórias de todas as pessoas que já viveram nesse mundo. A concepção do tempo entre eles não é linear, é cíclica, e todo esse conhecimento ancestral africano, o professor Agenor Miranda possuía. Aqueles que conviveram com o professor Agenor sabiam dessa vida dupla. Essa vida “no santo”, por assim dizer. Vida que ele nunca assumiu publicamente. Segundo esses testemunhos de época, ele sempre foi um professor muito tradicional, dentro daquilo que se entende por “tradicional” no Colégio Pedro II.

Penso que cultivar a memória do Agenor Miranda é resgatar uma dívida secular que esse colégio tem com aquilo que chamamos hoje de “outros saberes”. Saberes tradicionais, não europeus. Basta lembrarmos que, em África, para se tornar babalaô você precisa de um esforço de memória sobre-humano. Afinal, é o babalaô aquele que detém, não só os signos do jogo de Ifá<sup>8</sup>, mas todas as histórias relacionadas com esses signos. Nós podemos pensar nos signos de Ifá como os signos do zodíaco. Então o babalaô sabe que, aquele dia e aquela hora em que você nasceu fazem com que você seja regido por um signo de Ifá.

---

<sup>8</sup> Oráculo africano empregado pelas religiões de matriz africana e que permite a comunicação com os Orixás.

Como no zodíaco, você terá características do seu Odu<sup>9</sup>, que irão te acompanhar durante sua vida toda. Imagine alguém que precisa ter na memória ao menos 256 possibilidades de acontecimentos e, para cada uma dessas possibilidades, várias histórias que indicam as razões daquela pessoa estar passando por uma dificuldade e como ela pode sair dessa situação a partir da troca ritual que, no Candomblé, é chamado de “Ebó”<sup>10</sup> ou “Trabalho”.

Agenor Miranda possuía essa sabedoria ancestral, essa técnica de memória, viveu aqui entre nós e, de certa forma, ocultou esse conhecimento do mundo acadêmico no Colégio Pedro II. Se essa escola conserva moldes academicistas hoje, como era no passado?

O Pedro II já teve grande influência na produção acadêmica. Hoje as universidades produzem para o ensino nas escolas, mas até a década de 1970, o Pedro II dialogava com a Universidade. Além disso, também eram muitos professores universitários, professores no Colégio Pedro II.

Resgatar a memória é fundamental em qualquer época, compreender os silêncios também. Acho

que o Colégio Pedro II mantém esse silêncio sobre a memória desse personagem tão importante que é o professor Agenor Miranda.

**Rogério Cunha de Castro:**

Recordo que, certa vez, você mencionou a intenção de trazer para o Colégio Pedro II o acervo do professor Agenor Miranda. Poderia falar sobre isso?

**Arthur Baptista:** Desde que entrei no Colégio Pedro II, no início dos anos 1990, entendi que tipo de escola nós temos, que tipo de tradicionalismo pedagógico nós encontramos aqui. Considero que há um lado interessante nessa tradição, preche de possibilidades de mudança, de inovações pedagógicas.

Essa tradição de cultivar a memória de antigos professores é muito forte aqui. É uma instituição que preza por ter um museu e por ter sido o lugar onde vários ex-presidentes estudaram. Uma escola que homenageia memórias de professores, considerados, ilustres. Temos aqui, na biblioteca histórica, acervo de ex-professores da casa, como

<sup>9</sup> Conceito de origem Yorubá relacionado ao que há de particular no destino de cada indivíduo. Todavia, o Odu remete a um conjunto mais amplo de experiências humanas.

<sup>10</sup> No candomblé, constitui uma oferenda para um Orixá.

o professor Antenor Nascentes<sup>11</sup>, entre outros. Uma espécie de retribuição a tudo o que Antenor Nascentes fez.

Mas o Pedro II guarda apenas a memória daqueles que a instituição entende conveniente guardar. Então temos memórias que “devem” ser cultuadas e outras que “devem” ser solenemente esquecidas.

Trazer o acervo do professor Agenor Miranda será um reconhecimento tardio da escola. Um reconhecimento tardio de um homem que, pelos testemunhos reunidos no documentário sobre sua vida e obra, que procuro sempre exibir em nosso curso sobre a mitologia Yorubá, foi um professor exemplar. Consideremos que não é fácil lecionar em um colégio por cerca de quarenta anos, mantendo sempre a postura de um professor tradicional.

O Agenor Miranda cumpriu sua obrigação pedagógica com o colégio. Porém, temendo ter razão, penso que esse “apagamento” seja proposital. Trazer seu acervo e incorporá-lo à biblioteca histórica, ou homenagear o professor Agenor Miranda, dando a ele o nome de uma biblioteca, seria um reconhecimento necessário e tardio.

Caso esse projeto não vingue, que pelo menos a biblioteca do NEABI possa se chamar Agenor Miranda, numa homenagem a esse grande intelectual orgânico; no sentido da palavra.

Muito antes dos antropólogos estudarem os rituais do Candomblé como observadores “de dentro”, na qualidade de pesquisadores envolvidos com seu objeto de pesquisa, o professor Agenor Miranda já fazia isso, conhecendo muito bem o Candomblé.

**Rogério Cunha de Castro:**

Você mencionou que o professor Agenor ocultou da comunidade acadêmica essa dimensão religiosa da sua vida. Hoje, enquanto implicações da lei 11.645, vivemos a implantação do NEABI, do curso de extensão sobre a mitologia Yorubá, que você ministra, além de uma especialização em ensino de História da África. Numa comparação entre a época do professor Agenor (meados do século XX), e o tempo presente, o que mudou no cotidiano escolar para a parcela negra da nossa comunidade?

**Arthur Baptista:** Eu costumo dizer para os alunos que o Pedro II sempre foi um colégio público, mas não necessariamente popular. Ser um colégio

---

<sup>11</sup> Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) foi um estudioso da língua portuguesa, autor de diversas obras sobre filologia e etimologia, entre as quais se destaca o “Dicionário etimológico da Língua Portuguesa”, publicado em 1932.

público não significa ser popular, sobretudo se considerarmos que o colégio foi fundado numa configuração social em que a educação não era considerada como parte de uma formação republicana e universal. Nunca investimos na educação o que deveríamos investir, enquanto parte de um projeto de Nação. Temos um povo expectador do processo político, tanto em sua fundação quanto em sua condução.

A educação é um meio de promoção da igualdade, ao menos formal, entre as pessoas. Os pobres, os oriundos das classes populares e os negros sempre ocuparam um lugar no Pedro II. Não é incomum encontrar, nos antigos quadros de formandos que adornam os corredores do Campus Centro, a presença de um ou dois alunos negros. A presença do negro no Pedro II não é recente. Claro que, recentemente, nós tivemos um ingresso maior de estudantes negros.

De fato, o colégio se popularizou. Segundo o antigo reitor [Wilson Choeri], popularização “rimava” com a entrada de negros no Pedro II. Ele dizia que foi responsável pelo “amorenar” da escola. Que a escola ficou muito mais “morena” depois da sua gestão. Isso remete a uma espécie de “bondade” das nossas elites intelectuais.

Ao mesmo tempo, os últimos dez anos foram muito férteis nessas experiências. Não apenas na presença de alunos negros aqui, mas na organização de coletivos de alunos negros, de coletivos de professores interessados no cumprimento da Lei 11.645. O próprio NEABI representa essa demanda; essa luta. O NEABI surgiu num momento em que a lei completava dez anos e eu acho muito tardio para um colégio federal, como o Colégio Pedro II, levar dez anos para colocar em prática um só aspecto da lei. Afinal, a criação de NEABI’s era prevista desde 2004 por meio das diretrizes que colocavam em prática a Lei 10.639.

Mas o Pedro II demorou, e ainda demora, para incorporar a temática afro-brasileira e africana no currículo tal como deve ser incorporada. Não é só falar de África, contar a história do continente, coisa que nós ainda não fazemos hoje, mas principalmente entender que reconstruímos a África no Brasil. Qual é a contribuição da cultura africana na formação da cultura brasileira? Não na perspectiva da década de 1930, da fábula das três raças, da contribuição do negro no folclore brasileiro. Não! Estou me referindo àquilo que diz respeito aos valores civilizacionais africanos. Naquilo que tornou possível a vida nos trópicos.

Aquela sabedoria que torna a vida adaptável aos trópicos que o elemento europeu não tinha. Sem o conhecimento dos índios, sem o conhecimento dos africanos a “América” seria uma empreitada impossível!

Trato aqui, portanto, dessa força civilizatória que é o cerne da Lei 11.645/2008, dessa capacidade de inventividade em meio à adversidade, que é tão africana quanto herança dos nossos ancestrais indígenas. Falo de valores de convivência, da ideia do “bem viver”, que o europeu não tem. A ideia da ausência da propriedade privada, de uma sociedade mais fraterna, menos desigual. Costumo dizer aos meus alunos que esses não são valores europeus, são valores ameríndios, são valores africanos. Aliás, indígenas e africanos deram aos brasileiros aquilo que temos de melhor! Não essa tradição do Estado autoritário, essa tradição do patrimonialismo, essa tradição de se apropriar do bem público.

**Rogério Cunha de Castro:** Você mencionou os avanços no âmbito das políticas afirmativas nos últimos dez anos. Entretanto, nos últimos meses, o Estado Brasileiro parece retroceder nesse campo. Qual a importância da autodeterminação dos movimentos sociais e do NEABI, enquanto parcela do

movimento social, para que consigamos preservar o que foi conquistado? Aliás, conseguimos alcançar esse grau de maturidade?

**Arthur Baptista:** Existem algumas armadilhas em que caem os movimentos sociais quando são cooptados pelo Estado. Algumas armadilhas frequentes...

O movimento negro caiu, nos últimos anos, na era dos governos do Partido dos Trabalhadores, nessas armadilhas. Se por um lado algumas demandas do movimento foram atendidas, dentro dos limites que o Estado burguês oferece para as demandas das classes subalternizadas, por outro o movimento perdeu muito da sua espontaneidade, da sua organicidade e da sua capacidade de mobilização para a luta. Parece que a experiência de governo do PT “domesticou” os movimentos. É um preço que se paga pelo reconhecimento institucional do movimento.

A criação do NEAB no Pedro II foi um fenômeno análogo. Naquele momento, para o então Diretor Geral do colégio [Wilson Choeri], criar o NEAB era a resposta institucional para uma demanda legal que o colégio não havia cumprido em dez anos de vigência da lei.

De acordo com minhas pesquisas, a Secretaria de Ensino fez uma única referência à Lei 10.639 em suas reuniões ordinárias com os chefes de departamento. A exceção desse informe, em nenhuma outra reunião aparece nova menção à Lei. Ou seja, a escola tomou conhecimento da Lei, exatamente no ano e no mês que a Lei foi editada, mas não promoveu, de imediato, mecanismos para que fosse implantada. Nesse sentido, a escola não criou o NEABI para ser um núcleo de militância. Criou o NEABI para ser um núcleo de pesquisa. Só que o NEABI acabou sendo gerenciado por pessoas que não conseguem separar a militância da produção intelectual.

Acho que o momento de maior tensão entre aqueles que militam no NEABI e a escola, enquanto instituição, ocorreu na sequência do episódio de racismo no Campus Humaitá. Na ocasião, a coordenadora do NEABI foi inquirida pelo chefe de gabinete da reitoria sob a alegação de que ela não poderia estar numa manifestação por ocupar um cargo de confiança. Portanto, ela teria que escolher entre ser uma militante ou uma pesquisadora. Evidentemente, ela respondeu que não conseguia separar as duas coisas. Disse: “primeiro eu sou uma mulher preta, para depois ser uma pesquisadora e qualquer

outra coisa que o valha”. Como se vê, sempre há uma armadilha pronta para cooptação.

**Rogério Cunha de Castro:** Não é incomum ouvirmos dizer que o Brasil é o país da telenovela. Talvez seja mais adequado afirmar que somos o país do melodrama. Melodrama enquanto narrativa que auxilia o senso comum a formular sobre a realidade. Entretanto, talvez o melodrama ajude mais a fabular do que a compreender a realidade. Em compensação, nos acalanta e permite que pensemos que as coisas talvez não estejam tão difíceis ou ruins quanto parecem. Faço essa introdução para abordar um fato recente que, se não remete diretamente ao melodrama, ao menos “flerta” com sua estética. Refiro-me ao episódio em que a ministra dos direitos humanos, Luislinda Valois, mencionou ser o presidente Temer o “padrinho das mulheres negras”. Como essa afirmação impactou no movimento negro?

**Arthur Baptista:** Eu lembro das lições do mestre Roberto da Matta nesse momento, mais especificamente suas tentativas de explicar o Brasil, o que nos faz ser como somos. Ele remete ao conceito de “sociedade relacional”, uma sociedade onde nem sequer o princípio de democracia burguesa foi consolidado.

Não adianta esperar... Nossa vocação não é a igualdade!

Nossa sociedade foi construída e funciona na lógica da “sociedade relacional”. Tudo depende dos “amigos” que você tem, das “relações” que você tem, dos “padrinhos” que você tem. Parece que a revolução burguesa não ocorreu no Brasil, nem em nível político, nem em nível ideológico. Somos uma história de revoluções abortadas...

Luislinda Valois<sup>12</sup> não torceu a realidade, embora ela não tenha contribuído em nada para o empoderamento e para a autoestima das mulheres negras e o movimento negro como um todo.

O movimento negro nunca foi devedor dessas figuras; muito pelo contrário! Essas figuras sempre jogaram contra a construção de uma sociedade sem racismo. Sempre jogaram a favor de uma sociedade desigual! O racismo é o mecanismo mais importante na manutenção da desigualdade.

Desiguais como somos, quase que por vocação, o racismo é a principal dessas desigualdades. Ele engendra outras desigualdades e, no Brasil, ele não é apenas um subproduto do Capitalismo. O racismo aqui é muito mais do que isso.

Dessa maneira, a fala da ministra é compreensível dentro do quadro mental do que é ser brasileiro, mas é profundamente pernicioso no que se refere à manutenção dessas estruturas, muito paternalistas, que herdamos não só da formação da República como de toda nossa formação social. Toda nossa história!

As mulheres negras não precisam de padrinhos. As mulheres negras já deram mais do que demonstração de que estão sozinhas, sempre estiveram sozinhas, exercendo uma função de manutenção dos lares, do casamento, da manutenção econômica do lar; não é? Isso numa condição extremamente desigual em relação às mulheres brancas! Estão aí os indicadores econômicos à disposição de quem quiser consultar. Não temos como fechar os olhos em relação a isso.

**Rogério Cunha de Castro:** O professor José Pacheco, famoso por sua colaboração com a Escola da Ponte, propõe que um professor será sempre o maior aliado de outro professor. Porém, ainda de acordo com Pacheco, o maior entrave para um professor progressista será seu colega satisfeito com a atual estrutura do sistema educacional.

---

<sup>12</sup> Nascida em Salvador no ano de 1942, atuou na magistratura entre os anos de 1984 e 2011, ano da sua aposentadoria como desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 2017 tomou posse como Ministra dos Direitos Humanos do governo de Michel Temer.

Pensada no contexto da implantação do NEABI, aqui no Colégio Pedro II, essa afirmação encontra sentido?

**Arthur Baptista:** Todo sentido! Costumo dizer que somos reféns de uma visão de história. Fomos capturados por ela e devemos isso à nossa formação acadêmica. Aliás, muito influenciada pelo Marxismo. O Marxismo é uma grande síntese eurocêntrica. Até mesmo os colegas que possuem a mente mais aberta, mais reflexiva, encontram dificuldade em entender o Marxismo como eurocentrismo. Como uma das grandes narrativas que o Ocidente produziu além daquelas que estamos bem acostumados. O Cristianismo é uma grande narrativa. O Marxismo também é. Não da mesma natureza, mas é uma “grande explicação”, uma “grande receita de bolo”, numa definição diante da qual muitos, ainda hoje, “torcem” o nariz.

De fato, somos prisioneiros de uma ideia de História, de uma concepção do que é História. Isso impacta de forma negativa nas tentativas de modificar os currículos. Como mudar um currículo que acreditamos estar correto, uma vez que acreditamos que essa é a maneira certa de “contar” a história? A conquista

que deu algum “acalanto” aos professores que se insurgiram contra a última proposta do currículo nacional, a Base Nacional Curricular<sup>13</sup>, foi o compromisso já acertado com o governo de que a história vai continuar sendo “ensinada” de forma linear e cronológica. Isso deu um alívio para muitos “lobbys” que existem. Sabemos que as Universidades possuem “lobbys”. O “lobby” da história medieval, fortíssimo, como “descendentes” dos gauleses que somos... [risos].

A história antiga é muito importante. Todas as histórias são muito importantes, mas o que eu vi nos últimos meses foram “ilhas de lobbys” universitários pressionando o governo para manter o currículo com a essência que possui. Não precisamos de uma “base” para mudar o currículo, pois ele é formado por uma estrutura da qual não queremos abrir mão. Eu posso compreender o “lugar” de onde vem isso. Posso compreender o sentimento que move o meu colega que não quer abrir mão da história antiga, medieval, moderna e contemporânea.

É difícil abrir mão de temporalidades....

Mas se quisermos entender a perspectiva da transculturalidade,

<sup>13</sup> Referência nacional para a elaboração de materiais didáticos, currículos e propostas pedagógicas da Educação Básica.



precisamos abrir mão de temporalidades. A transculturalidade é diferente do multiculturalismo. Ela pretende construir narrativas a partir de várias visões diferentes. A transculturalidade pretende romper com o universalismo da cultura europeia.

Não é possível que nossos colegas continuem acreditando que a história “parte” da Europa e se encerra ali. Então todos os destinos da humanidade estão encerrados num continente que representa, geograficamente, quatro por cento do planeta. É muito curioso!

**Rogério Cunha de Castro:** As cotas promovem a formação de arquitetos, professores e médicos negros. Mas necessitamos muito mais do que isso. Precisamos de profissionais negros envolvidos com o movimento social. A oferta das cotas, como está posta, contempla essa necessidade? Consegue engajar os estudantes que ingressam na universidade, por esse sistema, na luta?

**Arthur Baptista:** Essa reflexão é muito boa e necessária. Se por um lado as cotas abrem possibilidades para que aumente o número de profissionais negros e, proporcionalmente, a classe média negra, elas não garantem que essa

classe média negra tenha um compromisso com aquilo que chamamos de ancestralidade; de representatividade. O mercado possui estratégias interessantes de cooptação. Não adianta formar mais negros engenheiros e médicos se eles se comportarem como não negros. Como se não tivessem nenhum compromisso com esse embate que é a luta antirracista no Brasil.

A perspectiva que se inclui nessas pessoas ainda é uma perspectiva de mercado. Uma das grandes diferenças da luta dos negros no Brasil e nos Estados Unidos, por exemplo, está no fato de que nos EUA o povo negro chega como comunidade à universidade, não como indivíduo. Então temos aí um dado que muito nos impressiona. Pense você que em 1888, ano da abolição, ano em que William Du Bois<sup>14</sup> estava se formando pela primeira vez, esse grande intelectual negro americano, os Estados Unidos já possuíam 45 Universidades negras. No ano da nossa abolição! Consideremos que nossa primeira grande Universidade é da década de 1920, período em que os EUA contavam com 60 faculdades negras.

Não foram as cotas nos EUA que criaram a classe média negra. As cotas

---

<sup>14</sup> William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) foi um intelectual e acadêmico norte-americano, autor de diversas obras, que dedicou sua trajetória à luta pela igualdade racial.

abriram um caminho para que essa classe média tivesse acesso aos postos que não possuíam antes. Foi a educação que abriu as portas da promoção da comunidade negra. As cotas americanas são tardias, datam da década de 1960. Mas você tem médicos negros americanos muito antes disso. Tem engenheiros negros formados em instituições superiores americanas. Veja que cidadania tardia é a nossa, não é?

Com certeza as cotas são necessárias. Absolutamente necessárias! São meios de produzir equidade em sociedades desiguais, mas não garantem a formação de uma classe média negra consciente daquilo que chamamos de “negritude”. Você pode apenas formar novos profissionais com uma tonalidade diferente em sua cor de pele. Numa sociedade como a nossa, muito influenciada pela ideologia do “branqueamento”, não só o dinheiro pode “branquear”, mas o diploma também.

Penso que movimentos, como o movimento do Frei Davi de pré-vestibulares populares, que fazem com que os meninos entrem nas Universidades sem esquecer de onde vieram, são muito importantes. Ensinar aos meninos que eles continuarão negros, mesmo após a Universidade. Que não poderão apresentar seus

diplomas quando forem parados nas ruas, que não haverá tempo... É muito importante!

Então chegar lá é chegar como comunidade, não como indivíduo. Como indivíduo você é absorvido pelo mercado, mas como comunidade você vai fazer a sociedade pensar quem é você.

**Rogério Cunha de Castro:** Diz-se que, na escola, aprendemos muito mais “os” professores do que os conteúdos que oferecem. Se essa afirmação procede, o que nossos estudantes brancos precisam aprender “nos” poucos professores negros que possuem?

**Arthur Baptista:** Eu costumo dizer que durante boa parte da minha trajetória profissional no magistério, como militante, a gente sempre discutiu muito qual o sentido da nossa “negritude”. Nos últimos anos, agora, tenho pensado de maneira inversa. Ou seja, o que me interessa hoje é discutir o que é a “branquitude”. Quais são as vantagens simbólicas e reais que os brancos possuem em relação aos negros. Como utilizam e se valem delas, consciente ou inconscientemente, nessa grande “máquina” de exclusão que é a nossa sociedade.

Como os brancos lidam com seus privilégios, privilégios dos quais não querem abrir mão, que defendem coletivamente numa espécie de “narcisismo branco”. Repare, por exemplo, como discutir a escravidão em sala incomoda os estudantes negros, mas incomoda igualmente os alunos brancos por outros motivos.

Os alunos negros se percebem enquanto alvo cotidiano do racismo. O aluno branco quer acreditar que racismo não existe! Afinal ele é garantidor de muitos privilégios que esses meninos possuem, e sabem que possuem, desde pequenos. Eles sabem que a mãe deles não precisa ter a preocupação que a mãe do seu coleguinha tem, por serem negros.

Os meninos brancos precisam aprender. Eu acho que é importante, na construção de uma sociedade mais igualitária, que eles entendam que podem abrir mão desses privilégios. Que tenham a consciência desses privilégios e, ao menos, pensem nos privilégios que possuem para que tentem construir uma sociedade que seja menos baseada no privilégio e mais baseada no princípio da igualdade.

Não se combate o racismo apenas com negros. Assim como não combatemos o machismo apenas com mulheres. Interessante que o machismo não é um problema que parte das

mulheres. Elas são vítimas! O machismo é um problema que parte dos homens. Nós temos que incorporar a luta anti-machista. Lembro muito da Chimamada Ngozi Adichie, num livrinho em que escreve: “sejamos todos feministas!”

Não temos saída. Quem criou o machismo não foram as mulheres, assim como quem criou o racismo não fomos nós ao falarmos dele em sala de aula. Não é? O silêncio é o maior aliado do racismo e da perpetuação dos privilégios. Os meninos brancos devem olhar para o professor negro e entender que há espaço para a convivência. Há espaço para o aprendizado. Devem perceber que podem ter acesso a uma cultura que não é exatamente aquela a qual conhece e está acostumado.

O “espírito da lei”, lembrando de Montesquieu, das leis 10 e 11, não é contemplar somente os alunos negros em sala de aula. É contemplar também os alunos brancos ao acesso a uma cultura que ele não possui e é patrimônio universal. É tão importante aprender os conteúdos das culturas indígena e africana quanto é importante conhecer a música europeia. Não temos problema em pensar Bach como um compositor universal. Por que não pensamos Pixinguinha como compositor universal, assim como Carlos Gomes era e provou ser?

**Rogério Cunha de Castro:**

Gostaria apresentar um pequeno trecho de Paulo Freire, para que possamos refletir sobre a nossa capacidade de resistência. Escreveu Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia”: “O que a humildade não pode exigir de mim é a minha submissão à arrogância e ao destempero de quem me desrespeita. O que a humildade exige de mim, quando não posso reagir à altura da afronta, é enfrentá-la com dignidade. A dignidade do meu silêncio e do meu olhar que transmitem o meu protesto possível”. Com base nisso, qual o nosso “protesto possível”? Alcançamos nosso protesto possível? Temos condições de ultrapassar nossos limites atuais?

**Arthur Baptista:** Nosso sistema educacional, já multissecular, nos acostumou a criar uma pedagogia da submissão. Uma pedagogia do silêncio e da submissão. As relações sociais no Brasil são tão iníquas, tão desiguais, tão espantosamente desiguais, que produzimos gerações e gerações de pessoas introspectivas; caladas. Certamente, muito mais entre a população negra. Falar para o negro é rebeldia, na “raiz” da palavra. É ser radical!

Lembro muito das expressões que Fanon utiliza em sua obra. Nossa

identidade não foi construída por nós mesmos. Não existiam negros na África antes da chegada dos europeus, como não existiam índios na América antes da chegada dos europeus. Foram identidades objetivadas por um olhar “de fora”. Então, na educação europeia o “lugar” do aluno, do “sem luz”, é o não falar. É a educação para a submissão, para a conformidade e o silêncio.

Penso que não há saída, se não o nosso protesto cotidiano. Não há saída senão o “viver”. Viver é constantemente se rebelar, falar, verbalizar à nossa maneira. Uma maneira que não é essencialmente europeia. Nós não temos o direito, não temos o privilégio de calar. Os brancos possuem o privilégio de ficar em silêncio.

Quando encontro um amigo judeu que diz ser tão discriminado quanto eu, imagino que ele pode calar sua condição para não ser discriminado. Eu, por outro lado, não posso calar minha condição. Tenho uma imagem “colada” em mim. Paulo Freire nos mostra uma pedagogia outra, do não silêncio, uma pedagogia que se “inconfirma”.

Acho que não temos muitas escolhas. Nossa profissão nos leva a essa condição de afirmar o ser, sempre! Lutar, sempre! Contra toda ideologia que nos conforme ao “não ser”, ao “silenciar”, ao

“obedecer”. Seja ao patrão, seja ao partido ou o líder religioso. A igualdade pode ser uma grande utopia no ocidente, mas na verdade não precisa, necessariamente, ser. A liberdade é um patrimônio que temos e não podemos abrir mão. Lembro de Ki-Zerbo que, em conversava com seus colegas europeus, dizia: “mas para quando a África?”

Por outro lado, eu diria: “mas para quando a história da África?” Para depois da Revolução? Quando a Revolução acabar com o racismo? Aí sim, falaremos em história da África? Ou não precisamos mais falar dela, como argumentavam aqueles que moravam em Argélia, antes do fim da dominação francesa: “Nós que somos herdeiros. Nós que somos descendentes dos gauleses.” Os argelinos se diziam descendentes dos gauleses. Tinham incorporado, por conta da educação francesa, que eram “parte” daquele patrimônio.

Não! Eu não quero ser parte desse patrimônio. Eu reivindico outro!

**Rogério Cunha de Castro:** Pela terceira vez, o Colégio Pedro II oferece um curso de extensão em mitologia Yorubá e alcança uma procura expressiva. Cerca de vinte candidatos cada uma das suas cinquenta vagas. Como definir o professor que ministra esse curso? Além disso, ainda na

perspectiva dessa conversa sobre uma “memória do que vivemos”, que lembrança você gostaria de partilhar?

**Arthur Baptista:** Sempre é complicado falar sobre nós mesmos. Não penso nos elogios que posso fazer a mim mesmo... Na idade em que estou, penso muito, talvez, em como quero ser visto; lembrado. Eu gosto de compartilhar, gosto de enxergar no olhar do aluno o brilho de descobrir e compreender, de encontrar sentido em algo que nunca havia percebido. Esse momento mágico, esse momento da descoberta; de “sacação”. Essa magia não tem preço. Esse momento da descoberta do “lugar” dele no mundo. Momento em que se situa como ser histórico, que assume responsabilidades com a transformação. Isso é muito bacana. Fico realizado com isso. Em proporcionar descobertas que, normalmente, eles não teriam na escola se eu fosse outro professor.

Eu acho que os estudantes encontram comigo perspectivas de mundo que, normalmente, não teriam com outros professores. Afinal de contas, somos diferentes. Mas ocorre que faço questão de ser, não por acaso, um professor negro. Um professor consequentemente e impertinente negro, no sentido de guardar, valorizar e compartilhar nossa herança. Reafirmar

toda a positividade dessa herança. Deixar que ele descubra que, o melhor que somos, está na contribuição do ameríndio e do africano. Disso que mais nos orgulhamos no país, que é o que somos. Nossa capacidade de sermos generosos, nossa capacidade de falar com quem não conhecemos, de dividir, mesmo naquele momento em que não temos para dividir.

Ainda que o Cristianismo seja uma religião, embora nascida na Ásia e na África onde se organizou o primeiro Cristianismo, é hegemonicamente europeia. Esses valores que parecem ser valores cristãos por “natureza”; não são. São valores tradicionais africanos e ameríndios. Esse dividir, repartir, compartilhar. A importância que ainda existe nas sociedades tradicionais de respeito aos mais velhos, de ouvir, da oralidade, são valores civilizacionais africanos dos quais eu não abro mão.

Como professor e como homem, não abro mão!

Difícil falar de nós mesmos...

Eu acabo sentindo falta de interlocutores. Não é nenhuma novidade. Temos poucos interlocutores. Parecemos estar na contramão de algumas coisas. Não falo somente como professor negro. Todos aqueles que pensam a educação numa perspectiva mais libertária, navegam na contramão da conformidade. Como você falou, estamos em tempos de conformidade.

Eu me espanto muito diante da conformidade da sociedade brasileira nesse momento. Essa conformidade que existe na sociedade, existe na escola. A escola não é transformadora por natureza. Não foi criada para ser transformadora, libertaria. Ela é conformadora, de nascença, de nascimento. Ela cria muitas possibilidades libertárias, mas não foi criada para isso. Eu acho que é isso.

# ARTIGOS

## SOCIALISMO, CONSERVADORISMO E COOPERATIVISMO NA “REVOLUÇÃO PACÍFICA”: ALGUMAS TESES CRÍTICAS ACERCA DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”.

Valena Ribeiro Garcia Ramos<sup>15</sup>

Andrey Cordeiro Ferreira<sup>16</sup>

Marcello de Moura Coutinho<sup>17</sup>

### RESUMO

No presente artigo analisaremos as ideias políticas que sustentam o cooperativismo em geral e a chamada “economia solidária”, com o objetivo de problematizá-lo enquanto projeto político e movimento social. Remontando a genealogia das ideias que sustentam as políticas da economia solidária e mostrando como o fato de seus teóricos inventarem uma descendência do cooperativismo expressa num tipo de projeto político paternalista e conservador que evidencia Robert Owen e os “socialistas utópicos” como fundadores desse projeto e movimento político. A análise proposta está baseada em textos teóricos e políticos sobre cooperativismo (tanto dos ideólogos da economia solidária quanto dos pensadores socialistas que refletiram sobre esta questão desde o século XIX).

Nossa hipótese é que o cooperativismo no Brasil está associado a projetos políticos paternalistas e tutelados pelo Estado, ou plenamente integrados ou condicionados pela economia de mercado. Entendemos que o cooperativismo de base sindical-popular deve recuperar o caráter pedagógico defendido pelos teóricos socialistas analisados, com vistas a uma formação política que aposte na necessidade de vinculação aos movimentos sociais e sindicais.

Palavras-chave: Cooperativismo; Economia Solidária; Socialismo; Socialismo Utópico; Capitalismo.

---

<sup>15</sup>Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Sociologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

<sup>16</sup>Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ). Professor Adjunto do CPDA-UFRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos do Poder.

<sup>17</sup>Mestre em Políticas Públicas de Saúde pela Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (Fundação Oswaldo Cruz). Professor de Sociologia e Políticas de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fundação Oswaldo Cruz).



## ABSTRACT

In this article we will analyze the political ideas that support cooperativism in general and the so-called “solidary economy”, with the objective of problematizing it as a political project and social movement. Tracing the genealogy of the ideas that support the policies of the solidarity economy, showing how the fact that its theorists invented a descent from cooperativism expressed in a kind of paternalistic and conservative political project that evidences Robert Owen and the “utopian socialists” as founders of this project and movement political.

The proposed analysis is based on theoretical-political texts on cooperativism (both from the solidarity economy ideologues and from socialist thinkers who have reflected on this issue since the 19th century). Our hypothesis is that cooperativism in Brazil is associated with paternalistic and political projects tutored by the State, or fully integrated or conditioned by the market economy. We believe that popular-union-based cooperativism must recover the pedagogical character defended by the analyzed socialist theorists, with a view to a political formation that bets on the need to link to social movements and union members.

Keywords: Cooperatives; Solidarity Economy; Socialism; Utopian Socialism; Capitalism.

## 1. INTRODUÇÃO

No presente artigo analisaremos as ideias políticas que sustentam o cooperativismo em geral e a chamada “economia solidária”, com o objetivo de problematizá-lo enquanto projeto político e movimento social. Remontando a genealogia das ideias que sustentam as políticas da economia solidária e mostrando como o fato de seus teóricos inventarem uma descendência do cooperativismo expressa num tipo de projeto político paternalista e conservador que evidenciam a Robert Owen e os “socialistas utópicos” como fundadores desse projeto e movimento político.

A análise será feita especialmente a partir de textos teóricos e políticos sobre cooperativismo, tanto dos ideólogos da economia solidária quanto dos pensadores socialistas que refletiram sobre esta questão desde o século XIX. Reconstituiremos parcialmente o debate acerca do cooperativismo realizado pelos socialistas, de cunho reformista e revolucionário, e por aqueles cujas visões são entendidas como “conservadoras”. Esta reconstituição é fundamental para situar histórica e politicamente o fenômeno da economia solidária, bem como para analisar as possibilidades e os limites do

cooperativismo enquanto movimento e projeto político de transformação social.

Diante dos objetivos propostos neste texto, faz-se necessário definir, de antemão, os conceitos de cooperativa e cooperativismo. Em resumo, a definição da Lei Cooperativista nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, entende por cooperativa: “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias; de natureza civil; não sujeitas à falência; e constituídas para prestar serviços aos associados” (art. 4º, caput). Portanto, pode-se afirmar que é “uma associação voluntária, devendo ter no ato de sua criação no mínimo vinte pessoas, sem-fins lucrativos, todavia, com fins-econômicos”. Além disto, os cooperados devem exercer uma mesma atividade com objetivos comuns, contribuindo equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes, o que implica em assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento coletivo. A cooperativa deve ser regida pelo princípio democrático de cada pessoa, um voto. Os excedentes ou sobras devem ser distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado. Já a visão idealizada a considera como um tipo de organização caracterizada pela associação livre entre trabalhadores, visando à construção de um modelo diferenciado de produção de bens e

de prestação de serviços, a fim de garantir o acesso dos trabalhadores aos mesmos. Esta organização deve ter por base a gestão coletiva e democrática dos meios de produção, eliminando assim as formas de exploração e subjugação do trabalho através da divisão dos excedentes de produção entre os associados.

Tanto a definição legal quanto a idealizada são insuficientes para dar conta das diferentes e complexas realidades sociais. Existem grupos sociais de tamanhos muito diversos, grande parte deles com menos de vinte pessoas, que, apesar de atenderem aos demais parâmetros exigidos pela legislação, não podem ser legalizados. Ao mesmo tempo, muitas das cooperativas legalizadas funcionam em uma lógica de lucro e acumulação, sendo extremamente centralizadas em seus processos decisórios. Uma definição sociológica de cooperativa não pode se restringir aos parâmetros legais e às formas idealizadas de funcionamento. Deve-se buscar uma definição que abranja a diversidade empírica do fenômeno e seja mais do que uma prescrição *a priori* de características com finalidades normativas, considerando o caráter descritivo necessário à apreensão dos fatos sociais. Assim, em primeiro lugar, a cooperativa é um grupo que se estrutura a partir de atividades econômicas (produção,

circulação e consumo), e exige que seus membros possuam algum tipo de identidade de condição (profissional ou ocupacional); em segundo lugar, ela deve ter uma concepção (ideias e representações) originada do universo do cooperativismo. Este pode ser entendido como um campo de organizações e ideias econômicas subsidiárias do movimento sindical e operário em sentido amplo, ou ainda como objeto de políticas de Estado, visando uma inserção econômica precarizada dos trabalhadores; ou mesmo das próprias empresas capitalistas, sendo configurado pelas contradições da sociedade capitalista e a intensificação da exploração do trabalho.

De acordo com nossa abordagem, as cooperativas e o cooperativismo não são fenômenos independentes das classes sociais, dos partidos, sindicatos e Estado. Como veremos, o fenômeno como fato histórico no Brasil e no mundo corrobora com essa visão. As cooperativas surgem como parte de lutas e processos políticos e econômicos e devem ser a eles referenciados. Identificamos dois tipos de cooperativismo, considerando aspectos da condição de classe e seu teor político-ideológico. Podemos falar de um cooperativismo sindical-popular, composto por diferentes categorias de assalariados e trabalhadores, e de um cooperativismo

empresarial, formado por médios e grandes produtores rurais, profissionais liberais e outros ramos da economia. Contudo, o cooperativismo sindical-popular e o empresarial podem apresentar, em seu próprio interior, profunda heterogeneidade ideológica. No caso do primeiro, há diferenças entre revolucionários e reformistas, por exemplo. Na próxima parte, iremos nos ater as demonstrações das vinculações do cooperativismo no Brasil, e depois ao debate teórico e político do cooperativismo em geral.

## **2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”**

O desenvolvimento do cooperativismo brasileiro encontra-se relacionado ao campo político e aos seus diversos atores sociais, com práticas políticas e conteúdo ideológicos sustentados pelos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, também estará imbricada a atuação do Estado, principalmente pelo fato deste ser um ator fundamental na organização do cooperativismo empresarial, além de

impor, por meio da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), uma ação de tutela, só revista na Constituição de 1988. Enquanto, na era petista, observou-se o investimento do Estado em políticas para o cooperativismo sindical-popular, como é o caso da economia solidária, a fim de criar um programa de geração de renda através de uma inserção precarizada, mas fundada numa nova identidade de classe. No entanto iremos apenas analisar o cooperativismo sindical-popular e as suas ideias e relações com o Estado e os movimentos sociais e sindicais.

O final do século XIX, mais precisamente a década de 1880<sup>18</sup> é reconhecido como o marco para o surgimento do “cooperativismo brasileiro” e o mesmo esteve ligado ao movimento de formação e luta dos sindicatos; portanto, vinculado a um projeto político oriundo da classe trabalhadora. Como afirma Magalhães (2001:2):

(...) O sindicalismo e o cooperativismo brasileiro também surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados constituíram os ‘clubes de ofícios’, sindicatos – para defender os interesses da profissão, e as sociedades de consumo cooperativas com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda

---

<sup>18</sup> Conforme Veiga e Fonseca (2001: 27), em 1881, no município de Limeira (SP), foi criada a Cooperativa da Companhia Telefônica, e, em 1894, no Rio de Janeiro (RJ), a Cooperativa dos Militares. Por volta de 1887 foram fundadas as primeiras cooperativas no Brasil, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas (SP). Em 1889, foi a vez da Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG) e da Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.

e acesso a produtos mais adequados aos seus associados.

Nesse contexto foi a experiência do sindicalismo revolucionário de orientação anarquista que influenciou o cooperativismo do final do século XIX e início do XX no Brasil, e inspirava-se nas caixas agrícolas alemãs dos Raiffeisen<sup>19</sup>. Enquanto as iniciativas vinculadas às ideias conservadoras e sistêmicas tinham base no modelo hegemônico europeu<sup>20</sup>. Todavia a referência ao projeto político revolucionário que, por fim, definiu o teor ideológico das cooperativas de matriz sindical-popular no Brasil no período citado, conforme passagem de Magalhães (idem):

Os anarquistas organizaram muitas cooperativas e outras organizações de caráter cooperativo como mútuas [grupos de mútuo apoio] ou ligas que tinham como objetivo a ajuda mútua, em estreita relação com a luta e o projeto político revolucionário. Na última década do século XIX, chegaram ao Brasil várias famílias de anarquistas italianos que organizaram comunidades com ideais libertários e as primeiras cooperativas, mesmo enfrentando problemas econômicos e repressão.

Por seu caráter revolucionário e sua capacidade de mobilização, observa-se que o movimento sindical nacional

independente foi duramente reprimido nas décadas de 1920 e 1930, sofrendo posteriormente com a regulamentação das organizações sindicais e controle das relações de trabalho pelo Estado Getulista. Assim, a década de 1930 marcou uma mudança global nas relações de classe, e o papel dos sindicatos e das cooperativas foi ressignificado mediante as diferentes políticas estatizantes. Neste sentido, Rios (1987:24-5) destaca que, no pós-intervenção estatal, as ideias socialistas que justificaram a prática cooperativista de origem operária deixaram de ser a principal referência:

No Brasil são ideias corporativas (fascistas) que inspiram, por vezes, a prática e a legislação. Assim como o sindicalismo brasileiro está marcado nas suas origens e organização pelo Estado Novo getulista (da década de 30), o mesmo ocorreu (...) com o cooperativismo.

Salienta-se que, a partir do período mencionado, o cooperativismo assumiu uma nova configuração quanto ao seu aspecto formal-legal. Neste sentido, as primeiras leis de regulamentação foram formuladas pela ditadura getulista<sup>21</sup> e posteriormente revistas pela ditadura

<sup>19</sup> Cabe destacar que as caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Raiffeisen (prefeito de uma pequena localidade alemã), tinham ideário religioso e humanitário. Sua base era o crédito popular destinado a atender às demandas de pequenos agricultores. Elas influenciaram outras experiências afins no Brasil, como o caso da primeira cooperativa de crédito, em 1902. Implementada por produtores de vinho de Nova Petrópolis (RS), a cooperativa brasileira teve como motivação, a ideia de organização de uma caixa de crédito rural nos moldes da experiência alemã.

<sup>20</sup> O modelo de cooperativismo hegemônico europeu tem base na tutela do Estado, assim como na adoção do princípio reformista e de práticas concorrenciais no âmbito do mercado capitalista.

<sup>21</sup> Após 1932, foram regulamentados, com a implantação do Decreto nº 22.239, a organização e o funcionamento das cooperativas, o que significou um crescimento regulado do cooperativismo brasileiro.

militar<sup>22</sup>, definindo, assim, a estrutura contemporânea do sistema cooperativo no Brasil. Um dos aspectos significativos desta estrutura institucional é que, depois de 1945, o governo passou a oferecer diversos incentivos materiais e fiscais às cooperativas (CULTI, 2002: 6-7). Deste modo, em 1951, nasceu o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)<sup>23</sup>. Nota-se, então, que deste período em diante há uma intervenção estatal paulatina através do incentivo e financiamento a cooperativas vinculadas ao sindicalismo de Estado e às elites agrárias.

Em 1966, com o aumento da repressão política durante a ditadura militar, verificou-se a perda dos incentivos fiscais e das liberdades já conquistadas, o que acarretou o fechamento de inúmeras entidades e o impedimento da expansão em maior grau das iniciativas independentes, pondo em choque projetos cooperativistas extremamente diversos. Conforme Magalhães (ibidem: 4):

Ao longo de quase todo um século, o cooperativismo ficou nas mãos de projetos políticos burgueses, ou melhor, o cooperativismo foi um dos principais pilares do crescimento da burguesia agrária no

Brasil. Porém, esta não foi uma característica exclusiva do cooperativismo no Brasil, nem foi um processo espontâneo. Foi resultado de um embate entre distintos projetos.

As iniciativas de cooperativismo sindical-popular, a partir de dezembro de 1971, encontraram mais dificuldades devido à rígida estruturação prevista na legislação criada pelo governo Médici. Ao mesmo tempo, as cooperativas de grande porte passaram a dispor de um determinado fortalecimento institucional relacionado à criação da OCB que, controlada pela ditadura militar, obteve o monopólio de representação e comercialização das cooperativas brasileiras, permanecendo assim até o presente momento. Um dos objetivos principais da ditadura militar com a criação da OCB era, além de controlar o movimento cooperativista autônomo, viabilizar o agronegócio a partir da ampliação do volume da produção, para a comercialização em larga escala. Assim, o formato da expansão do cooperativismo teve caráter fundamentalmente conservador e tutelado pelo Estado, seguindo o modelo formalista inglês<sup>24</sup> imposto no Brasil, principalmente na área rural.

<sup>22</sup> Vale lembrar que, a Lei 5.764, de 1971 regulamenta até o presente momento o cooperativismo no Brasil.

<sup>23</sup> O BNCC foi extinto por meio de medida provisória (16/03/1990), durante o governo Collor (1990-1992), tendo as suas atividades de fomento ao cooperativismo sido transferidas para o Ministério da Agricultura.

<sup>24</sup> O caráter formalista deste modelo diz respeito ao aparato formal-legal existente no campo cooperativo inglês a partir 1852, com a promulgação da Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que passou a regular as relações das cooperativas de produção com o Estado em razão do interesse da burguesia em controlar a organização da

O caráter conservador trouxe restrições legais e burocráticas para a constituição de cooperativas de orientação sindical-popular, o que levou à organização de associações autônomas em relação ao Estado. Todavia, nas décadas de 1970/80, diante de um amplo processo de mobilização popular-sindical no Brasil e em meio ao movimento da redemocratização, o cooperativismo como projeto político da classe trabalhadora ressurgiu de forma significativa. Ele reaparece paralelamente ao surgimento do “novo sindicalismo”, das oposições sindicais e dos movimentos sociais, destacando a importância da atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) neste processo.

Foram estes cooperativismos e associativismos surgidos no contexto do novo sindicalismo que, diferente daqueles de grande e médio porte, serviram de campo no qual se desenvolveu o projeto da economia solidária. O “cooperativismo popular” agregado à economia solidária se estabeleceu como um projeto político na interseção entre segmentos sindicais, partidários, movimentos sociais urbanos e

rurais. Incentivados pelas organizações não-governamentais (ONGs), passou a ser uma proposta “alternativa de geração de trabalho e renda”, posteriormente chamada de inclusão produtiva, no contexto de avanço de uma política neoliberal marcada pela abertura ao capital estrangeiro, privatizações, flexibilização de direitos e precarização das relações de trabalho, iniciadas no governo Collor.

Além dos partidos e sindicatos, cumpriram papel importante para a estruturação desse cooperativismo sindical-popular várias organizações da sociedade civil (ONGs, associações e “instituições sem-fins lucrativos”) em todo o país, muitas delas associadas às universidades. Essas organizações assumiram a função de mediadoras junto às cooperativas e aos movimentos sociais, garantindo assim espaços de atuação para técnicos de nível superior que desenvolviam iniciativas relacionadas à assessoria e aos programas de incubação de empreendimentos populares.

Estas iniciativas e parcerias facilitaram o financiamento público-privados para as atividades dos referidos

---

classe trabalhadora. Já o seu caráter conservador está referido ao aspecto reformista (não-revolucionário), que incorporou os princípios da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (1844), sintetizados em duas leis: a Lei da Extensibilidade Indefinida (busca pela ampliação do número de membros) e a Lei da Adaptação ao Progresso Econômico (aceitação das regras do mercado capitalista).

setores por meio de projetos intergovernamentais e convênios internacionais, estando entre os casos mais conhecidos: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares<sup>25</sup>(ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)<sup>26</sup>, a Associação de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Participação Acionária (ANTEAG)<sup>27</sup>, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)<sup>28</sup> e a União e Solidariedade Nacional das Cooperativas do Estado de

São Paulo (UNISOL)<sup>29</sup>. As duas últimas são instituições fomentadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Há também experiências cooperativistas significativas advindas de movimentos sociais e de trabalhadores, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

É importante sinalizar que esse cooperativismo sindical-popular atual difere significativamente daquele do início

---

<sup>25</sup> Conforme IBAM/COMUNIDADE SOLIDÁRIA/IPEA (1997:11), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na década de 1990, é formada pela união dos seguintes órgãos e entidades: Coordenação de Pós-graduação em Engenharia de Universidade Federal do Rio de Janeiro (COOPE/UFRJ); Gerência de Negócios do Sistema de Cooperativa do Banco do Brasil (GCOOP/BB); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Fundação Banco do Brasil; Comitê de Entidades Públicas (COEP) e Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM). Vale lembrar ainda que a ITCP surgiu durante a vigência do Programa Comunidade Solidária na Era FHC (1995-2002).

<sup>26</sup> De acordo com Culti (2002:9), “A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 86 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares. Nesta situação estão incluídas também as cooperativas formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) nos assentamentos de reforma agrária”.

<sup>27</sup> Com base no informativo “Autogestão” (ago./set./2000), a Associação de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Participação Acionária (ANTEAG) representava naquela data mais de cem empresas, totalizando vinte e cinco mil trabalhadores. Para Tauile e Debaco (2002:2), a ANTEAG é precursora do movimento de autogestão urbana no país, sendo um legado da década de 1990, momento em que as mais ortodoxas políticas neoliberais foram aplicadas em países considerados em desenvolvimento, como o Brasil.

<sup>28</sup> Zaperlon (2003:50) coloca que a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi possivelmente a investida de maior envergadura da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no âmbito da economia solidária. A autora informa, ainda, que a criação da ADS “se deu a partir de um grupo de trabalho (GT) sobre economia solidária, aprovada pela executiva nacional da Central no final de 1998. Deste GT nasceu o projeto de constituição da Agência, que teve como parceiros uma ONG holandesa – a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) –, a Fundação UNITRABALHO e o DIEESE. A Agência foi lançada em setembro de 1999 em seminário internacional, após discussões em seminários regionais”.

<sup>29</sup> Ainda segundo Zaperlon (2003:55-6), A União e Solidariedade Nacional das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) nasceu em 1999, como a ADS, fruto do engajamento de dois sindicatos do ABC paulista – o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Químicos.



do século XX ligado a um sindicalismo de tipo revolucionário. Tal diferença de teor ideológico da economia solidária se estabelece principalmente pela vinculação específica de parcelas significativas de cooperativas deste período ao movimento sindical cutista e ao Partido dos Trabalhadores, que já adotava uma perspectiva reformista em sua constituição e foi, posteriormente, adequando seu programa aos preceitos do neoliberalismo, de acordo com o seu projeto de conquista do Estado.

Quanto às cooperativas de matriz empresarial, é também no final da década de 1970 que vão surgir e se consolidar cooperativas organizadas por outros setores do empresariado que não o do agronegócio, ou de outro ramo agrícola. Destaca-se principalmente o crescimento das cooperativas de trabalho, que permitiram aos empresários organizar as suas atividades produtivas e de serviços, de modo a se tornarem mais competitivas e lucrativas em meio ao contexto de mundialização do capital e de reestruturação produtiva. Este último ramo de cooperativas se tornou um instrumento capaz de garantir a acumulação mais intensa de capital através do aumento da exploração do trabalho. A condição de associado, que lhe confere uma posição, mesmo que formal e não de fato, de “dono

do empreendimento”, é o aspecto fundamental para a intensificação desta exploração, que se materializa através da precarização das relações de trabalho e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Embora as cooperativas agropecuárias de grande porte da OCB tenham perdido de uma vez por todas a centralidade exibida até então, a referida organização continuou a ter importância, pois sempre foi apoiada por setores economicamente fortes, os quais não pretendiam perder a hegemonia no campo cooperativista brasileiro. Na passagem abaixo, Magalhães (ibidem: 8) revela os interesses políticos de então:

Atualmente a OCB é representada no Congresso Nacional pela mesma base parlamentar que representa o empresariado rural e o latifúndio. A bancada ruralista é a que vem com grande força defendendo a manutenção do sistema cooperativista tradicional com unicidade de representação.

No entanto, o desenvolvimento do cooperativismo no meio rural ilustra bem como este pode estar vinculado a diferentes projetos políticos, conforme enfatiza Veiga e Fonseca (2001:13), no trecho abaixo:

No Brasil, o cooperativismo aparece tanto como um instrumento eficiente para a organização econômica da agricultura de exportação e da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno, quanto para a comercialização dos produtos dos pequenos produtores.

Em concordância com este postulado, pode-se citar Rios (1987:9):

O cooperativismo aparece, pois, no Brasil, sob uma dupla e contraditória face. De um lado, é o instrumento rotineiro e eficaz na organização econômica da agricultura de exportação (café, açúcar, cacau, soja, etc.), da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno (hortigranjeiros) ou da agricultura latifundiária do algodão nordestino. Por outro lado, o cooperativismo é sistematicamente apresentado como ‘a solução’ para a comercialização agrícola dos produtos de pequenos agricultores, de pescadores e de artesãos.

Esta característica não é uma particularidade do cooperativismo brasileiro desenvolvido no meio rural, e sim uma característica fundamental presente na história do cooperativismo internacional. Autores como Veiga e Fonseca (2001:27) informam que o papel político-ideológico assumido pelas cooperativas tem íntima relação com a sua configuração classista. Diante disto, podemos então afirmar que as organizações cooperativas existem enquanto instrumentos de diferentes projetos políticos orientados por condição de classe e concepção político-ideológica.

O campo atual do cooperativismo no Brasil é composto por uma multiplicidade de cooperativas. Pode-se observar a existência de organizações formadas tanto por trabalhadores desempregados e precarizados dos grandes centros urbanos, quanto por trabalhadores rurais, vinculados ou não às organizações partidárias, associações representativas, organizações não governamentais e demais segmentos

dos novos movimentos sociais, sindicatos, secretárias e demais instâncias de governo, empresas privadas e/ou à outras formas de organização. Como exemplo, podemos citar dois casos bastante expressivos: as cooperativas ligadas ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Além delas, há uma infinidade de cooperativas de pequeno e médio porte formadas por pequenos proprietários agrícolas, por trabalhadores de fábricas falidas e por pequenos e médios empresários; ou ainda por as grandes cooperativas vinculadas ao agronegócio e ao latifúndio e aos grandes empresários dos setores secundários e terciários da economia. Com efeito, podemos citar a Sociedade de Trabalho Médico - cooperativa formalmente conhecida pela sigla (UNIMED) -, a qual informa no próprio sítio da instituição que:

Atualmente o Sistema Unimed tem 32% de participação no mercado nacional de planos de saúde, atendendo 15,1 milhões de clientes. São 377 cooperativas médicas com abrangência em 74,9% do território nacional, nas quais 106 mil médicos cooperados desenvolvem suas atividades<sup>30</sup>.

Mesmo diante desta multiplicidade, são as opções político-ideológicas e as condições de classe que definiram a matriz do cooperativismo sindical-popular ou empresarial, e inevitavelmente as suas

<sup>30</sup> Consultar: <https://www.unimed.coop.br/web/presidenteprudente/sobre-a-unimed>.

condições materiais e políticas de existência e gêneses.

Após a constituição histórica do cooperativismo no Brasil, iremos apresentar as matrizes políticas e ideológicas presentes no cooperativismo sindical-popular desde o início dessas práticas até os dias atuais, começando pela vertente da economia solidária que hoje é a perspectiva hegemônica dentro desse campo.

## **2.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO PACÍFICA”**

Neste subitem, construiremos uma reflexão sobre a proposta política do cooperativismo da economia solidária. Mais especificamente, aquela elaborada por Paul Singer<sup>31</sup>, que serviu para a construção do projeto de geração de trabalho e renda voltado para trabalhadores desempregados ou subempregados, referendado pela CUT e pela coligação Lula Presidente, tendo como maior expoente o PT.

A produção deste autor é considerada uma referência tanto para o movimento cooperativista brasileiro ressurgido nos anos de 1980, quanto para as políticas governamentais de incentivo a empreendimentos econômicos solidários (EES), o que se refletiu na elaboração de uma política de Estado ampliada e incorporada pelo PT e seus aliados, e desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Daremos destaque à sua tese da “revolução pacífica” por ela ser um dos elementos cruciais da proposta sustentada por Singer quando assumiu a titularidade da referida secretaria de governo.

A teoria da “revolução pacífica” está relacionada à proposta política de que a produção econômica desenvolvida por agrupamentos populares, cuja organização se dá através de modelos cooperativos e autogestionários, pode vir a construir outra lógica econômica, diferenciada da capitalista por não estar centrada no capital e no lucro, e sim focada no trabalho, no homem e nas relações de “solidariedade” e

---

<sup>31</sup> Singer teve uma trajetória ligada ao desenvolvimento dos partidos socialistas e do movimento social antes de tornar-se intelectual e homem de governo. Na juventude foi militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, posteriormente, do grupo Política Operária (POLOP), em período pré-ditatorial, sempre se colocando como anti-estalinista. Mais tarde, teve uma passagem pela USP, como professor titular do Departamento de Economia. Nesta Universidade contribuiu organicamente para a implantação do projeto pioneiro da incubadora de cooperativas populares. Foi membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em tal órgão representou a tese de defesa do papel da burguesia nacional e o não-intervencionismo estatal. Nos anos de 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo-o ter íntima relação com o sindicalismo cutista e influenciar teórico-politicamente a criação da ADS.

“cooperação”. Portanto, apresentando-se como um embrião de outra economia possível através do crescimento das unidades cooperativas, e capaz de subverter a lógica concorrencial da economia capitalista.

Esta teoria formulada por Singer foi amplamente aceita e defendida por teóricos e atores envolvidos com a chamada economia solidária. Porém, cabe destacar a controvérsia acerca do termo “economia solidária”, que não é um consenso entre os diferentes atores envolvidos<sup>32</sup>, existindo uma enorme variedade de terminologias, sendo as principais delas “sócio economia solidária” e “economia popular e solidária”. O termo “economia solidária” não foi apenas divulgado por Singer, mas também pelos seguintes agentes sociais: CUT, PT, ANTEAG, ADS e os núcleos universitários da Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a UNITRABALHO. Por sua vez, o termo “economia popular e solidária” é mais encontrado no Rio Grande

do Sul, e está vinculado às formulações teóricas de Gaiger<sup>33</sup>, que entende tais empreendimentos solidários como a gênese de uma economia popular e solidária. Já a “socioeconomia solidária” se difundiu mais em práticas cariocas, a partir de 2000, por ocasião do Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária. É utilizada principalmente por Arruda<sup>34</sup>, que acredita ser necessário destacar mais a dimensão social de uma economia de base solidária do que os seus aspectos econômicos. Esta perspectiva é sustentada basicamente pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e pela Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES).

Com relação às duas outras terminologias citadas, Paul Singer critica, acima de tudo, o adjetivo “popular” pelo seu aspecto restritivo frente à possibilidade de superação do modo de produção vigente, tão enaltecida por adeptos da economia solidária. Contudo, mesmo diante de controvérsias acerca do termo mais adequado, o que indica um debate em torno das concepções de economia e

<sup>32</sup> Utilizou-se como referência para este trecho o livro “Como organizar redes solidárias”, de Euclides André Mance (DP&A/FASE/IFiL, 2003). Este autor é filósofo, mestre em educação e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL) e colaborador da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES).

<sup>33</sup> Luís Inácio Gaiger é sociólogo e professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), fundador, junto com Paul Singer, da UNITRABALHO, e é considerado um dos mais destacados pesquisadores do tema economia solidária.

<sup>34</sup> Marcos Arruda tem formação em filosofia, letras e geologia, possuindo doutoramento em educação e PHD em economia. Também é considerado um dos principais teóricos da economia solidária e um dos fundadores da RBSES. Atualmente, encontra-se vinculado à ONG internacional PACS.

solidariedade, o mais importante é a existência de um consenso entre os principais teóricos da “economia solidária” sobre a sua capacidade de transformar o modo de produção capitalista a partir da construção de outra lógica de organização da economia, negando a correlação com um processo revolucionário de transformação política.

Singer e a sua teoria da “revolução pacífica” tornaram-se referência fundamental para o campo da economia solidária, principalmente porque, com o advento do governo Lula, esta é assumida enquanto política estatal, ainda que em papel secundário, fazendo de Paul Singer titular da SENAES. Além de ser referência, também, para diversos agentes sociais, com destaque para a CUT, que solicitou colaboração do autor na elaboração de seu projeto de Economia Solidária.

Deste modo, a tese de Singer tenta recuperar uma noção de socialismo como “sociedade mais justa e mais livre” e, para isso, realiza um retorno ao socialismo pré-marxista, no sentido de que o modo de produção “socialista” deverá ser construído em competição com o capitalista no âmbito do mesmo, sendo que esta construção não deverá contar com a intervenção de um novo Estado – o socialista, ou derivar de qualquer outra forma de organização

política preconizada dentro do campo do socialismo, como o federalismo de base autogestionária e comunal. Segundo Singer, esse processo será consequência de uma construção dos próprios trabalhadores livremente associados, principalmente por meio de sua organização em cooperativas. No entanto, a proposição da econômica solidária entra em completa contradição com a sua posição à frente da SENAES, como agente promotor de política pública, intervindo politicamente no sentido de dar viabilidade à criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários.

Corroborando com a afirmação acima, Singer (2006:116) apresenta no trecho a seguir o papel da economia solidária:

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere a sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos que desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente.

Nesse sentido que Zaperlon (2003:73) afirma que a economia solidária

de Paul Singer<sup>35</sup> significa defender a possibilidade de transformação econômica e social sem transição e sem revolução política, isto é, através de uma “revolução pacífica”. A referida tese pode, então, ser enquadrada na corrente chamada de “novo socialismo utópico”, porque a mesma entende que reelabora os elementos do socialismo pré-marxista do século XIX, o que se explicita na ênfase dada ao cooperativismo. Tal perspectiva pode ser observada na Introdução da clássica obra “Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo”, de Singer (1998:10), destacada no trecho a seguir:

Mas, para poder fazer isso, tornou-se necessário reelaborar primeiro o conceito de revolução social. Revolução social designa o processo de passagem de um sistema socioeconômico (ou formação social) a outro. (...) a noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese (até há pouco predominante nos meios de esquerda) de que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal por forças empenhadas naquele objetivo.

Singer (1998:11) defende uma revolução sem uso da violência, se opondo à experiência soviética ao questionar fundamentalmente o planejamento centralizado da produção. O postulado singeriano, então, depõe contra a

planificação, mantendo a lei do mercado, considerado como o melhor “planejador”, ainda que em uma sociedade socialista. Deste modo, são mantidos o mercado e o Estado, ficando as transformações apenas para o “mundo da fábrica”, já que o autor entende que houve um erro dos movimentos operários na construção do socialismo, como é apontado no trecho a seguir:

Foi um erro dos movimentos operários de inspiração marxista terem adotado, no fim do século passado, a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir do êxito desta revolução, consubstanciada na ‘tomada do poder’. (Singer, *ibidem*).

Portanto, Singer (1998:12) critica o processo revolucionário baseado na tomada do poder político e sua destruição ou reconstrução sobre novas bases, atribuindo, assim, o papel de “transformação” aos “implantes socialistas<sup>36</sup>”, que seriam, essencialmente, as “cooperativas operárias” e os sindicatos, os quais poderiam estimular, por sua dinâmica própria, mudanças sociais e culturais no âmbito do sistema capitalista. De acordo com o referido autor:

<sup>35</sup> Zaperlon (2003) faz um estudo sobre o socialismo, o papel das organizações não-governamentais, o sindicalismo e, mais especificamente, sobre a economia solidária no Brasil. Para discutir a questão do “novo socialismo utópico”, trabalhou com as obras de Paul Singer, Alain Bihr e os parceiros Antonio Negri e Michael Hardt, como expoentes desta corrente.

<sup>36</sup> Os chamados “implantes socialistas” no âmbito do postulado singeriano possuem, na verdade, caráter reformista. Deste modo, estão subordinados aos limites políticos e econômicos impostos pelo sistema capitalista.

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura. (Singer, *ibidem*).

Zaperlon (2003:128-9) informa que Singer propõe um programa político alternativo como resposta ao fracasso das experiências marxistas (Leste Europeu e União Soviética), o que genericamente pode ser identificado como economia solidária. Ele retoma o chamado socialismo utópico de Owen e dos owenistas do século XIX, desprezando a análise das classes sociais e a respectiva luta entre as mesmas. Além disso, o autor (2003:135) afirma que o seu programa contém sólidos fundamentos no socialismo utópico do século XIX, por trazer o ideário da “revolução pacífica”, baseado na noção racional de justiça e na harmonização das classes.

## 2.2. ROBERT OWEN E O COOPERATIVISMO: NEM TÃO SOCIALISTA, NEM TÃO UTÓPICO

Na literatura contemporânea sobre cooperativismo, em especial a de Paul Singer, é comum atribuir aos “socialistas utópicos” Robert Owen, Charles Fourier<sup>37</sup> e Saint-Simon<sup>38</sup> o título de precursores teóricos deste movimento. Posição essa controversa diante de uma análise minuciosa da atuação dos participantes do movimento cooperativista da época, e que nos permite afirmar que Robert Owen, Saint Simon e Charles Fourier não eram nem tão “socialistas”, nem tão “utópicos”, muito menos os percussores do movimento cooperativista.

Vamos nos dedicar especialmente à crítica ao pensamento de Owen por ser o principal referencial teórico para a economia solidária, negar a revolução política e a defender a ordem capitalista e

<sup>37</sup> Nascido em 1772 na cidade de Bensaçon, França, François Marie Charles Fourier (1772-1837) era filho de comerciante. Iniciou estudos em Filosofia e Economia e, após servir ao exército na Revolução Francesa, abandonou as ciências para assumir a profissão do pai. Como comerciante, faliu em pouco tempo e passou a escrever sobre questões sociais e econômicas. Propunha a criação de pequenas unidades de produção e consumo autossuficientes, denominadas por ele como falanstérios, onde a distribuição de bens se daria de acordo com as necessidades e não haveria a separação entre trabalho e prazer.

<sup>38</sup> Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, nasceu em Paris em outubro de 1760. Ele era filho de família aristocrática e seguiu carreira militar. Em 1779, aos dezenove anos, foi enviado para a América do Norte para combater, como capitão, na Guerra de Independência dos Estados Unidos. Ao retornar para a França, trouxe consigo pesadas críticas à sociedade “feudal e teológica” europeia e parece ter aderido com entusiasmo aos ideais revolucionários burgueses, abrindo mão de seus bens e títulos de nobreza e refazendo fortuna como negociante. Com a radicalização da revolução durante a República Jacobina, o ex-conde, então membro da alta-burguesia, é preso. Libertado alguns meses depois, passa a se dedicar à pesquisa científica, primeiro da Matemática, até fixar interesse nos estudos da “ciência das sociedades”, orientada para a reestruturação da sociedade em moldes mais igualitários, mas negando a via revolucionária como estratégia de transformação.

seus ajustes através de políticas estatais de auxílio aos pobres, entendidas, de fato, como concessões das classes dominantes, no sentido de “dissolver” as desigualdade de classe, e criar uma relação de “harmonia” e solidariedade de interesses. Por isso, Owen é entendido, aqui, como um conservador, já que suas ações se davam no âmbito da filantropia e do paternalismo.

Assim, a trajetória política e intelectual de Robert Owen revela também que suas proposições se voltavam para a gestão e o controle social dos trabalhadores<sup>39</sup>, por meio das “comunidades de produção” e de “aldeias pobres cooperativas”. Sendo a New Lanark<sup>40</sup> [26] a materialização do seu projeto de criação das comunidades de produção e da sociedade industrial. No livro *“A New View of Society, Essays on the principle of the formation of the human Character, and the application of the principle to practice”* que Owen teoriza

sobre essa experiência, definindo os princípios e valores orientadores da nova sociedade.

As aldeias propostas por Owen seriam vilas modelos com refeitórios comuns, cozinhas públicas, escolas, bibliotecas, oficinas e enfermarias, nas quais se incentivaria o convívio comunitário. Elas estariam organizadas com base em um código de conduta moral e na formação dos chamados “núcleos sociais”, que previam, de acordo com o autor, três aspectos fundamentais: 1) a formação moral, física, mental e científica do homem - iniciada ainda na infância, com objetivo de garantir um caráter humano saudável; 2) a condenação do ócio - todos os homens trabalhariam ativamente e de forma útil, em funções previamente definidas, a partir da idade e da habilidade de cada um; 3) a qualidade de vida dos trabalhadores - a

---

<sup>39</sup> Este investimento era visto como um mecanismo capaz de conter o potencial revolucionário dos trabalhadores que assombrava a elite, amedrontada pelas lembranças recentes de diversas revoltas operárias e da participação popular na Revolução Francesa. Considerando as observações de Thompson (2002: 380-411) sobre o fato de que, na década de 80 do século XVIII, o movimento operário era bastante fragmentário, mas, já na década de 30 do século XX, a “classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita”, o fantasma da revolução havia deixado de ser uma mera suposição e tornou-se algo possível e real. Neste último período, os trabalhadores possuíam uma identidade acerca dos interesses e dos conflitos de classe, e, fundamentalmente, já tinham amadurecido a ideia da necessidade de um sistema alternativo.

<sup>40</sup> Owen torna-se proprietário da fábrica têxtil de New Lanark em 1799, podendo então aplicar na prática os seus ideais assistencialistas. Ele construiu novas áreas de residência para os trabalhadores da fábrica, diminuiu a jornada de trabalho, aumentou os salários, abriu uma escola e uma loja de alimentos, onde se vendia produtos não adulterados. A prática da adulteração era muito comum na época, pois dessa forma tornava-se possível oferecer mercadorias a preços mais baixos.



partir da garantia de educação, saúde, alimentação, vestimenta e habitação.

Thompson ressalta que as aldeias Owenistas eram, meramente, uma forma de promover a disciplina do trabalho e as adaptações das comunidades rurais escocesas à nova doutrina da fábrica, sendo a formação moral e a autodisciplina os meios necessários para garantir, em um contexto de miserabilidade da classe trabalhadora, o controle social dos pobres e miseráveis. Nas palavras de Thompson (2002: 380-411):

Num certo sentido, foi o ne plus ultra do utilitarismo planejando a sociedade como um gigantesco panopticon industrial; em outro sentido, extremamente admirável e generoso, foi um Hanway industrial, que pensava muito nas crianças, gostava de vê-las felizes, e ficava realmente chocado com a empedernida exploração delas(...). (...) ele queria (disse em 1817) “remoralizar as classes inferiores”. Ao lado de benevolente, as palavras que mais encontram nos primeiros textos de Owenistas eram “providenciadas para eles”. A educação devia imprimir no jovem idéias e hábitos que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado; e só pode ser alcançado instruindo-os para se tornarem seres racionais.

A contextualização da produção dessa obra corrobora com a afirmação acima, uma vez que o motivo exemplifica bem o investimento que o autor fez para o reconhecimento da sua proposta de reordenação social e de gestão dos pobres enquanto uma política de Estado, apresentando-a ao príncipe da Inglaterra. Seu eixo principal era a promoção do bem-estar do país e da sociedade em geral,

destacando, principalmente, o investimento que deveria ser feito na “formação moral dos trabalhadores” e na melhoria das condições de vida destes. Esta atitude deveria ser adotada pelas elites governantes como antídoto para evitar “revoluções ou guerras”. A garantia da “disciplina para o trabalho” estava também em jogo, considerando que os poderes governantes de todos os países estabeleceriam planos racionais para a formação geral e educacional do caráter de seus cidadãos, visando treinar as crianças nos bons hábitos desde sua tenra infância, pois precisariam ser racionalmente educadas e seu trabalho dirigido de forma útil.

No entanto, a relação de Owen com o Estado inglês foi superficial. Ele defendeu junto ao Parlamento um projeto de lei de proibição do trabalho infantil, o qual foi aprovado, embora com grandes modificações. E, no fim da guerra com a França, que levou o país a uma crise econômica e à aceleração da pauperização da classe trabalhadora, apresentou um relatório sobre a assistência aos operários pobres, defendendo, fundamentalmente, a reorganização da sociedade em pequenas aldeias, onde os desempregados fossem agrupados para desenvolver atividades agrícolas e industriais por meio de esforços solidários.

Owen propunha que estas aldeias fossem subsidiadas pelo Estado através de impostos, sendo que o direito à subvenção estatal seria garantido até o momento em que os trabalhadores atingissem independência econômica se tornassem seres “úteis”, “industriosos”, autodisciplinados e moderados. A vontade de ver a sua teoria social se transformar em uma política de Estado era o que justificava, então, estes inúmeros investimentos no reconhecimento, pelas elites e pelo Estado, da capacidade de sua lei social de conter os conflitos e promover a “harmonia social”.

Neste sentido, a análise histórica e sociológica do pensamento e da práxis owenista mostra que sua política não tinha o cunho socialista (de crítica ao capitalismo, seja de teor reformista ou revolucionário) e que as medidas postuladas por ele não eram “utópicas”, no sentido de suporem uma sociedade igualitária para o futuro. Trata-se de um idealizador das políticas assistencialistas e de “proteção e controle social”, tendo suas propostas caráter conservador uma vez que visavam o controle e a coerção social das classes trabalhadoras. No entanto, a sua política foi primeiramente implantada localmente e, depois, reutilizada de diferentes formas pelos Estados europeus, visando à gestão social dos pobres.

Portanto, teve repercussão no delineamento das políticas de Estado.

Considerando o que foi exposto, reivindicar Owen como uma referência teórica do “movimento cooperativo” não tem nenhum fundamento quando analisamos as suas obras e, muito menos, quando consideramos a sua relação com o movimento operário. Em primeiro lugar, porque as cooperativas já existiam na Inglaterra desde o final do século XVIII, não podendo fazer derivar tais experiências da obra deste autor. E, depois, porque Owen se manteve sempre distante, tendo contatos apenas esporádicos com o movimento operário geral e com o próprio “owenismo” (operários que procuraram aplicar os princípios da obra de Owen).

As comunidades fundadas por iniciativas independentes de Owen e de seus discípulos haviam se agrupado em uma federação de auxílio mútuo, e muitos artesãos e pequenos comerciantes diziam-se influenciados pela sua obra. No entanto, estas experiências eram vistas com grande desconfiança por parte de Owen, que sempre buscou o apoio das classes dirigentes, e manteve uma relação ínfima com o movimento operário, podendo ser exemplificada pela própria reflexão do autor, registrada na obra de Thompson (2002:382): “*Os operários e as classes*

*trabalhadoras, nessa época, eram estranhos a mim e a todas as minhas ideias e intenções”.*

Mesmo sem o reconhecimento do fundador da doutrina, já havia, desde o início da década de 1830, sindicatos que se diziam orientados pelo owenismo. Em 1830, John Doherty havia fundado a *Association of United Trades*, em Manchester, primeiro sindicato geral, que reunia várias seções locais de ofícios. E, em 1833, o sindicato dos construtores converteu-se à doutrina, dando origem à Corporação Nacional dos Construtores. No mesmo ano, nasceu em Londres uma grande confederação sindical inspirada nos mesmos princípios, denominada *Grand National Consolidated Trades-Union*, com quinhentos mil adeptos. Sua carta constitutiva pregava o estabelecimento de direitos supremos do trabalho e o auxílio mútuo entre seus integrantes, com o objetivo de criar um “novo estado de coisas”. Este sindicato teria como objetivo convencer os trabalhadores em favor do socialismo, criando uma Câmara das Profissões, que viria substituir, pela supremacia da razão, a Câmara dos Comuns, mas sempre rejeitando o método revolucionário como estratégia de ação da luta de classe. Os princípios do owenismo foram logo superados, perdendo espaço para outras vozes que surgiam no meio

sindical e apresentavam formas de luta mais eficientes, como as greves.

Após o fracasso de alguns experimentos e sem mais alternativas, Owen começa a reconhecer o movimento sindical, tentando transformar as *trade-unions*, que se constituíam espontaneamente na Grã-Bretanha, em agrupamentos produtivos, destinados a substituir o Estado. O sindicalismo, mesmo que por caminhos tortuosos, passava a ser reconhecido pelo autor como um setor estratégico para a constituição da nova sociedade. Contudo, esta aproximação nunca aconteceu de fato, e não lhe rendeu frutos.

As razões para este insucesso podem ser compreendidas pelas análises de Thompson (2002:380-411), que mostram como até os movimentos operários não sustentados numa teoria social construtiva e de perspectiva reformista, acusavam as propostas de Owen de serem velhas formas das elites promoverem a filantropia e a caridade. O que se pode afirmar é que o owenismo possuía dois elementos fundamentais, pouco divulgados, que são o seu caráter filantrópico e o fato de ter se constituído a partir da apropriação de algumas noções do pensador, que foram radicalmente readaptadas e modificadas pelos trabalhadores, de acordo com os

contextos sociais específicos de seu desenvolvimento.

Com o fechamento das *trade-unios* e com o enfraquecimento das cooperativas que se desenvolveram ao redor delas, Owen, junto com os discípulos que ainda permaneciam fiéis, fundou a “Associação Unificada, Britânica e Estrangeira, do Trabalho, da Humanidade e da Ciência”. Esta associação era uma organização de caráter filantrópico, que defendia a reconciliação das classes e a união da humanidade em uma federação de comunas autônomas. Cinco anos mais tarde, a organização se transformou em uma seita que pregava uma religião racional, chegando a contar com setenta mil adeptos. No ano de 1839, este mesmo grupo fundou uma nova comunidade de caráter messiânico em Queenwood, Hampshire. O empreendimento fracassou em 1845, uma vez que os colonos se mostraram incapazes de viver com os próprios recursos.

Os chamados “socialistas utópicos” estavam profundamente imbuídos de um ideal de “harmonia social” e propunham cada qual a sua maneira, uma reforma da sociedade para aperfeiçoar o mundo industrial nascente na Europa do século XVIII e, conseqüentemente, a humanização do capitalismo. A principal característica que norteia os três autores era a proposta de

formar comunidades pré-fabricadas (falanstérios, aldeias cooperativas e outros), que teriam a função de moralizar e disciplinar as classes trabalhadoras e os pobres. Atribuíam-lhes a capacidade de pôr fim às mazelas e conflitos sociais presentes na pungente sociedade capitalista europeia. Estas comunidades ilusórias estariam imunes à miséria humana, às desordens e violência entre classes sociais.

O processo de mudança social e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária seria necessariamente alcançado com a aplicação de suas leis, acontecendo sem alteração da ordem, danos ou abolição da propriedade privada. Eles apostavam que a harmonia social poderia ser promovida a partir de condições asseguradas pela razão, bastando uma formação moral e atitude racional dos indivíduos, ou mesmo a existência de um governo racional para promover a mudança.

Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, por realizarem a crítica ao comércio desleal e à desigualdade social existente no sistema capitalista, foram logo identificados como “socialistas”. Apesar de assim classificados, e de reconhecerem o antagonismo de classes, estes autores não defendiam o fim da propriedade privada e a superação do modo de produção capitalista.

Além disto, negavam qualquer possibilidade de autonomia e de organização política dos trabalhadores enquanto classe, principalmente aquelas baseadas em métodos revolucionários. Desacreditavam, também, o processo revolucionário como condição necessária à libertação da exploração econômica. Não defendiam a emancipação dos trabalhadores e o fim do domínio de uma classe social sobre a outra. Ao contrário, acreditavam que os conflitos de classe seriam apaziguados pela “revolução racional”, que resultaria na construção de uma sociedade pré-fabricada pelas classes privilegiadas e governantes.

Esta perspectiva política explica todo o investimento feito para convencer as classes dominantes e os representantes do Estado a investirem nos seus experimentos “fantásticos” e o distanciamento das classes trabalhadoras. De uma maneira geral, os referidos autores antecipavam a necessidade do Estado e das elites promoverem políticas sociais como meio de apaziguar o conflito de classe. Pode-se recorrer à análise realizada no Manifesto Comunista para demonstrar que, apesar de também terem sido classificados por Marx e Engels como “socialistas utópicos”, estas características dos seus projetos já haviam sido denunciadas:

(...) Os inventores destes sistemas reconhecem sem dúvida o antagonismo das classes, assim como a eficácia dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não veem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento do antagonismo de classe acompanha o desenvolvimento da indústria, eles não encontram as condições materiais para a emancipação do proletariado, e põe-se a procurar de uma ciência social, de leis sociais, para criar tais condições (...). (...) No lugar da atividade social precisam colocar sua própria atividade pessoal inventiva; no lugar das condições históricas da emancipação, condições fantásticas; no lugar da organização gradual do proletariado em classes, uma organização pré-fabricada por eles mesmos. A futura história do mundo, para eles, resolve-se na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedades (...). (...) Procuram portanto, e nisto são consequentes, atenuar mais uma vez a luta de classes e conciliar os antagonismos. Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais, com o estabelecimento de falanstérios isolados, a criação de home-colonies em seus países, a fundação de uma pequena Içaria – edições in-12 da Nova Jerusalém; e, para a construção de todos esses castelos no ar, são obrigados a apelar para a filantropia dos corações e dos bolsos burgueses. Pouco a pouco, caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores acima descritos, deles se distinguindo apenas o pedantismo mais sistemático e por uma fé fanática e supersticiosa na eficácia milagrosa de sua ciência social. Por isso opõem-se encarniçadamente a todo movimento político dos operários, pois ele apenas poderia provir de uma cega falta de fé no novo evangelho (...). (MARX e ENGELS, 2006:76-78).

Evidencia-se o aspecto filantrópico dos três autores quando estes defendem que as ações sociais de melhoria das condições de vida e de existência das classes trabalhadoras devem ser geridas pelos segmentos mais abastados da sociedade. As ações filantrópicas poderiam se constituir em ações individuais de doação ou se estabelecerem em um campo institucionalizado. De acordo com suas propostas, estas ações deveriam ser promovidas pelo Estado através de políticas

de auxílio à classe trabalhadora, que seriam garantidas por concessões feitas pelas classes dominantes aos dominados, produzindo, assim, a solidariedade e dissolvendo as desigualdades entre as classes. Já a negação da capacidade da classe trabalhadora construir um movimento próprio e autônomo revela o forte conteúdo paternalista das proposições. Ainda que seja comum aos três uma proposta essencialmente filantrópica, conservadora e paternalista, cada um tinha a sua especificidade e elaborou a seu modo um modelo de sociedade e de soluções.

Por fim, as cooperativas não foram resultado da aplicação *a posteriori* das ideias sustentadas pelos “socialistas utópicos”. Elas surgiram como parte da experiência da classe trabalhadora, juntamente com os sindicatos. Por isso, o cooperativismo foi visto por intelectuais e políticos como Owen com muita desconfiança, e foi, no máximo, associado à ideia de “aldeias cooperativas e núcleos sociais”, como instrumento de política de Estado ou agente de um movimento milenarista. Cabe destacar que o cooperativismo enquanto fenômeno e ação da classe trabalhadora foi teorizado no interior do próprio movimento operário e socialista por pensadores como Marx, Bakunin, Rosa Luxemburgo e Lênin. A seguir, apresentaremos as questões centrais

do debate teórico deste campo acerca do tema.

### **3. COOPERATIVISMO E SOCIALISMO REFORMA E REVOLUÇÃO: O CARÁTER E OS LIMITES DAS COOPERATIVAS**

O debate mais importante sobre o cooperativismo foi travado no último quartel do século XIX e início do século XX, mas onde tal debate foi realizado de maneira explícita? Foi exatamente no interior do movimento operário e socialista, que mantinham relações orgânicas com as cooperativas da época. As cooperativas surgidas de forma mais ou menos paralela aos sindicatos, foram analisadas de maneira muito cuidadosa e crítica por anarquistas e comunistas, reformistas e revolucionários. Desta maneira, a ideia de que as cooperativas representam uma força revolucionária “em si” é estranha ao socialismo. Um papel tão destacado só foi atribuído às “aldeias cooperativas” por Owen, no quadro de uma política de Estado intervencionista, paternalista e conservadora. Com relação a este debate, é interessante observar o profundo grau de concordância entre autores de posições distintas como Marx e Bakunin.

Na realidade, os intelectuais socialistas colocaram o problema das cooperativas em face de dois outros

problemas: 1) o do “projeto político” ou da revolução socialista; 2) o das relações de produção capitalistas. Assim, as cooperativas não teriam um significado e uma importância em “si”, mas teriam sua relevância determinada de acordo com o projeto político a que se vinculavam (revolucionário ou não) e pela sua inserção numa “sociedade de classes”, ou numa “sociedade pós-revolucionária” (socialista). Aqui, tentaremos recuperar o problema das cooperativas em dois grandes momentos: o da “Primeira Internacional” (1864-1876) e os das situações pré e pós-revolucionárias (tomando como marco as revoluções russas de 1905 e 1917).

O debate sobre o cooperativismo mobilizou, então, alguns esforços teóricos e analíticos. As posições de Bakunin e Marx com relação ao tema estão expressas em dois textos, respectivamente “Estatismo e Anarquia” (1873) e “Crítica ao Programa de Gotha” (1875), que fazem parte de um mesmo contexto histórico. O texto de Marx é uma crítica do Programa do Partido Operário Alemão e da proposta de programa de unificação com os lassaleanos<sup>41</sup>. No item 3 do texto, ele comenta criticamente que:

Depois da «lei de bronze do salário» de Lassalle, a panacéia do profeta. «Preparam-se as vias» de uma maneira digna. Substitui-se a luta de classes

existente por uma fórmula oca de jornalista: a «questão social», para cuja «solução» se «preparam as vias». Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, «a organização socialista do conjunto do trabalho» «resulta» da «ajuda do Estado», ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) «criou». Acreditar que se pode construir uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da Imaginação de Lassalle! (MARX, 1875).

É visível então, que no texto existe uma recusa em aceitar o papel de “transformação” gradualista da sociedade por meio das cooperativas. Na realidade, a crítica recusa o papel atribuído às cooperativas de substituir a luta de classes. Marx adiciona ainda um ponto fundamental - as cooperativas só teriam um real valor se fossem criadas e mantidas pelos próprios trabalhadores, independentemente das subvenções estatais:

Dizer que aos trabalhadores querem instaurar as condições da produção colectiva à escala da sociedade e, para começar, no seu país, à escala nacional, significa somente que eles trabalham para derrubar as condições de produção actuais; e isso não tem nada que ver com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado. E quanto às sociedades cooperativas actuais, elas só têm valor enquanto são criadas independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (MARX, *ibidem*).

Por maiores que fossem as divergências com Marx, Bakunin tinha posicionamento similar. Em seu livro “Estatismo e Anarquia”, mais especificamente no apêndice, há uma carta

<sup>41</sup> Termo empregado para designar os adeptos da política defendida por Ferdinand Lassalle (1825-1864), um dos principais precursores da socialdemocracia alemã.

endereçada aos militantes russos, com orientações sobre o trabalho revolucionário junto às massas. E Bakunin discorre criticamente acerca das cooperativas:

A cooperação, sob todos os aspectos é, sem sombra de dúvida, uma forma equitativa e racional do futuro sistema de produção. Contudo, para que ela possa alcançar seus objetivos, que são a emancipação das massas laboriosas, sua retribuição em função do produto integral do seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer forma que seja, deve ser convertida em propriedade coletiva. Enquanto isso não for feito, a cooperação, na maioria dos casos, será esmagada pela concorrência todo poderosa do grande capital e da grande propriedade fundiária; nos raros casos em que por exemplo, esta ou aquela sociedade de produção, funcionando de modo forçoso mais ou menos fechada, conseguir suportar e sobrepujar esta concorrência, este êxito terá como único resultado engendrar uma nova classe privilegiada de felizes cooperadores na massa miserável dos proletários. Assim, nas condições atuais da economia social, a cooperação não pode proporcionar a emancipação às massas operárias, entretanto, oferece a vantagem, mesmo agora, de habituar os trabalhadores a unirem-se, organizarem-se e conduzirem seus próprios interesses. (BAKUNIN, 2003: 240-241).

Vemos então que a posição de Bakunin é a de marcar com clareza as limitações das cooperativas e indicar que a “cooperação” não substitui a ação revolucionária de massas como projeto político, nem se apresenta como alternativa eficaz para isto. Por outro lado, a própria economia capitalista limita as possibilidades de sobrevivência das cooperativas, e aquelas que subsistem são as que têm a tendência de se adaptar aos marcos do capitalismo, perdendo qualquer tarefa de “transformação social global”. Esta é a contradição econômica e a

limitação política do cooperativismo no âmbito do capitalismo.

Porém, ao mesmo tempo, Bakunin indica a importância das cooperativas para a educação dos trabalhadores na gestão e no trabalho coletivo, como medida de preparação das futuras instituições da sociedade socialista. As posições de Marx e Bakunin são similares no que diz respeito a este tema, porque ambas se amparam nas formulações da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), mais especificamente, em algumas de suas resoluções entre 1865 e 1867.

A polêmica sobre as “cooperativas”, a “cooperação” e o “cooperativismo” reapareceria cerca de vinte anos depois, especialmente através do debate de Rosa Luxemburgo com Eduard Bernstein. O livro de Bernstein, chamado “Socialismo Evolucionário” (1903), pode ser colocado como uma retomada do antigo projeto político do Partido Operário Alemão, e também do “lassaleanismo”.

Bernstein afirma que seus escritos não negam a “conquista do poder político” pelo proletariado político e economicamente organizado. Ao contrário, Bernstein nega a conquista revolucionária do poder e defende a ação gradual e pacífica, através das eleições e da democracia. Ao fazer a crítica à ideia de



uma “catástrofe revolucionária”, ele entende que a sociedade capitalista tinha entrado em uma fase de estabilidade e que não se poderia esperar, então, uma revolução para realizar a conquista do poder.

Bernstein redefine a própria noção de socialismo, indicando que pelo termo se entenderiam diferentes conteúdos, desde aspectos jurídicos (como justiça e igualdade), até de ciência social (luta de classes e economia cooperativa). Contudo, o autor entende que a concepção mais correta é a que tem como princípio o conceito de “associação”. Justifica esta afirmativa enfatizando que a palavra expressa tanto a relação econômica quanto a jurídica, e defende a concepção de socialismo como um movimento que busca a construção de uma sociedade baseada no princípio associativo<sup>42</sup>.

Para Bernstein, são condições preliminares da realização do socialismo: 1) a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista (organização de cooperativas de produção e de troca); 2) o exercício da soberania política pelo partido da classe trabalhadora (social-democrata). Essas condições preliminares para a socialização da produção e da

distribuição não estariam na centralização antecipada, e sim na conquista do poder político pelo proletariado a partir da via parlamentar. O projeto político, então, é bem delineado: o socialismo é dissociado da eliminação (integral e definitiva ou mesmo parcial e transitória) da propriedade privada e é colocado como sinônimo da “associação”. Para viabilizar o princípio da associação (como meio de realização do conceito de justiça) seria necessária, como condição prévia, a “conquista do poder político” pelo proletariado. Uma vez conquistado tal poder, as cooperativas seriam um instrumento essencial do Estado.

Bernstein faz um exame crítico da posição de Marx sobre as cooperativas, tentando reabilitar a importância crucial das mesmas para a social-democracia, mas faz a distinção conceitual entre cooperativas de produção e cooperativas de consumo, aceitando a existência apenas destas últimas. Segundo o autor, as cooperativas de produção tenderiam ao fracasso, porque não eram socialistas por princípio, nem democráticas, apenas individualistas. Para ele, há uma contradição inerente à cooperativa de produção, que para crescer precisa romper com a igualdade, senão fracassa. Além disso, a cooperativa de produção gera conflito na medida em que

<sup>42</sup> Aqui Bernstein rompe com a teoria marxista de que o socialismo é uma fase de transição na qual se estabelece a “Ditadura do Proletariado” e também mostra a sua diferença em relação à Bakunin, para quem o socialismo era sinônimo de coletivização dos meios de produção e destruição do Estado.

busca lucro, pois todos os compradores lutam para rebaixar os preços dos produtos, e, para que isso ocorra, é preciso explorar a mão de obra.

Outro fator problemático neste tipo de cooperativa é a questão da gerência. Bernstein acredita que a solidariedade entre trabalhadores com diferentes níveis e modos de vida é moderada, e que uma cooperativa com gerência socializada só pode ser possível em um empreendimento no qual estejam reunidos trabalhadores não-diferenciados. O autor ainda acredita que o dividendo (excedente) é a “maçã do pecado” do movimento cooperativo, porque as sobras não seriam suficientes para garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Segundo ele, apenas a cooperativa de consumo tem o efeito de reduzir o custo dos produtos e, assim, gerar um aumento da renda do trabalhador.

Pode-se concluir que a formulação de Bernstein tem caráter ambíguo: é ao mesmo tempo um meio de defesa das cooperativas de consumo e uma arma de crítica contra as cooperativas de produção. Assim, no projeto de Bernstein, desenvolvido no livro *Socialismo Evolucionário*, as cooperativas de consumo subsidiadas pelo Estado são o principal instrumento de criação de “igualdade” e de construção de um

“socialismo democrático”, que não ataca a propriedade privada dos meios de produção.

Rosa Luxemburgo, no seu livro “Reforma ou Revolução” (1900), faz um debate crítico da teoria de Bernstein, apontando um aspecto “híbrido e contraditório” das cooperativas, em especial das cooperativas de produção. A contradição está na existência de uma produção socializada que continua estabelecendo suas trocas em um sistema capitalista. A autora ressalta que é o processo de troca capitalista (comercialização das mercadorias), marcado pela concorrência, o momento em que ocorre o impulso para a prática de métodos de exploração da força de trabalho e para a dominação da produção pelos interesses capitalistas.

Diante disto, a empresa capitalista para sobreviver precisa, de acordo com o contexto, intensificar a exploração sobre o trabalho, encurtando ou prolongando a sua duração e contratando ou dispensando mão-de-obra. Assim, as cooperativas vivem a contradição entre os interesses dos operários e a necessidade de assumir uma produção nos moldes capitalistas. Nos casos em que o interesse dos operários se torna mais forte, elas se dissolvem diante da concorrência do mercado capitalista. Rosa

discorda que seja a “falta de disciplina” dos operários a causa da falência destas organizações, como apontado por Bernstein.

A autora ainda analisa a situação em que a cooperativa suprime artificialmente a contradição entre o modo de produção e de troca, subtraindo a lei da livre concorrência. Neste caso, a cooperativa de produção asseguraria um mercado consumidor através da cooperativa de consumo. Segundo ela:

Verifica-se que a existência da cooperativa de produção liga-se, actualmente, à existência da cooperativa de consumo; do que resulta deverem as cooperativas de produção contentarem-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem-se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. Todos os sectores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência da cooperativa de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu carácter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da actual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média. (LUXEMBURGO, 2002, Parte II, item 2).

A posição de Rosa retoma assim a polémica existente em torno da relação das cooperativas com os projetos políticos. Por sua vez, Bernstein se inscreve nos marcos de uma política reformista que indica que os sindicatos devem cumprir um papel na democratização do lucro industrial, enquanto as cooperativas de consumo

atuam sobre o lucro comercial. Nesse sentido, Rosa traz em questão a crítica da concepção política global em que tais premissas acerca do cooperativismo são expostas.

A referida autora adiciona uma reflexão importante sobre as cooperativas em geral: a viabilidade das cooperativas de produção estaria associada necessariamente à existência de cooperativas de consumo, elemento que, se estava presente em Bernstein, não o estava de forma tão enfática. Se por um lado a articulação garante a viabilidade dos empreendimentos cooperativos, por outro ela os restringe aos ramos secundários da economia capitalista. A polarização política e teórica do cooperativismo está inserida no quadro da cisão da social-democracia internacional em uma ala revolucionária e uma ala reformista. A importância exacerbada atribuída às cooperativas e sua função está associada às posições reformistas.

Assim foi pelo menos até a Revolução Russa de 1917. Os acontecimentos desse ano mudaram as posições de um setor importante da social-democracia, os “bolcheviques”, ou pelo menos de sua principal liderança, Lênin. O texto de Lênin “Sobre o Cooperativismo” pertence a um contexto determinado: o do período pós-revolucionário da Rússia de

1917. Neste sentido, o debate colocado por ele deve ser entendido à luz da sua teoria sobre o período de “transição para o socialismo”. O texto é do ano de 1923, depois da implantação da Nova Política Econômica (NEP). Um primeiro elemento importante da abordagem sobre o cooperativismo é o seguinte:

Nos sonhos dos velhos cooperativistas há muita fantasia; tanta, que frequentemente acabam sendo cômicos. Em que consiste essa fantasia? Em que as pessoas não compreendem a significação fundamental, essencial, da luta política da classe operária para derrubar a dominação dos exploradores? Derrotamos a dominação dos exploradores, e muito do que era fantástico, inclusive romântico, trivial nos sonhos dos velhos cooperativistas é agora simples realidade. (LÊNIN, 1988, p. 339).

O argumento do autor indica o que seria a falha do cooperativismo, e porque as cooperativas, depois da experiência histórica da Revolução Russa, adquiriram outro e importante significado. Uma vez que o poder estatal estava nas “mãos da classe operária”, as cooperativas teriam uma importante função na construção do socialismo:

Com a maioria da população organizada em cooperativas, o socialismo, que antes despertava justificadas risadas, gozações e atitudes desdenhosas por parte dos que estavam convencidos, e com razão, da necessidade de fazer-se a luta de classes, a luta pelo poder político, atingira forçosamente seu objetivo. (LÊNIN, *ibidem*).

A questão apontada por Lênin é que muitos militantes do Partido Comunista de

então não tinham percebido a mudança histórica e desprezavam, por isto, a função das cooperativas. Desta forma, o autor se coloca como um defensor destas como um dos instrumentos da política econômica do Estado Socialista. Com efeito, havia duas razões de ser para as cooperativas na Rússia pós-revolucionária: 1) a necessidade de tirar o camponês da produção individualizada; 2) a necessidade de fazer isso por meios “pedagógicos”, através do ensino da experiência do trabalho cooperativo, um período de “desenvolvimento cultural de todo povo”. Subjaz na análise de Lênin a tese do atraso da Rússia, materializada, nesse caso, pelo atraso do camponês em relação aos modos de produção e, também, em relação à cultura europeia<sup>43</sup>. Por isto, as cooperativas seriam um meio econômico de encaminhar a transição socialista diante do atraso camponês, e deveriam receber privilégios econômicos, financeiros e bancários por parte do Estado Soviético, além de desenvolverem outro sistema de prêmios (LÊNIN, *op.cit*, p. 342).

A política de incentivo ao cooperativismo também tinha um sentido macroeconômico, representado pelo debate sobre os instrumentos de política econômica empregados pelo Estado

<sup>43</sup> Lênin afirmou que os comerciantes russos negociavam à maneira asiática e que, para ser um bom comerciante, era preciso fazê-lo à maneira europeia.

Soviético, dos quais faziam parte o incentivo ao “Capitalismo de Estado”<sup>44</sup>. Neste sentido, Lênin faz uma caracterização da diferença entre empresas cooperativas sob diferentes “regimes” econômicos:

Sob o capitalismo privado, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas do mesmo modo que as empresas coletivas se diferenciam das empresas privadas. Sob o Capitalismo de Estado, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas estatais, em primeiro lugar porque são empresas privadas, e em segundo lugar, porque são empresas coletivas. Sob o nosso sistema atual, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas privadas porque são empresas coletivas, mas não se diferenciam das empresas socialistas se a terra em que se encontram e os meios de produção pertencem ao Estado, isto é, a classe operária. (LÊNIN, op.cit, p. 344).

Por essa razão, Lênin afirma que o desenvolvimento da cooperação tem identificação com o desenvolvimento do socialismo, o que implica no deslocamento da luta política para o trabalho “*pacífico, organizativo, cultural*”. “*Diria que nosso trabalho se desloca para o trabalho educativo, se não fosse por nossas relações internacionais (...)*” (LÊNIN, op.cit, p. 345). Afirma também que a aquisição da “cultura” pelo camponês é um pressuposto para o desenvolvimento das cooperativas. Nesse sentido, fala de uma revolução cultural como tarefa para a construção do socialismo.

Em síntese, podemos destacar dois elementos importantes das formulações de Lênin: 1) a diferenciação dos significados e papéis históricos das cooperativas, se estão sob regime capitalista ou não; 2) a diferenciação das empresas cooperativas em relação às demais empresas sob o capitalismo “privado” ou de “Estado”, mostrando que existe uma divergência conceitual entre “empresas cooperativas” e “empresas estatais”.

O conjunto de textos e autores analisados aqui resume as principais posições existentes dentro do movimento socialista. Pode-se dizer que existem duas posições configuradas ainda em meados do século XIX, à época da “Primeira Internacional”: a análise socialista e revolucionária do cooperativismo (que está presente em Marx e Bakunin) e a posição dos lassaleanos.

A primeira considerava que as cooperativas eram marcadas por uma “limitação” objetiva imposta pela sociedade capitalista, e que seu papel era “educativo”, consistindo em preparar os trabalhadores para autogerirem empreendimentos econômicos, que seriam formas subsidiárias das organizações de classe revolucionárias. De acordo com tal

<sup>44</sup> Lênin caracterizou a existência de diferentes setores econômicos na Rússia do período pós-guerra: o setor da pequena produção camponesa, o capitalismo de Estado e outros. Entre eles, o capitalismo de Estado era uma forma que preparava várias das condições para o desenvolvimento do setor socialista.

perspectiva, as cooperativas teriam uma importância maior na situação pós-revolucionária, quando assumiriam o caráter de organização nacional da produção.

A outra posição, que surge com os lassaleanos no mesmo período, tem inclinação “reformista”. Considerava a conquista pacífica do poder político e acreditava que a transformação social aconteceria de forma gradual, pela intervenção do Estado burguês. Nessa visão, as cooperativas seriam instrumentos da política de Estado, que organizaria a relação de produção e consumo, subsidiaria as cooperativas com crédito e garantia, assim, a redistribuição da riqueza na sociedade capitalista, sem expropriação e sem revolução.

Um ponto em comum desse debate é que a análise da experiência das cooperativas de produção mostra como sua contradição inviabiliza uma função “popular”, ou seja, a de garantir o acesso cooperativo à riqueza. Ele também aponta para o fato dessas cooperativas só serem viáveis quando existirem junto com cooperativas de consumo. De maneira geral, podemos afirmar, em síntese, que para os revolucionários as cooperativas teriam uma função mais importante na situação pós-revolucionária, depois da

destruição do capitalismo, para os reformistas, elas seriam, em si, o meio de reforma ou melhoria do capitalismo, desde que conjugadas com a ação sindical e partidária.

#### 4. CONCLUSÕES

Nesse sentido, entendemos que o ideário da “revolução pacífica” está articulado com a ação concreta observada no campo da economia solidária, sendo esse campo expressão hoje de um cooperativismo sindical-popular atrelado à política de Estado e em correspondência inequívoca com o receituário da política neoliberal adotada internacionalmente. Com relação às políticas públicas, o referido receituário, ao pregar um Estado mínimo, defende na verdade políticas assistencialistas e minimalistas, no sentido de ampliar espaços para a atuação de parceiros (terceiros), no qual a economia solidária se apresenta como proposta de inserção produtiva precarizada da classe trabalhadora, configurando-se numa gestão social dos mais pobres.

Por essa razão, a partir de 1990 assistimos o crescimento do chamado Terceiro Setor, que atua enquanto órgão não-governamental (paraestatal) e se abstém do caráter reivindicativo e de assessoria a movimentos sociais de outrora, assumindo um perfil empresarial. Ele,

financiado em larga escala por agências governamentais e organismos multilaterais, se beneficia da perspectiva assistencialista das políticas de governo e é o seu grande parceiro na execução das mesmas.

Nesse bojo se encaixa a economia solidária, já que ela é desenvolvida institucionalmente no sentido de ser uma política “pobre para pobre”, sendo incapaz de resolver as dificuldades centrais das cooperativas e impulsionar transformações socioeconômicas significativas no cenário brasileiro. Como pano de fundo, o objetivo é conter o potencial revolucionário das “classes perigosas” e oferecer-lhes mínimos sociais como compensação a sua condição de exclusão, em outras palavras, é fazer a gestão da pobreza e manter o Estado enquanto meio de controle social.

Além disso, a sua proposta política representa a tentativa de ampliar o controle ideológico sobre a classe trabalhadora, porque anuncia a “boa-nova” do caminho de não-ruptura com o sistema capitalista. Desse modo, os novos socialistas utópicos pregam a economia solidária como uma espécie de “capitalismo social”, socialmente responsável, em torno do qual toda a humanidade deveria se unir, desconsiderando os inerentes conflitos de classe para buscar uma espécie de “ilha da fantasia”, como propunha Thomas More

em sua clássica obra: “A Utopia”. De fato, esta “nova utopia socialista” propõe a alienação da classe trabalhadora ao estimular a busca da “terra prometida” e do “eldorado da felicidade”, idealizando messianicamente um lugar novo e puro onde existiria a sociedade perfeita. Observamos, então, que os limites políticos e econômicos da economia solidária impedem que ela se constitua em uma forma de organização popular e, conseqüentemente, uma via de transformação social.

Por fim, entendemos que o cooperativismo de base sindical-popular deve recuperar o caráter pedagógico defendido pelos teóricos socialistas analisados, com vistas a uma formação política que aposte na necessidade de vinculação a movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, propomos que a mobilização da classe trabalhadora no âmbito do cooperativismo não signifique um fim em si mesma, mas a volta do cooperativismo societário a sua matriz sindical e socialista, com caráter pedagógico e atenta aos limites apontados de sua existência numa economia capitalista pelos socialistas, e ainda vinculada à longo prazo a um projeto revolucionário e emancipatório da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG. (2000), *Autogestão* (informativo). São Paulo, ANTEAG, n. 3, ago./set.

BAKUNIN, Mikhail. (2003), *Estatismo e anarquia*. São Paulo, Imaginário.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. (2007), *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de trabalho e renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez.

BERNSTEIN, Eduard. (1997), *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Instituto Teotônio Vilela/Jorge Zahar. (Coleção Pensamento Social Democrata).

CULTI, Maria Nezilda. (2007), *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt.htm>. Acesso em: 10 de Jul. 2007.

IBAM/COMUNIDADE SOLIDÁRIA/IPEA. (1997), *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COPPE/UFRJ*, In: *Experiências Inovadoras 2*. Rio de Janeiro: Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida / Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP).

GARCIA, Victor. (2003), *La internacional obrera: Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*. Disponível em: <http://www.antorcha.net/biblioteca>. Acesso em: 05 de Jul. 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Uliânov. (1988), *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. São Paulo, Oficina de Livros (Coleção Fundamentos).

LUXEMBURGO, Rosa. (2008), *Reforma ou Revolução*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/>. Acesso em: 20 de Maio. 2008.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. (2001), *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MANÇE, Euclides André (org.). (2003), *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro, DP&A/FASE/IFIL.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. (2008), *Crítica ao Programa de Gotha*. Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 20 de Maio. 2008.

\_\_\_\_\_. (2006), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Dados extraídos do sítio da OCB. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 10 de Out. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2019)*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 31 de Jul. 2020.

OWEN, Robert. (2007), *A New View of Society, Essays on the principle of the formation of the human Character, and the application of the principle to practice*. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em: 05 de Jul. 2007.

PETITFILS, Jean Christian. (1977), *Os Socialistas Utópicos*. São Paulo, Círculo do Livro.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. (1987), *O que é cooperativismo*. São Paulo, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).

SAINT-SIMON, Conde de; HENRI DE ROUVROY, Claude. (2004), *Cartas de um habitante de Ginebra a sus*



*contemporaneous*. Disponível em: <http://www.antorcha.net/biblioteca>. Acesso em: 05 de Jun. 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2007), *Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2006*. Brasília, SENAES/MTE.

SINGER, Paul. (1998), *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. (2007), *Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt.htm>. Acesso em: 10 de Jul. 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. (1987), *A formação da classe operária inglesa (Vol. III)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (3ª ed.).

UNIMED. (2009), *História do Sistema UNIMED*. Disponível em: [http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=34393&cd\\_secao=46159&cd\\_materia=46923](http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=34393&cd_secao=46159&cd_materia=46923). Acesso em: 07 de Fev. 2009.

ZAPERLON, Sandra Regina. (2003), *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, Sandra Mayink; FONSECA, Isaque. (2001), *Cooperativismo: uma “revolução pacífica” em ação*. Rio de Janeiro, DP&A, FASE.

## EL PESO ESPECÍFICO DE LA CNT EN EL CONTEXTO DE LOS HECHOS DE MAYO DE 1937: ANÁLISIS DE AFILIACIÓN SINDICAL DE LA FEDERACIÓN REGIONAL DE CATALUNYA

Gonzalo Berger<sup>45</sup>

### RESUMEN

El estudio analiza la fuerza sindical de la CNT durante los meses posteriores a los hechos de mayo de 1937. Los datos de afiliación han sido extraídos de informes internos del Comité Regional de Cataluña depositados en el Instituto de Historia social de Ámsterdam. Los documentos fueron emitidos por las delegaciones comarcales como respuesta a la solicitud del comité de estadística de la regional catalana de la CNT. Las fechas sitúan la información entre el día 28 de mayo y el 21 de julio de 1937. Mediante el análisis de esta documentación se pretende aportar una visión de conjunto sobre la posición efectiva de la CNT durante la compleja situación política, social y militar que se gestó a partir del 20 de julio de 1936 en Catalunya y que transitó desde la experiencia revolucionaria hacia la consolidación de las instituciones republicanas.

Palabras clave: Catalunya, Guerra, militancia, CNT, anarcosindicalismo

### ABSTRACT

The study analyzes the union strength of the CNT during the months after the events of May 1937. The affiliation data have been extracted from internal reports of the Regional Committee of Catalonia deposited in the Institute of Social History in Amsterdam. The documents were issued by the regional delegations in response to the request of the statistics committee of the Catalan regional CNT. The dates place the information between May 28 and July 21, 1937. By analyzing this documentation, it is intended to provide an overview of the effective position of the CNT during the complex political, social, and military situation that started from July 20, 1936 in Catalonia and it went from the revolutionary experience to the consolidation of republican institutions.

Keywords: Catalonia, War, militancy, CNT, anarcho-syndicalism

---

<sup>45</sup> Universidad Pompeu Fabra de Barcelona (UPF). Grupo de investigación NEXUS-UPF.

## 1. INTRODUCCIÓN

El 20 de julio de 1936 se dio por finalizada la sublevación de los militares en Barcelona. Fuerzas de orden público, militares fieles al gobierno y miembros de las organizaciones del Frente Popular y del sindicato CNT habían conseguido derrotar el golpe de estado de Cataluña. De forma simultánea, se había iniciado un proceso revolucionario: una revolución social, de clase, pero también una fractura en las relaciones entre los gobiernos de Cataluña y España. Las leyes y mecanismos políticos del Estado español desaparecieron en Cataluña desde el momento en que los militares fueron vencidos y la 4ª División, que estaba desplegada en Cataluña, había sido desmovilizada por órdenes del Gobierno republicano (Díaz, 1990).

A pesar del fracaso de la insurrección, parte del territorio había quedado bajo control de los sublevados. En Aragón, la región más próxima a Cataluña, los militares golpistas controlaban la situación. Como contramedida para evitar un probable ataque sobre Cataluña desde la provincia vecina, se acordó enviar, en dirección a Zaragoza, columnas armadas

formadas por militantes de las organizaciones antifascistas y por militares afectos (Guarner, 1980).

La rebelión fascista ha sido vencida por el heroísmo popular y el de las fuerzas leales. Sin embargo, es necesario terminar de aniquilar en toda Cataluña a los últimos núcleos fascistas existentes y prevenirse contra posibles peligros de fuera.<sup>46</sup>

Para organizar y coordinar estas fuerzas militares y para materializar la alianza antifascista, se creó el Comité Central de Milicias Antifascistas, organización legalmente abalada y financiada, en buena parte, por el Gobierno de la Generalitat (Berger, 218:16).<sup>47</sup>

## 2. LA REVOLUCIÓN Y LA GUERRA: ÓRGANOS DE GESTIÓN

*El Comité Central de Milicias Antifascistas*

El 21 de julio de 1936 se hizo pública la existencia del Comité Central de las Milicias Antifascistas a través de un comunicado abalado por la firma de los representantes de las organizaciones que lo

<sup>46</sup> Boletín Oficial de la Generalitat de Catalunya, 21 de julio de 1936.

<sup>47</sup> Véase Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_35\_E01\_D02, D05, D08, D12, D12 [Actas del Comité Central de Milicias Antifascistas de Cataluña] agosto y septiembre de 1936.

formaban.<sup>48</sup> El acuerdo incluía la regional catalana del sindicato de la Confederación Nacional del Trabajo (CNT), la sección catalana de la Federación Anarquista Ibérica (FAI), Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), Acció Catalana Republicana (ACR), el sindicato Unió de Rabassaires (UR), la organización catalana del sindicato Unión General de Trabajadores (UGT), la Unión Socialista de Catalunya (USC) y el Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) (Pozo, 2012: 21). Este Comité tuvo como objetivo principal la organización militar de Cataluña y, a este efecto, reclutar, equipar y dirigir los elementos que debían formar parte de las milicias populares. El decreto autorizaba las organizaciones que formaban parte de este Comité a abrir los correspondientes centros de alistamiento.<sup>49</sup> La estructuración denotaba la prioridad que este nuevo organismo daba a los asuntos militares.<sup>50</sup> La organización se articuló a partir de cinco secretarías con subvenciones dependientes. Así, en primer lugar, estaba la Secretaría de Organización de las

Milicias, que se dividía en dos: la de Organización de Milicias en la ciudad de Barcelona, bajo la dirección de Diego Abad de Santillán y la de la Organización de Milicias de comarcas, dirigida por Joan Pons y Josep Miret. De esta secretaría dependían las subsecciones de Casernas y Munición. En segundo lugar, estaba la Secretaría de Guerra y Operaciones, con las correspondientes subsecciones de Cartografía, Escuela de Guerra, Escuela de Transmisiones y Señales, que estaba al cargo de Joan Garcia Oliver. La Secretaría de Guerra también controlaba dos subsecretarías: la de Provisiones, dirigida por Josep Torrents, y la de Sanidad, dirigida por Artemi Aiguader. En tercer lugar, estaba la Secretaría de Investigación, dirigida por Rafael Vidiella y Aurelio Fernández. En cuarto lugar, la Secretaría de Patrullas de Control, dirigida por Josep Asens, Tomàs Fàbregas y Salvador González, y, finalmente la Secretaría de Transportes, de la cual era responsable marcos Alcón. Finalmente, por encima del resto de secretarías, había una Secretaría

<sup>48</sup> Delegados de la CNT: Buenaventura Durruti, Josep Asens y Juan García Oliver; delegados de la FAI: Aurelio Fernández y Diego Abad de Santillán; delegados de ERC: Artemi Aiguader, Jaume Miravittles y Joan Pons; delegado de ACR: Tomás Fàbregas; delegado del POUM: Josep Rovira; delegados de UGT: José del Barrio, Salvador González y Antonio López; delegado de Unió de Rabassaires: Josep Torrents, y delegado de la Unión Socialista: José Miret. En total, eran quince hombres de organizaciones obreras y partidos republicanos. Véase Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_35\_E01\_D01 [Formación del Comité de Milicias Antifascistas] 21 de julio de 1936.

<sup>49</sup> Reglamento de las milicias antifascistas. Punto 2. Archivo del CDMH. Delegación Nacional de Servicios Documentales de la Presidencia del Gobierno. PS\_BARCELONA\_11,2.

<sup>50</sup> Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_35\_E01\_D02 [Comité Central de Milicias Antifascistas. Generalidad de Cataluña. Organización del Comité Central de las Milicias] 21 de julio de 1936.

General, dirigida por Jaume Miravittles, de la cual dependían las subsecciones Estadística, Censura, Prensa y Radio. La estructura del Comité se completaba con los delegados del Gobierno de la Generalitat: el comisario de Defensa, Lluís Prunés; el representante de la Conselleria de Governación, Josep Tarradellas; Enric Pérez Farràs, como jefe de milicias y León Luengo, el jefe de las fuerzas de orden público de la Generalitat. Antoni Soler también participó como delegado ocasional de la Generalitat de Catalunya. Los asesores del Comité fueron los siguientes militares profesionales: el capitán Josep Guarner, el comandante Vicenç Guarner, el teniente coronel Felipe Díaz Sandino y el coronel Giménez de la Beraza (Pozo, 2012: 26).

Esta organización no dejaba dudas sobre las intenciones y las implicaciones

La primera composición del Comité incluía siete sindicalistas –tres representantes del sindicato CNT y tres de la UGT, así como uno de la Unió de Rabassaires—; dos anarquistas, miembros de la FAI; dos marxistas –un representante del POUM y uno de la Unió Socialista—, y cuatro catalanistas progresistas –tres representantes de ERC y uno de ACR. En

políticas respecto a la situación que se vivía en Cataluña. Se trataba de una entidad política que articulaba una fuerza militar –base real de cualquier forma de poder—y que implicaba la alianza, *de facto*, entre organizaciones obreras, marxistas y libertarias y fuerzas catalanistas progresistas, incluidas las que representaba el Gobierno de Catalunya, hasta entonces autonómico, y representantes del estamento militar afines a la Unión Militar Republicana Antifascista (UMRA).<sup>51</sup> La organización militar del Comité y su posterior desarrollo respondía a intereses estratégicos, en función de la jurisdicción que ostentaba el territorio catalán, como lo demuestran el avance sobre Aragón y la expedición de Mallorca, ambos hechos llevados a cabo por iniciativa del Gobierno catalán (Díaz, 1990).

el Comité también tenían derecho de voto cuatro miembros de ERC, miembros destacados del Gobierno de la Generalitat. Hay que tener presente que la formación del Comité excluyó la participación de organizaciones antifascistas con un cierto peso específico en Cataluña. El sindicato Centre Autonomista de Dependents del Comerç i de la Indústria (CADCI), el

---

<sup>51</sup> Unión Militar Republicana Antifascista. Organización de militares de izquierda del Ejército español, creada durante el año 1934, por oposición a la Unión Militar Española, de corte fascista. En Cataluña, fue organizador de la UMRA el comandante Vicente Guarner.

Partido Sindicalista, Estat Català, el Partit Republicà d'Esquerres, el Partit Democràtic Federal, el Partido Federal Ibérico o el Partit Republicà Demòcrata de Catalunya no tuvieron voto ni responsabilidades ejecutivas en el Comité, pero contribuyeron al esfuerzo de guerra aportando combatientes y organizando columnas (Berger, 2018).

La primera acción del Comité fue la publicación del reglamento de las milicias antifascistas,<sup>52</sup> a partir de la cual se formaron las columnas de voluntarios:

- Se establece un orden revolucionario para el mantenimiento del cual se comprometen todas las organizaciones que integran el Comité Central.
- Para reclutar elementos para las milicias antifascistas, las organizaciones que constituyen el Comité quedan autorizadas para abrir los correspondientes centros de alistamiento.
- Con este fin, los milicianos llevarán el carné correspondiente que acredite su personalidad.
- La organización militar de las milicias antifascistas se estructura en grupos de diez milicianos y un jefe. Cada diez grupos forma una centuria, comandada por un centurión. Tanto los grupos como las centurias estarán compuestos, si es posible, por milicianos de una sola organización. El mando será efectuado por las organizaciones respectivas.
- Todo aquel que actúe al margen de las milicias será considerado faccioso y sufrirá las sanciones que el Comité Central determine.
- Los milicianos de noche serán especialmente rigurosos contra aquellos que alteren el orden revolucionario.
- El Comité espera que, dada la necesidad de constituir un orden revolucionario para fortalecer el núcleo antifascista, no tendrá necesidad, para hacerse

---

<sup>52</sup> Archivo del CDMH. Delegación Nacional de Servicios Documentales de la Presidencia del Gobierno. PS\_BARCELONA\_11,2 [Reglamento interno de las milicias antifascistas de Cataluña] 22 de julio de 1936. Fue impreso en el dorso del carné de miliciano, obligatorio para todos los componentes de las milicias a partir del 16 de agosto de 1936.

obedecer, de recurrir a medidas disciplinarias.

El 23 de julio, a primera hora de la tarde, salían en dirección a tierras aragonesas las primeras columnas de combatientes organizadas desde el Comité.

De los testimonios de los protagonistas y de las actas del Comité se desprende, en líneas generales, el ambiente de camaradería y buena relación entre los miembros y las organizaciones del Comité. Mientras estuvo activo, todas las secretarías de la organización trabajaron juntas con la finalidad de consolidar el nuevo Ejército de Cataluña. Es importante destacar que éste fue, durante la etapa del Comité, un ejército de voluntarios.

Paralelamente a la puesta en marcha del Comité de Milicias se constituía, el 29 de julio, un nuevo gobierno en la Generalitat, formado por nueve consejeros de ERC, dos del PSUC,<sup>53</sup> uno de UR i uno de ACR. Éste incluía, por primera vez, la cartera de Defensa, con el teniente coronel de aviación Felipe Díaz Sandino en la cabeza.

El 28 de setiembre se disolvió, por unanimidad de sus miembros, el Comité Central de Milicias Antifascistas, y dejaba paso a la Conselleria de Defensa de la Generalitat, que a partir de aquel momento pasó a ser la administración responsable de los asuntos militares en Cataluña. El Comité de Milicias Antifascistas fue, de esta manera, solución de urgencia, embrión y banco de pruebas del futuro Ejército Popular de Cataluña.

El general Vicente Rojo, nada afecto a las cuestiones catalanas, escribió en sus memorias que había sido un «suceso notable» el hecho que estas columnas pudieran llegar, venciendo resistencias y sosteniendo contraataques, al pie de las tres capitales aragonesas, hasta poder fijar un verdadero frente de combate (Guarner, 1980: 129).

Concretamente escribió:

*se ha de destacar la gran audacia de las columnas catalanas, aragonesas y levantinas en su marcha hacia Zaragoza, Huesca y Teruel, hasta dejar fijado un frente de combate.*<sup>54</sup>

*La disolución del Comité*

<sup>53</sup> Partido Socialista Unificado de Cataluña, fue constituido el 23 de julio de 1936 y estaba formado por la unión de cuatro partidos: el Partido Comunista de Cataluña, la Unión Socialista de Cataluña, el Partido Catalán Proletario y la federación catalana del PSOE.

<sup>54</sup> Vicente Rojo. *España heroica. Diez bocetos de la guerra española*. Buenos Aires: El Sol, 1940, p. 316.

Durante la reunión del Comité del día 12 de setiembre de 1936 se trató un único punto: el Gobierno de la Generalitat debía de ser sustituido por un Consell de Defensa de Catalunya. Este debería estar formado por representantes de todas las organizaciones que formaban parte del Comité. Este, a su vez, debía disolverse en el mismo momento de la creación del nuevo organismo. El punto fue aprobado por todos los miembros del Comité a excepción de los representantes del POUM y del PSUC, que querían acabar de debatir en sus respectivas organizaciones la manera de llevar a la práctica el nuevo Consell.<sup>55</sup> El posicionamiento de los libertarios es claro. El 17 de agosto la disolución del Comité fue aprobada en el pleno de locales y comarcales de la CNT catalana y, fue ratificada el 21 del mismo mes en el pleno de grupos anarquistas de la regional catalana de la FAI. Solo 27 días después de la formación del Comité, estas organizaciones consideraban que no era una herramienta útil para coordinar la guerra. Se reconocía que la Generalitat, a través del Comité, no tenía autoridad suficiente para imponer las medidas necesarias para ganar la confrontación armada que vivía el país. Era necesario,

pues, encontrar un punto medio en el que organizaciones como la CNT y la FAI pudieran participar en la dirección y la organización de la guerra de una forma eficaz. Todas las organizaciones, incluida ERC, consideraban que la disolución del Comité y del Gobierno de la Generalitat para formar un único Consell de Defensa era la mejor opción para unir esfuerzos.

El día 14 de setiembre se reunió otra vez el pleno del Comité para ratificar la decisión aprobada el día 12. Durante este pleno<sup>56</sup> afloraron las diferencias ideológicas de cada una de las facciones, que dificultaron, finalmente, la creación del Consell, pero no impidieron la disolución del Comité. Garcia Oliver dio cuenta del acuerdo de la CNT referente a la constitución del Consell de Defensa y la substitución del Gobierno en funciones; la CNT quería avanzar hacia la transformación política de España, y constituir una confederación de naciones libres, empezando por Cataluña. Gorkín, el representante del POUM, daba la conformidad de su organización a la creación del Consell de Defensa, siempre que estuvieran representadas todas las organizaciones del Comité y que el programa de gobierno fuera socialista.

<sup>55</sup> Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_35\_E01\_D13 [Actas del Comité Central de Milicias Antifascistas de Cataluña] 12 de septiembre de 1936.

<sup>56</sup> Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_35\_E01\_D13 [Actas del Comité Central de Milicias Antifascistas de Cataluña] 12 de septiembre de 1936.



Vidiella, representante del PSUC, aportó las condiciones de su organización. Igual que el POUM, pedían que todas las organizaciones del Comité estuvieran representadas en el nuevo organismo y, también, que el nombre elegido fuera Consell de la Generalitat de Catalunya, con funciones totalitarias en todo el territorio catalán, con el objetivo de evitar fraccionamientos y bandos. Finalmente, en materia económica, se proponía que el Consell debía ser el único organismo autorizado para dirigir las incautaciones y colectivizaciones de propiedades, industrias y tierras. El PSUC proponía la creación de una institución pública de carácter socialista. Miravittles defendió la posición de ERC. El nuevo gobierno tenía que estar formado por todas las organizaciones del Comité y, en cuestión de programa, ir tan lejos como fuera necesario para ganar la guerra. Santillán, representante de la posición política de la FAI en el Comité, manifestó que era necesario encontrar los puntos de coincidencia y afinidad entre todas las organizaciones; era necesario trabajar con un único objetivo: ganar la guerra contra el fascismo. El representante de la Unió de Rabassaires, Torrents, manifestó que se necesitaba un gobierno fuerte, un único poder que organizara la economía y la guerra contra el fascismo. Josep Guarner

consideró necesario acercar las posiciones de antifascistas y socialistas.

García Oliver y Gorkín discutieron sobre conceptos teóricos relativos al nuevo orden social y, Miravittles intervino para aclarar que las discusiones sobre el programa político estarían muy bien en un escenario próximo a una victoria en la guerra, pero que no era el caso. Miravittles propuso la siguiente declaración para avanzar sobre la nueva manera de administrar el país:

*Para llevar a buen término la guerra, proponemos la formación de un gobierno que tenga como objeto principal la lucha hasta la victoria contra el movimiento armado del fascismo. A tal efecto, proponemos la formación de un gobierno compuesto por todas las fuerzas que en Cataluña han adoptado una actitud decisiva contra el fascismo, como son la clase obrera, los pequeños agricultores y la menestralía. Este gobierno dirigirá la guerra contra el fascismo y llevará a cabo aquellas transformaciones sociales y económicas indispensables para aplastarlo históricamente.*

Alcón, de la CNT, entendía que el Consell tenía que dirigir la guerra contra el

fascismo y que la transformación social correspondía a las organizaciones, que ya actuaban al margen de los acuerdos del Comité. Miret expresaba que era necesario concretar un programa para conseguir la unidad en el frente y en la retaguardia. Gorkín matizaba aspectos formales, y Vidiella apostaba por un gobierno fuerte, con crédito en el extranjero. García Oliver invitaba a los asistentes a comunicar al presidente de la Generalitat el acuerdo del Comité para que iniciara el proceso de formación inmediata del Consell. Tampoco se pusieron de acuerdo en este tema. En definitiva, todos estaban de acuerdo en que era necesario avanzar hacia una forma de gobierno más eficaz en la lucha contra el fascismo; pero, al mismo tiempo, no coincidían en como tenía que ser el programa de actuaciones económicas, en la composición del Consell, en su denominación y, ni siquiera, en la manera de constituirlo oficialmente. Si bien la posición de la CNT, la FAI, ERC, ACR y UR fue la de hacer concesiones para encontrar puntos en común, el PSUC se mantuvo en el propósito de imponer su programa político y el POUM desaprovechó la ocasión de consolidar su posición perdiéndose en debates estériles de carácter secundario.

Finalmente, la propuesta del Consell de Defensa no prosperó. El día 3 de octubre se hizo oficial la disolución del Comité Central de Milicias Antifascistas. En el futuro, las organizaciones representadas en el Comité formarían parte de los sucesivos gobiernos de la Generalitat de Catalunya. Las competencias de carácter militar pasaron a ser controladas exclusivamente por la Conselleria de Defensa y las de orden público, por el Departamento de Interior.

#### *La Conselleria de Defensa*

El 2 de agosto se había oficializado la creación de la Conselleria de Defensa de la Generalitat de Catalunya.<sup>57</sup> El día 7 del mismo mes se publicó el decreto con las atribuciones que correspondían a la nueva Conselleria del Gobierno. En realidad, durante los meses de agosto y setiembre la Conselleria actuaba a través del Comité que, poco a poco, aplicó las medidas necesarias para articular un ejército operativo con capacidad para defender Cataluña. El Comité fue práctico para canalizar la dinámica política posterior al 20 de julio, pero del todo ineficaz para articular un ejército efectivo. A finales de agosto la situación económica y militar era muy delicada. Durante las primeras

---

<sup>57</sup> Diario Oficial de la Generalitat de Catalunya, 2 de agosto de 1936.

semanas del mes de setiembre se debatió en las organizaciones antifascistas la forma de conseguir un rumbo más adecuado de todos los elementos derivados de la organización de la guerra. La consolidación de la

El 1 de octubre, la Conselleria decretaba la movilización de todos los suboficiales, oficiales y mandos en la reserva y la preparación de la movilización general, que comprendía todos los hombres aptos en edades comprendidas entre los 18 y los 40 años. El decreto de movilización general fue publicado el 7 de octubre por el conseller de Defensa. Este decreto afectaba a los ciudadanos de los pueblos aragoneses situados en la retaguardia de las columnas catalanas.<sup>58</sup> El Consejo de Aragón apoyó la movilización.<sup>59</sup> La Conselleria contaba desde el mes de agosto con los militares Felipe Díaz Sandino y Vicente Guarner como conseller y como secretario general, respectivamente. Con la disolución del Comité, Joan Garcia Oliver, de la CNT, sustituyó a Vicente Guarner. Durante el mes de diciembre, Díaz Sandino sería sustituido por Francesc Isgleas, de la CNT. Las Organizaciones Libertarias lideraron la disolución del Comité Central, el proceso de militarización de las milicias y la

sublevación de los militares facciosos, el avance sobre la Península del Ejército de Marruecos y la situación política internacional dejaban en evidencia que se enfrentabas a una guerra larga y compleja.

creación del Ejército Popular de Cataluña. Sin duda, todo este proceso no se podía llevar a cabo sin la conformidad de la central anarcosindicalista.

La Conselleria, consciente de los problemas que afectaban al conjunto de las columnas, decretó medidas para su corrección. Durante los meses anteriores, el Comité había tenido que enfrentarse a cuatro grandes problemas con relación a la gestión de las columnas al frente.

En primer lugar, la falta de armas al frente y el exceso de armas en la retaguardia, en poder de las organizaciones, fue un problema recurrente; de hecho, todas las cabezas de columna denunciaban esta situación, que el Comité fue incapaz de solucionar. En segundo lugar, la indisciplina de algunos milicianos provocó graves problemas en el frente. El abandono de las posiciones, el incumplimiento de las órdenes o el enfrentamiento entre miembros de la milicia se daban de manera

<sup>58</sup> Archivo del CDMH. Archivo Histórico Nacional. Poder Judicial. Causa General de la provincia de Huesca.

<sup>59</sup> Archivo del IISH. Fondo CNT\_96E.

más o menos evidente en todas las columnas catalanas. Se apelaba a la consciencia y a la militancia y en la mayoría de los casos el comportamiento de los milicianos fue impecable y sacrificado, pero no siempre era así y no existía ningún mecanismo para regular este punto –ni el Comité fue capaz de crearlo. En tercer lugar, el principal problema del frente de Aragón era, a parte de la falta de armamento, la falta de coordinación entre diferentes columnas, especialmente en el sector norte. En realidad, la falta de coordinación obedecía intereses políticos y a la aplicación de tácticas partidistas en el frente. El último problema, que se manifestó durante el mes de agosto, era que, después del momento de euforia revolucionaria que movilizó miles de hombres y mujeres a presentarse como voluntarios para formar parte de las columnas de combatientes, se había dibujado un escenario de apatía generalizada, y la población de Cataluña vivía de espaldas a la realidad que afrontaba el país. Había que movilizar los hombres a la fuerza, ya que los que se presentaban voluntariamente para combatir no eran suficientes. Este es el motivo del decreto del 1 de octubre: la movilización general.

En relación con el problema del mando, el 13 de octubre se acordó la creación de un Estado Mayor que coordinara todo el frente de Aragón. Para solucionar el problema de la indisciplina, el 25 de octubre se anunciaba que, a partir del 1 de noviembre, las milicias quedarían sometidas al código de justicia militar. El conseller de Justicia, Andreu Nin, del POUM, fue el encargado de redactar el nuevo texto.<sup>60</sup> La delicada cuestión de las armas de la retaguardia fue abordada el 27 de octubre. La Conselleria emitió un decreto mediante el cual todas las armas largas que se encontraran en la retaguardia tendrían que ser entregadas al Gobierno.

Finalmente, el 28 de octubre se emitió el decreto de militarización de las milicias populares,<sup>61</sup> con el cual se culminaban las intenciones de los precedentes: buscaba poner fin a la presencia de los voluntarios y su sistema organizativo y representaba un ataque frontal a la concepción que algunas unidades de combatientes tenían de la guerra y de su función transformadora de la sociedad. Es en este decreto donde se concentró la mayor problemática con las columnas de milicianos.

<sup>60</sup> El 13 de noviembre, Nin informaba a los miembros del Consejo Ejecutivo de la Generalitat que aún no se había terminado el nuevo código militar. Véase Archivo General Militar de Ávila. Fondo 1.2\_Instituciones de la Administración Territorial. Generalidad de Cataluña [Actas del Consejo Ejecutivo de la Generalidad de Cataluña] 13 de noviembre de 1936.

<sup>61</sup> Aprobado por el Consejo Ejecutivo de la Generalidad el 24 de octubre de 1936.

El 31 de octubre se procedió a ordenar la movilización de las levas de 1936, 1935, 1934 y 1933. En Aragón también se establecieron dos centros de reclutamiento para los paisanos que debían integrarse en las unidades catalanas, los cuales quedaron establecidos en Barbastro y Alcañiz. A pesar de que las columnas de milicianos aún estaban en los frentes, donde se admitían voluntarios e incluso se formaban nuevas columnas de combatientes, la movilización preparaba la concentración de oficiales y soldados en las casernas, para proceder a la instrucción y equipamiento del futuro Ejército Popular de Cataluña, una organización militar de nueva creación en la cual se acabarían integrando partes de las unidades de milicianos. El decreto del 1 de noviembre de 1936 situaba la Conselleria de Defensa como órgano central de la dirección, organización y administración del Ejército Popular de Cataluña. Esta Conselleria estaba dirigida por el conseller, el secretario general y el Comisariado Superior de Guerra.<sup>62</sup>

El 4 de noviembre se publicaron las instrucciones de carácter provisional para los jefes de regimientos, batallones y similares.<sup>63</sup> Estos fueron convocados a presentarse en los centros de alistamiento y en las casernas el 6 de noviembre. Los centros de alistamiento debían adecuarse con la ayuda de los ayuntamientos. Para tal efecto, debía nombrarse una comisión de recepción de reclutas, que tenían que agruparse para completar las plantillas de las unidades, que previamente fueron diseñadas por Vicenç Guarnier y el equipo de servicios generales de la Conselleria.<sup>64</sup> Con estas instrucciones, se articuló el funcionamiento del nuevo Ejército de Cataluña. Se preparaba la formación de tres divisiones.<sup>65</sup> Cada división disponía de tres regimientos de infantería y uno de artillería. La 1ª División disponía del cuartel general en Barcelona. La 2ª División tenía el cuartel general en Girona y destacamentos en Olot, Figueres, Terrassa, Granollers, Manresa y Mataró. La 3ª División disponía de un cuartel general en Tarragona y casernas en Lleida, Cambrils, Tortosa, Roquetas y

<sup>62</sup> Archivo Montserrat Tarradellas i Macià. Fondo Tarradellas GC\_62\_E01\_D06.

<sup>63</sup> Archivo General Militar de Ávila. Fondo Ejército Popular de la República [Instrucciones de carácter provisional para jefes de regimiento, Batallón y similares] 4 de noviembre de 1936.

<sup>64</sup> Archivo del CDMH. Delegación Nacional de Servicios Documentales de la Presidencia del Gobierno. Fondo PS\_Barcelona\_Generalitat [Plantillas de personal, rebaño, armamento, municiones y materiales de una división en armas] 10 de diciembre de 1936.

<sup>65</sup> Cada división tenía que estar formada por una cantidad de entre 5.000 y 5.500 efectivos. Archivo del CDMH. Delegación Nacional de Servicios Documentales de la Presidencia del Gobierno. Fondo PS\_Barcelona\_Generalitat [Consejería de Defensa. Esquema de la organización de una división] 10 de diciembre de 1936.

Reus.<sup>66</sup> Las tres divisiones comprendían alrededor de 16.000 nuevos efectivos.

Aunque los esfuerzos para canalizar los asuntos militares a través de la Conselleria fueron evidentes por parte de todas las organizaciones, el proceso fue lento y complicado. Y es que no siempre se respetaban las directrices y los decretos emitidos desde el Gobierno.

Durante la sesión del Consejo Ejecutivo de la Generalitat de Catalunya del 3 de noviembre de 1936, el conseller Díaz Sandino informaba que había acabado el plazo para la entrega voluntaria de armas y que, en gran parte, esta no se había realizado. Proponía que la solución implicaba hacerlo de manera forzosa. También pedía la disolución de los comités de obreros y soldados y exigía que las organizaciones respetasen los acuerdos y decretos que emitía el Consell de la Generalitat. Consideraba que si no se respetaba no se obedecía su autoridad, él no podría continuar con la responsabilidad de la dirección de la guerra.<sup>67</sup> El 20 de noviembre el problema aún no se había resuelto. Durante la reunión del Consell,

Sandino se quejó de no poder hacer uso todavía de las armas de la retaguardia y de que no se hubiera aprobado el decreto de creación de regimientos. Durante este consejo se acordó la organización en divisiones de las milicias del frente, de acuerdo con el decreto de unificación de las milicias. También se acordó hacer público que todos los ciudadanos de las levas de 1935 y 1934 que aún no se habían incorporado serían considerados desertores y se les aplicarían las sanciones correspondientes. Con relación al asunto de las armas, se acordó la redacción de un decreto aprobando un plazo de 48 horas para la entrega de las armas largas y municiones. Quien lo no hiciera, sería detenido y entregado a los Tribunales Populares.<sup>68</sup>

Durante la reunión del Consejo Ejecutivo del día 25 de noviembre, Sandino volvió a exigir el decreto para la creación de nuevos regimientos, era urgente aprobarlo. Los miembros del Consell también debatieron sobre el conflicto

<sup>66</sup> Archivo del CDMH. Delegación Nacional de Servicios Documentales de la Presidencia del Gobierno. Fondo PS\_Barcelona\_Generalitat [Estado general de las divisiones de nueva creación, con especificación de las unidades que las constituyen, lugares de residencia y cuarteles donde se alojan] 10 de diciembre de 1936.

<sup>67</sup> Archivo General Militar de Ávila. Fondo 1.2\_Instituciones de la Administración Territorial. Generalidad de Cataluña [Actas del Consejo Ejecutivo de la Generalidad de Cataluña] 3 de noviembre de 1936.

<sup>68</sup> Archivo General Militar de Ávila. Fondo 1.2\_Instituciones de la Administración Territorial. Generalidad de Cataluña [Actas del Consejo Ejecutivo de la Generalidad de Cataluña] 20 de noviembre de 1936.

existente entre el jefe del Estado Mayor en Aragón, el comandante Reyes, delegado de la Conselleria de Defensa, y las acciones políticas del Consell d'Aragó, que entorpecían el desarrollo militar en la región.

El 6 de diciembre, un decreto de Presidencia autorizaba la creación del Ejército Popular de Cataluña. Finalmente, el 17 de diciembre, un decreto de la Conselleria de Defensa informaba de quienes serían los responsables y mandos del Ejército Popular de Cataluña. Todos eran militares profesionales, originarios del antiguo Ejército Español.

### **Los hechos de mayo de 1937 en Barcelona y la pérdida de influencia política del movimiento libertario catalán.**

A pesar de la revolución espontánea que vivió que se vivió en Cataluña durante los días posteriores al 20 de julio de 1936, el nuevo poder revolucionario no supo o no quiso iniciar un proceso de destrucción del viejo estado ni de consolidación de nuevos aparatos de gobierno revolucionario (Guillamón, 2014).

Como se observa en la evolución orgánica de los estamentos políticos que asumieron funciones militares y organizaron la defensa del territorio -el

Comité Central de las Milicias antifascistas y la Conselleria de Defensa- la dinámica fue la de la consolidación de estructuras gubernamentales que generaron espacios de poder -real- al conjunto de las organizaciones antifascistas catalanas (Berger, 2018). Especialmente determinante fue el rápido aumento de la influencia política del PSUC en las instituciones y la sociedad catalana; esta nueva organización, con un peso insignificante en los momentos previos a la sublevación de los militares, se encontraba adherida a la IV Internacional Comunista, de cuyo apoyo militar dependía el débil ejército catalán (Abad, 1940).

Dadas las circunstancias, el movimiento libertario optó por una política de "colaboración democrática" (Elham, 2014) y coexistencia con el resto de las organizaciones antifascistas y republicanas. De este modo, durante los últimos meses del año 1936, las estructuras de poder político de la Generalitat restaron intactas, pero sin plena capacidad sobre el terreno y, paralelamente, el nuevo poder revolucionario, fragmentado y atomizado a lo largo de toda la geografía catalana, actuaba de manera autónoma y sus decisiones respondían de forma orgánica en los comités locales o en las estructuras comarcales o regionales de las respectivas organizaciones (Pozo, 2014).

Entre agosto de 1936 y abril de 1937 la lucha -soterrada- por el control político en la dirección de la guerra y en la retaguardia catalana culminó con la confrontación directa entre el poder revolucionario y el poder cada vez más reconstituido del estado republicano (Aguilera, 2012). La tensión fue en aumento con incidentes aislados en las diferentes localidades de Cataluña y finalmente se materializó en enfrentamientos generalizados entre el 3 y el 7 de mayo de 1937 (Guillamón, 2012). Las luchas de mayo fueron un movimiento de base de la militancia libertaria y de protesta contra de la erosión del poder revolucionario en Cataluña que no fueron apoyadas por los dirigentes anarquistas y que implicaron la restauración y consolidación del poder central republicano, un punto de no retorno para las aspiraciones revolucionarias de gran parte del movimiento obrero catalán (Aguilera, 2012).

El presente estudio analiza la fuerza sindical de la CNT durante los meses posteriores a los hechos de mayo de 1937. Los datos de afiliación han sido extraídos de informes internos del Comité Regional de Cataluña.<sup>69</sup> Los documentos fueron emitidos por las delegaciones comarcales

como respuesta a la solicitud del Comité de Estadística de la Regional catalana de la CNT. Las fechas extremas sitúan la información entre el día 28 de mayo y el 21 de julio de 1937. Los informes corresponden a las comarcas del Barcelonès (parcial), el Baix Llobregat, Maresme, Vallès Oriental, Vallès Occidental (parcial), la Garrotxa, la Selva, Alt Penedès (parcial), Alt Camp, el Garraf, el Tarragonès (parcial), el Baix Camp (parcial), Conca de Barberà, la Terra Alta, Anoia, la Noguera y el Pallars Jussà.

La documentación que hemos podido consultar, depositada en el Archivo Internacional de Historia Social de Ámsterdam, se encuentra fragmentada y no refleja la totalidad de la fuerza sindical de la CNT en Cataluña en las fechas indicadas, aunque si nos aproxima a la verdadera dimensión de su militancia en relación con el conjunto de la población.

### **Análisis de afiliación sindical de la Federación Regional de la CNT en Catalunya (julio de 1937)**

*Región I de la división territorial de Catalunya año 1936. Comarcas: Baix Llobregat, Barcelonès, Maresme, Vallès Occidental, Vallès Oriental.*

<sup>69</sup> Archivo IISH. Fondo CNT. Sección de estadística, 28A.



a) Comarca del Baix Llobregat. Censo de 1936: 97.414 habitantes.

Datos de afiliación de la CNT a 3 de junio de 1937: 31.867 afiliados.

Cuadro 1. Resumen comarcal por municipios del Baix Llobregat

Municipio	Censo 1936	Afiliados a la CNT	% de la población
Hospitalet	48.540 h	15.000	30 %
Cornellà	8.757 h	1.700	19 %
Pi de Llobregat <sup>70</sup>	2.275 h	100	4 %
Roses de Llobregat <sup>71</sup>	6.888 h	1.170	17 %
Molins de Llobregat <sup>72</sup>	7.364 h	1.600	22 %
Esplugues de Llobregat	3.641 h	600	16 %
Just Desvern	2.870 h	300	10 %
Prat de Llobregat	9.107 h	2.100	23 %
Pinedes de Llobregat <sup>73</sup>	1.925 h	550	29 %

<sup>70</sup> Sant Joan Despí.

<sup>71</sup> Sant Feliu de Llobregat.

<sup>72</sup> Molins de Rei.

<sup>73</sup> Santa Coloma de Cervelló.

Gavà	h	6.329	1.500	24 %
Viladecans	h	3.794	900	24 %
Castelldefels	h	1.174	400	34 %
Begues	h	1.041	50	5 %
Cervelló	h	1.633	185	11 %
Vallirana	h	1.311	100	8 %
Papiol	h	1.159	65	6 %
Hortes de <sup>74</sup> Llobregat	h	3.112	208	7 %
Torrelles de Llobregat		790 h	50	6 %
El Cirerer de Llobregat <sup>75</sup>	h	1.173	100	9 %
Esparraguera	h	5.207	3.000	58 %
Aigüestoses de Llobregat <sup>76</sup>	h	1.031	90	9 %

<sup>74</sup> Sant Vicenç dels Horts.

<sup>75</sup> Sant Climent de Llobregat.

<sup>76</sup> Sant Andreu de la Barca.

Abrera	830 h	60	7 %
Collbató	493 h	20	4 %
Martorell	6.078 h	1.819	30 %
Corbera	1.245 h	100	8 %
Pallejà	1.004 h	50	5 %
El Bruc	937 h	50	5 %
<b>Total</b>	<b>97.414 h</b>	<b>31.867</b>	<b>33 %</b>

Cuadro 2. Detalle de la composición de sindicatos de la Federación Local de Martorell a 3 de junio de 1937: 1819 afiliados.

Sindicatos	Censo 1936	Afiliados a la CNT	% de la población	Delegado
Oficios Varis		820		Pere Rovira
Luz y Fuerza		73		Pere Romagosa
Campesinos		106		Leandro Termes
Fabril y Textil		300		Lluís Prats
Ferrovianos		410		Marti Cots

Metalurgia		110		Agustí mas
<b>Total</b>	<b>h</b>	<b>6.078</b>	<b>1.819</b>	<b>30 %</b>

b) Comarca del Barcelonès. Censo de 1936: 1.183.697 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 3 de junio de 1937: 289.618 afiliados.

Cuadro 3. Composición de sindicatos de la Federación Local de Barcelona a 3 de junio de 1937. Sede central en la calle Vía Laietana,33-34, Barcelona. 273.400 afiliados.

<b>Sindicato</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Sede social</b>
Industrias Químicas		25.000 (8 secciones)		Rambla 19 de julio, 27
Transporte y Comunicaciones		13.000 (18 secciones)		Caspe, 52
Enseñamiento y Profesiones Liberales		5600 (12 secciones)		Pi Margall, 35
Sanidad, Asistencia Social e Higiene		17.800 (27 secciones)		Santa Anna,3-5
Metalúrgica		30.000 (12 secciones)		Rambla del Centre, 35.
Industrias Fabríl y Vestido		43.000 (37 secciones)		Plaza Catalunya, 7-8
Alimentación		40.000 (11 secciones)		PI Margall, 95

Industrias de Agua, Luz y Fuerza		6000 (6 secciones)		Calabria, 12
Distribución y Administración		12.000 (11 secciones)		Pi i Margall, 95
Construcción, Madera y Decoración		55.000 (28 secciones)		Bailen, 38
Industria del espectáculo		11.000 (16 secciones)		Casp, 46
Industrias del Papel y Artes Gráficas		15.000 (8 secciones)		Hospital, 69
<b>Total</b>	1.183.697	<b>273.400</b>	<b>23 %</b>	

Cuadro 4. Composición de sindicatos de la Federación Local de Badalona a 3 de julio de 1937. Sede en la calle Francesc Layret, 62. 15.810 afiliados.

Sindicato	Censo 1936	Afiliados a la CNT	% de la población
Industria Pesquera		200	
Artes Gráficas		240	
Barberos		120	
Distribuciones		430	
Alimentación		2.200	

Piel		450	
Productos Químicos		1.200	
Transporte		450	
Vidrio		1.100	
Vestido		220	
Fabril y textil		4.200	
Fusta		600	
Profesiones Liberales		240	
Mercantil		600	
Construcción		1.200	
Luz y Fuerza		180	
Espectáculos públicos		80	
Campesinos		400	
Metalurgia		1.800	
<b>Total</b>	<b>h 47.929</b>	<b>15.810</b>	<b>33 %</b>

Cuadro 5. Composición de sindicatos de la Federación Local de Sindicatos Únicos del Pla de Besòs<sup>77</sup> a 10 de julio de 1936. 408 afiliados (parcial).

<b>Sindicato/Fabrica</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Riegos y Fuerza del Ebro		68	
Cooperativa de Fluido Eléctrico		150	
Fábrica de alquitrán-filial de Químicos de Badalona		40	
Fábrica Electrometalurgia		150	

c) Comarca del Maresme. Censo de 1936: 100.873 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 9 de junio de 1937: 23.603 afiliados.

Cuadro 6. Resumen comarcal por municipios del Maresme

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Año de constitución del sindicato</b>
Alella	1.652 h	S/D	S/D	S/D
Arenys de Mar	5.896 h	1.665	28%	07-1931
Arenys de Munt	3.179 h	700	22%	02-1932
Argentona	2.674 h	S/D	S/D	S/D

<sup>77</sup> Sant Adrià de Besòs.

Cabrera de Mataró (de Mar)	1.162 h	78	7%	08-1936
Cabrils	792 h	200	25%	05-1936
Caldes d'Estrach	936 h	115	12%	04-1936
Calella	8.702 h	1.500	17%	07-1932
Canet	4.984 h	1.661	33%	06-1932
Canyamars	S/D	75	S/D	09-1936
Cebrià de Vallalta	391 h	50	12%	09-1936
Dosrius	887 h	120	14%	09-1936
El Masnou	5.069 h	1.233	24%	10-1929
Llavaneres	1.565 h	90	6%	09-1936
Llavaneres de Montalt <sup>78</sup>	885 h	200	23%	08-1936
Malgrat	4507 h	1.464	32%	05-1931
Mataró	28.804 h	9373	33%	Cuadro 7
Montgat	2.613 h	S/D	S/D	S/D
Òrrius	321 h	73	23%	09-1936

<sup>78</sup> Sant Vicenç



Palafolls	1.177 h	132	11%	09-1936
Pineda	3.262 h	434	13%	06-1931
Premià de Dalt	1.087 h	317	29%	08-1936
Premià de Mar	3.829 h	1.316	34%	06-1931
Sant Pol de Mar	1.679 h	S/D	S/D	S/D
Santa Susanna	523 h	S/D	S/D	S/D
Teià	1.573 h	S/D	S/D	S/D
Tiana	1.723 h	385	22%	06-1931
Vallalta del Maresme <sup>79</sup>	672 h	22	3%	01-1937
Vilassar de Dalt	3.477 h	1.400	40%	07-1931
Vilassar de Mar	3.941 h	1.000	25%	06-1931
<b>Total</b>	<b>100.873 h</b>	<b>23.603</b>	<b>23 %</b>	

Cuadro 7. Composición de sindicatos de la Federación Local de Mataró a 9 de junio de 1937, 9.375 afiliados.

<sup>79</sup> Sant Iscle

<b>Sindicato</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Año de constitución</b>
Fabril y textil		6.000		Junio 1931
Construcción		500		Junio 1931
Luz y Fuerza		335		Junio 1931
Campesinos		300		Junio 1931
Madera		120		s/d
Vidrio		153		s/d
Espectáculos Públicos		235		1936
Piel		46		1931
Profesiones Liberales		50		1936
Transporte		200		1931
Papel y cartón		350		1931
Alimentación		300		1931
Metalurgia		300		1931
Ferrovianos		146		1931
Trabajadores Municipales		42		1937

Sanidad		70		1936
Pescadores		153		1936
Vestido		75		1936
<b>Total</b>	<b>h</b>	<b>28.804</b>	<b>9.375</b>	<b>33 %</b>

d) Comarca del Vallès Occidental. Censo de 1936: 142.883 habitantes.

Cuadro 8. Composición de sindicatos de la **Federación Local de Terrassa** a 29 de junio de 1937, 13.553 afiliados.

<b>Sindicato</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Constitución del sindicato</b>
Fabril y textil		8.800		
Transporte		600		
Alimentación		1.500		
Metalúrgica		530		
Luz y Fuerza		225		
Construcción, Madera y Decoración		1.300		
Distribución y Administración		165		
Enseñamiento y Profesiones Liberales		90		

Espectáculos Públicos		120		
Sanidad		223		
<b>Total</b>	<b>47.416 h</b>	<b>13.553</b>	<b>29 %</b>	

e) Comarca del Vallès Oriental. Censo de 1936: 69.576 habitantes.

Datos de afiliación de la CNT a 11 de junio de 1937, 12.707 afiliados.

Cuadro 9. Resumen comarcal por municipios del Vallès Oriental

Municipio	Censo 1936	Afiliados a la CNT	% de la población	Sede
Aiguafreda	775 h	28	4 %	c/Lenin,13
Alba del Vallès <sup>80</sup>	1.513 h	s/d		
Ametlla del Vallès	1.036 h	62	6 %	Torregrosas, 43
Bigues i Riells	1.028 h	29	3 %	
Cardedeu	2.504 h	637	25 %	Avda.República,23
Castellterçol	1.725 h	16	1 %	
Cànoves Samalús	712 h	41	6 %	Carretera de Llinars, 94

<sup>80</sup> Sant Fost de Campsentelles.

Canovelles	543 h	20	4 %	
Codines del Vallès <sup>81</sup>	2.519 h	300	12 %	
Campins	243 h	29	12 %	Casa Barrera
Figaró	473 h	80	17 %	
Gualba	771 h	s/d		
La Garriga	3.440 h	651	19 %	Francesc Macià,25
La Llagosta	s/d	56		
La Roca	2.282 h	120	5 %	Quintana, Torre del Sol
La Força	s/d	25		
Lliçà de Munt	1.207 h	140	12 %	
Lliçà de Vall	555 h	90	16 %	Casa Consistorial
Llinars	1.897 h	300	16 %	
Les Franqueses del Vallès	2.118 h	148	7 %	Carretera Francesc Macià

<sup>81</sup> Sant Feliu de Codines.

Martorelles de Dalt	978 h	s/d		
Martorelles de Baix	453 h	s/d		
Montornès	994 h	130	13 %	
Montmeló	1.004 h	216	21 %	
Montseny	430 h	21	5 %	
Parets	2.104 h	225	11 %	
Palautordera	1.617 h	70	4 %	
Ronçana del Vallès <sup>82</sup>	1.103 h	190	17 %	
Riells i Viabrea	503 h	35	7 %	La Rectoria
Tagamanent	231 h	78	34 %	
Vallromanes	419 h	62	15 %	
Vallgorguina	614 h	61	10 %	Avda. Francesc Macià
Vilamajor <sup>83</sup>	727 h	60	8 %	c/Pi Maragall

<sup>82</sup> Santa Eulàlia de Ronçana.

<sup>83</sup> Sant Pere de Vilamajor.

Vilanova de la Roca <sup>84</sup>	s/d	140		
La Batlloria <sup>85</sup>	s/d	90		c/Major, 22
Mollet	h	6.219	2.061	33 %
Baix Montseny <sup>86</sup>	h	4.593	1.700	37 %
Granollers	3 h	14.05	4.796	34 %
<b>Total</b>	<b>h</b>	<b>69576</b>	<b>12.707</b>	<b>18 %</b>

*Región II de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

*Comarcas: Alt Empordà, Baix Empordà, Gironès, la Garrotxa i la Selva.*

f) Comarca de la Garrotxa. Censo de 1936: 40.664 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 23 de julio de 1937: 7.840 afiliados.

Cuadro 10. Resumen comarcal por municipios de la Garrotxa

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Olot	h 13.144	2.895	22 %
Les Fonts de Begudà <sup>87</sup>	h 2.938	1.500	52 %

<sup>84</sup> Vilanova del Vallès.

<sup>85</sup> Actualment pertany a Sant Celoni.

<sup>86</sup> Sant Celoni.

<sup>87</sup> Sant Joan de les Fonts.

Castellfollit de la Roca	h	1.855	1.200	65 %
Montagut de Llierca <sup>88</sup>	h	978 h	150	15 %
Tortellà	h	1.204	70	6 %
Sales de Llierca		315 h	50	16 %
Beuda		534 h	40	7 %
Bassegoda		s/d	60	s/d
Besalú	h	1.237	70	6 %
Mieres	h	1.043	40	4 %
Pau de Sor <sup>89</sup>		s/d	175	s/d
Aniol de Finestres		s/d	100	s/d
Las Planes <sup>90</sup>	h	1.732	700	40 %
En Bas <sup>91</sup>	h	4.489	300	7 %
Joanetes <sup>92</sup>		s/d	120	s/d

<sup>88</sup> Sant Jaume de Llierca.

<sup>89</sup> Sant Pau.

<sup>90</sup> Les Planes d'Hostoles.

<sup>91</sup> La Vall d'en Bas.

<sup>92</sup> Actualment Vall d'en Bas.



Privat de Bas	s/d	40	s/d
Pera les Preses	S/d	60	s/d
Riudaura	765 h	70	9 %
Vall de Bianya	2.192 h	200	9 %
<b>Total</b>	<b>40.664 h</b>	<b>7.840</b>	<b>19 %</b>

g) Comarca de la Selva. Censo de 1936: 50.422 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 14 de julio de 1937, 9.258 afiliados.

Cuadro 11. Resumen comarcal por municipios de la Selva

Municipio	Censo 1936	Afiliados a la CNT	% de la población
Amer	3.424 h	432	13 %
Anglès	2.837 h	1.450	51 %
Arbúcies	4.192 h	750	18 %
Breda	1.612 h	30	19 %
Blanes	6.638 h	3.000	45 %
Caldes de Malavella	2.210 h	400	18 %
Cellera de Ter	1.515 h	200	13 %
Hostalric	1.195 h	250	21 %

Lloret de Mar	3.330 h	600	18 %
Massanes	699 h	140	20 %
Maçanet de la Selva	1.629 h	50	3 %
Osor	1.319 h	250	19 %
Riels de Montseny <sup>93</sup>	503 h	56	11 %
Riudellots de la Selva	864 h	50	6 %
Riudarenes	1.189 h	150	13 %
Buixalleu <sup>94</sup>	1.249 h	104	8 %
Fonts Sacalm <sup>95</sup>	2.767 h	350	13 %
Salou de la Selva	s/d	75	s/d
Farners de la Selva <sup>96</sup>	4.854 h	350	7 %
Susqueda	635 h	46	7 %
Sils	1.401 h	250	18 %
Vidreres	1.840 h	230	12 %
Martí Sapresa	s/d	20	s/d
Martí Sacalm	s/d	25	s/d

<sup>93</sup> Riells i Viabrea.

<sup>94</sup> Sant Feliu de Buixalleu.

<sup>95</sup> Sant Hilari Sacalm.

<sup>96</sup> Santa Coloma de Farners.

<b>Total</b>	<b>50.422</b> <b>h</b>	<b>9.258</b>	<b>18 %</b>
--------------	---------------------------	--------------	-------------

*Región III de la división territorial de Catalunya año 1936.*

Comarcas: *Alt Penedès, Alt Camp, Baix Penedès, Garraf y Tarragonès.*

h) Comarca de l'Alt Penedès. Censo del año 1936: 47.496 habitantes.

Cuadro 12. Composición de sindicatos de la Federación Local de Vilafranca del Penedès a 14 de julio de 1937. 2.104 afiliados.

<b>Sindicato</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Ramo del agua		102	
Metalúrgica		226	
Gastronomía		94	
Aserraderos		92	
Profesión Orquesta		95	
Alimentación		128	
Luz y Fuerza		6	
Género de Punto		54	
Carpinteros		96	
Sanidad		59	
Sección Varios		105	
Carboneros		16	

Construcción		152	
Toneleros		96	
Horneros		24	
Molineros		36	
Espectáculos Públicos		72	
Ferrovianos		36	
Transporte		240	
Impresores		15	
Mercantil		196	
Rabasaies		26	
Profesiones Liberales		60	
Pintores		42	
Servicio Doméstico		142	
Peluqueros Barberos	y	50	
<b>Total</b>		<b>10.204</b>	<b>2.104</b> <b>21 %</b>

i) Comarca del Alt Camp. Censo del año 1936: 29.597 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 15 de julio de 1937: 4113 afiliados.

Cuadro 13. Resumen comarcal por municipios del Alt Camp

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Sindicato</b>
Les Pobles d'Aiguamúrcia	1.535 h	39	3 %	Oficis Diversos
Alba	s/d	24	s/d	Treballadors del Camp
Pla de Manlleu	s/d	21	s/d	Oficis Diversos
Santes Creus	s/d	15	s/d	Oficis Diversos
Alcover	2.663 h	150	6 %	Oficis Diversos
Alió	482 h	107	22 %	Treballadors del Camp
Bràfim	903 h	20	2 %	Oficis Diversos
Cabra del Camp	872 h	110	13 %	Treballadors del Camp
Figuerola	570 h	39	7 %	Oficis Diversos
Fontscaldes	s/d	45	s/d	Treballadors del Camp
Picamoixons	s/d	34	s/d	Oficis Diversos
Masó	326 h	65	20 %	Treballadors del Camp

Milà	263 h	25	10 %	Treballadors del Camp
Mont-ral	413 h	30	7 %	Oficis Diversos
Farena	s/d	30	s/d	Oficis Diversos
Capfont	363 h	20	6 %	Oficis Diversos
Nulles	690 h	30	4 %	Treballadors del Camp
Pla de Cabra <sup>97</sup>	1.898 h	400	21 %	Oficis Varis
Pont d'Armentera	790 h	18	2 %	Oficis Diversos
Puigpelat	568 h	80	14 %	Treballadors del Camp
Querol	511 h	36	7 %	Oficis Diversos
La Riba	755 h	35	3 %	Oficis Diversos
Rodena	s/d	70	s/d	Treballadors del Camp
Rourell	472 h	25	5 %	Treballadors del Camp

<sup>97</sup> Pla de Santa Maria.

Vallmoll	962 h	210	21 %	Treballadors del Camp
Vila-rodona	1.668 h	100	6 %	Oficis Diversos
Montferri	358	40	11 %	Treballadors del Camp
Valls	11.066 h	2.275	20 %	Varis
<b>Total</b>	<b>29.597 h</b>	<b>4.113</b>	<b>14 %</b>	

j) Comarca del Garraf. Censo de 1936: 28.970 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 2 de julio de 1937; 7.741 afiliados.

Cuadro 14. Resumen comarcal por municipios del Garraf

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Vilanova i la Geltrú	17.494 h	5.151	29 %
Sitges	7.977 h	2.328	29 %
Ribes del Penedès (Sant Pere)	2.071 h	140	7%
Cubelles	760 h	30	4 %
Olesa de Bonesvalls	498 h	21	4.2 %
Canyelles	441 h	25	5.6 %
Les Massuques	s/d	23	s/d

Cunit	309 h	23	7.4 %
<b>Total</b>	<b>28.970 h</b>	<b>7.741</b>	<b>28 %</b>

k) Comarca del Tarragonès. Censo de 1936: 51.913 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 19 de junio de 1937: 1.874 afiliados.

Cuadro 15. Resumen comarcal por municipios del Tarragonès

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Altafulla	695 h	142	20 %
Bonastre	545 h	60	11 %
Canonja	s/d	69	s/d
Catllar	996 h	75	8 %
Constantí	2.217 h	85	4 %
Creixell	311 h	24	8 %
Garidells	173 h	30	17 %
Morell	1.612 h	180	11 %
La Nou	399 h	89	22 %
Pallaresos	379 h	30	8 %
Perafort	506 h	20	4 %



Pobla de Mafumet	576 h	s/d	s/d
Puigdelí	s/d	22	s/d
Pobla de Montornès	824 h	39	5 %
La Riera	989 h	265	27 %
Roda de Barà	637 h	25	4 %
Salomó	726 h	94	13 %
Argilaga	s/d	80	s/d
Torredembarra	2.278 h	340	15 %
Vespella	121 h	20	17 %
Vilallonga	1.112 h	67	6 %
Vila-seca	3.053 h	89	3 %
Salou	s/d	29	s/d
Tarragona	32.989 h	s/d	s/d
<b>Total</b>	<b>51.453 h</b>	<b>1874</b>	<b>4 %</b>

*Región IV de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

*Comarcas: Baix Camp, la Conca de Barberà, el Priorat i la Rivera.*

1) Comarca del Baix Camp. Censo del año 1936: 57.071 habitantes.

Cuadro 16. Composición de sindicatos de la Federación Local de Flix a 28 de julio de 1937, 1.099 afiliados.

<b>Sindicato</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Campeños		102	
Luz y Fuerza		505	
Productos Químicos		312	
Oficios Varios		180	
<b>Total</b>	<b>4346</b>	<b>1099</b>	<b>25 %</b>

m) Comarca de la Conca de Barberà. Censo del año 1936: 25.970 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 13 de junio de 1937.: 3286 afiliados.

Cuadro 17. Resumen comarcal por municipios de la Conca de Barberà

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Afiliados a la FAI/JJLL</b>
Segarra de Gaià <sup>98</sup>	3.334 h	779	23 %	20/29
Sarral	2.243 h	223	10 %	5/0
Solivella	1.516 h	140	9 %	5/27

<sup>98</sup> Santa Coloma de Queralt.

Vell tall	s/d	19	s/d	
Montblanc	h 5.120	500	10 %	15/70
Blancafort	h 1.001	60	6 %	7/0
Vimbodí	h 1.504	635	42 %	20/0
Vallfogona	513 h	120	23 %	
Vilaverd	726 h	120	17 %	5/14
Vallclara	301 h	50	17 %	2/0
Conesa	475 h	30	6 %	3/6
Rojals	s/d	20	s/d	
Forès	364 h	25	7 %	
Samanet	s/d	15	s/d	
Espluga de Francolí	h 3.255	450	14 %	10/63
Les Piles	398 h	100	25 %	0/11
Rocafort de Queralt	650 h	s/d	s/d	
<b>Total</b>	<b>h 25.790</b>	<b>3.286</b>	<b>13 %</b>	<b>92/220</b>

*Región V de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

Comarcas: la *Terra Alta*, el *Baix Ebre* y el *Montsià*

n) Comarca de la Terra Alta. Censo del año 1936: 21.457 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 22 de julio de 1937, 1.379 afiliados.

Cuadro 18. Resumen comarcal por municipios de la Terra alta

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Constitución</b>
Arnes	1.247 h	100	8 %	1936
Hortas <sup>99</sup>	2.255 h	114	5 %	1936
Batea	2.915 h	110	8 %	1936
Pobla de Massaluca	987 h	200	20 %	1936
Gandesa	3.282 h	250	8 %	1936
Pinell de Brai	1.902 h	150	8 %	1936
Corbera d'Ebre	1.901 h	100	5 %	1936
Prat de Compte	771 h	60	8 %	1936
La Fatarella	2.293 h	100	4 %	1936

<sup>99</sup> Horta de Sant Joan.

Bos <sup>100</sup>	s/d	115	s/d	1936
Villalba del Arcs	h 1.538	80	5 %	1936
<b>Total</b>	<b>21.457</b>	<b>1.379</b>	<b>6 %</b>	

*Región VI de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

Comarcas: la *Cerdanya*, el *Ripollès* y *Osona*.

Datos de afiliación a la CNT 1937: sin datos.

*Región VII de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

Comarcas: el *Bages*, l' *Anoia*, el *Solsonès* i el *Bergadà*.

o) Comarca de la Anoia. Censo del año 1936: 43.226 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 12 de julio de 1937, 7.764 afiliados.

Cuadro 19. Resumen comarcal por municipios de la Anoia

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Capellades	2.306 h	987	42 %
Calaf	1.804 h	141	8 %
Tous d'Anoia <sup>101</sup>	1.121 h	162	14 %
Sallavinera d'Anoia <sup>102</sup>	426 h	43	10 %
Veciana	511 h	49	10 %
Miralles <sup>103</sup>	384 h	23	6 %

<sup>100</sup> Il·legible.

<sup>101</sup> Sant Martí de Tous.

<sup>102</sup> Sant Pere Sallavinera.

<sup>103</sup> Santa Maria de Miralles.

Cabrera d’Anoia	398 h	60	15 %
El Bruc	937 h	18	2 %
<sup>104</sup> Aiguesbordes de Montbui	980 h	33	3 %
Hostalets de Pierola	1.119 h	111	10 %
Calonge de Segarra	469 h	96	20 %
Odèn	637 h	93	15 %
Castellfollit de Riubregós	414 h	14	3 %
Montmaneu	382 h	28	7 %
Piera	3.470 h	196	6 %
Copons	596 h	30	5 %
Prats d’Anoia <sup>105</sup>	815 h	95	12 %
Carme	740 h	204	28 %
Orpí	307 h	141	46 %
Rubió	398 h	12	3 %
Pobla de Claramunt	1.105 h	124	11 %
La Llacuna	1.195 h	35	3 %

<sup>104</sup> Santa Margarida de Montbui.

<sup>105</sup> Els Prats de Rei.

Vallbona	746 h	429	58 %
Castellolí	548 h	35	6 %
Sesgueioles <sup>106</sup>	567 h	53	9 %
Torre de Claramunt (Espoia)	601 h	46	8 %
Masquefa	1.168 h	s/d	s/d
Jorba	747 h	s/d	s/d
Ses-Oliveres	s/d	s/d	s/d
Igualada	15.490 h	4.506	29 %
<b>Total</b>	<b>43.226 h</b>	<b>7.764</b>	<b>18 %</b>

*Región VIII de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

*Comarcas: la Noguera, la Segarra, Urgell, Garrigues y Segrià.*

q) Comarca de la Noguera. Censo del año 1936: 41.473 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 28 de mayo de 1937, 3098 afiliados.

Cuadro 20. Resumen comarcal por municipios de la Noguera

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>
Artesa de Segre	5.082 h	200	4 %

<sup>106</sup> Sant Martí Sesgueioles.

Alfarràs	h	1.782	410	23 %
Algerri		943 h	145	15 %
Àger	h	1.576	102	6 %
Anya <sup>107</sup>		s/d	25	s/d
Alòs de Balaguer		463 h	45	10 %
L’Ametlla		s/d	20	s/d
Assentiu <sup>108</sup>		910 h	40	4 %
Les Avellanes	h	1.201	30	2 %
Balaguer	h	5.095	350	7 %
Belcaire	h	1.642	40	2 %
Bellmunt		392 h	44	11 %
Bellvís	h	2.641	65	2 %
Boix de Noguera		s/d	32	s/d
Baronia de Rialb (Gualter)		998 h	40	4 %

<sup>107</sup> Actualmente parte de Artesa de Segre.

<sup>108</sup> La Sentiu de Sió.



Camarasa	h	2.498	160	6 %
Castelló de Farfanya	h	1.238	60	5 %
Foradada		650 h	14	2 %
Folqué		s/d	20	s/d
Gerb <sup>109</sup>		s/d	18	s/d
Ivars de Noguera		489 h	24	5 %
Linyola	h	2.013	89	4 %
Fuliola	h	1.024	20	2 %
Os de Balaguer	h	2.313	52	2 %
Santa Linya <sup>110</sup>		s/d	15	s/d
Tudela de Segre <sup>111</sup>		s/d	25	s/d
Torrelameu		736 h	34	5 %
Trago de Noguera <sup>112</sup>		s/d	20	s/d
Tiurana		445 h	25	6 %

<sup>109</sup> Actualmente parte de Os de Balaguer.

<sup>110</sup> Actualmente Les Avellanes i Santa Linya.

<sup>111</sup> Actualmente partido de Artesa de Segre.

<sup>112</sup> Actualmente despoblado

Térmens	h	1.598	100	6 %
Ventoses <sup>113</sup>		s/d	45	s/d
Ponts	h	1.915	165	9 %
Portella		624 h	40	6 %
Puelles		s/d	40	s/d
Preixens		915 h	27	3 %
Poal		742 h	15	2 %
Montagut <sup>114</sup>		s/d	20	s/d
Pradell		s/d	15	s/d
Montgai	h	1.366	40	3 %
Montsonís		s/d	15	s/d
Vallfogona	h	1.005	80	8 %
Vall-Llebrera		s/d	40	s/d
Vilanova de Meià		210 h	55	26 %
Vilanova de l'Aguda		637 h	20	3 %

<sup>113</sup> Actualmente parte del municipio de Preixens.

<sup>114</sup> Actualmente parte de Alcarràs.

Menàrguens	h	1.328	60	5 %
Cubells	h	1.082	30	3 %
Fontllonga		s/d	33	s/d
Tossal <sup>115</sup>		s/d	14	s/d
<b>Total</b>	<b>h</b>	<b>41.473</b>	<b>3.098</b>	<b>7 %</b>

*Región IX de la división territorial de Catalunya del año 1936.*

*Comarcas: Pallars Jussà, Pallars Subirà, Alt Urgell i la Vall d'Aran.*

r) Comarca del Pallars Jussà. Censo del año 1936: 20.575 habitantes.

Datos de afiliación a la CNT a 25 de julio de 1937, 2.396 afiliados.

Cuadro 21. Resumen comarcal por municipios del Pallars Jussà

<b>Municipio</b>	<b>Censo 1936</b>	<b>Afiliados a la CNT</b>	<b>% de la población</b>	<b>Sindicato</b>
Tremp	h 6.289	818	13 %	Oficis Varis
Salàs de Pallars	758 h	59	8 %	Oficis Varis
Talarn	523 h	50	10 %	Oficis Varis
Llimiana	539 h	47	9 %	Oficis Varis

<sup>115</sup> Actualmente parte de Ponts.

Isona	2.580 h	60	2 %	Oficis Varis
Vilamitjana <sup>116</sup>	s/d	50	s/d	Oficis Varis
Sarroca de Bellera	853 h	43	5 %	Oficis Varis
Sant Salvador de Toló <sup>117</sup>	s/d	22	s/d	Oficis Varis
Benavent de Trep <sup>118</sup>	s/d	21	s/d	Camperols
Sant Romà d'Abella <sup>119</sup>	s/d	18	s/d	Camperols
Puigcercós <sup>120</sup>	s/d	28	s/d	Oficis Varis
Senterada	510 h	10	2 %	Camperols
Vilaller	570 h	66	12 %	Oficis Varis
Pinyana <sup>121</sup>	s/d	37	s/d	Camperols
Eroles <sup>122</sup>	s/d	18	s/d	Oficis Varis
Vall d'Achi	s/d	100	s/d	Oficis Varis

<sup>116</sup> Actualment parte de Trep.

<sup>117</sup> Actualment parte de Gavet de la Conca.

<sup>118</sup> Actualment parte d'Isona i Conca Dellà.

<sup>119</sup> Actualment partido d'Isona i Conca Dellà.

<sup>120</sup> Actualment parte de Trep.

<sup>121</sup> Actualment parte de Pont de Suert.

<sup>122</sup> Actualment parte de Trep.

Orcau <sup>123</sup>	s/d	15	s/d	Camperols
Hortoneda de la Conca <sup>124</sup>	h 1.763	36	2 %	Camperols
Basturs <sup>125</sup>	s/d	13	s/d	Camperols
Conques <sup>126</sup>	s/d	34	s/d	Camperols
Torre de Cabdella	h 1.682	121	7 %	Llum i Força
Palau de Noguera <sup>127</sup>	s/d	30	s/d	Camperols
Personada	s/d	21	s/d	Oficis Varis
Durro <sup>128</sup>	s/d	19	s/d	Oficis Varis
Pont de Suert	h 1.786	70	4 %	Oficis Varis
Malpàs <sup>129</sup>	s/d	70	s/d	Oficis Varis
Senterada	510 h	35	7 %	Oficis Varis
Figuerola d'Orcau <sup>130</sup>	s/d	19	s/d	Camperols

<sup>123</sup> Actualment parte d'Isona i Conca Dellà.

<sup>124</sup> Conca de Dalt.

<sup>125</sup> Actualment Isona i Conca Dellà.

<sup>126</sup> Actualment partido d'Isona i Conca Dellà.

<sup>127</sup> Actualment parte de Tremp.

<sup>128</sup> Actualment parte de Barruera.

<sup>129</sup> Actualment parte del Pont de Suert.

<sup>130</sup> Actualment parte d'Isona.

Senet <sup>131</sup>	s/d	199	s/d	Oficis Varis
Erinyà	s/d	30	s/d	Oficis Varis
Guàrdia	s/d	24	s/d	Oficis Varis
Gurp <sup>132</sup>	s/d	17	s/d	Camperols
Pobla de Segur	h 1.939	175	9 %	Oficis Varis
Sant Miquel de la Vall <sup>133</sup>	s/d	22	s/d	Camperols
<b>TOTAL</b>	<b>h</b> <b>20.575</b>	<b>2.396</b>	<b>12 %</b>	

### 3. CONCLUSIÓN

En su conjunto, los datos de afiliación al sindicato CNT disponibles están calculadas sobre una población de 1.794.182 habitantes. Debemos tener presente que Cataluña contaba, según el censo del año 1936, con 2.921.216 habitantes.

La CNT disponía de afiliados y agrupaciones locales y comarcales en prácticamente la totalidad del territorio catalán. Comarcas y ciudades con un peso demográfico e industrial considerable, como Manresa, Girona, Tarragona, Sabadell, Santa Coloma de Gramanet, Vic

y otras disponían con toda seguridad de gran número de apoyo entre los trabajadores a pesar de no disponemos de los datos concretos de afiliación. Sin embargo, sí que disponemos de información relativa a verdaderos ejes demográficos e industriales como Barcelona, Badalona, Granollers, Mataró, Igualada, Terrassa o Hospitalet de Llobregat.

El número de afiliados a estas ciudades nos acerca a unas cifras y porcentajes donde se hace manifiesto el peso político del anarcosindicalismo en

<sup>131</sup> Actualmente parte de Vilaller.

<sup>132</sup> Actualmente parte de Tremp.

<sup>133</sup> Actualmente parte de Gavet de la Conca.

Cataluña. Cada uno de los informes analizados especifica población y secciones sindicales de cada uno de los municipios donde la central sindicalista tenía agrupación local. El resultado es una radiografía sobre la fuerza política de la CNT en municipios y comarcas catalanas durante los meses posteriores a los "hechos de mayo".

Hay que tener presente que el censo contempla la totalidad de la población, mientras que los afiliados a la CNT son aquellos que cotizaban en el sindicato; aquellos y aquellas que se encontraban en edad laboral y en situación activa. Formar parte del sindicato implicaba abonar mensualmente las cuotas mediante aportación económica. Este hecho pone de relieve una voluntad manifiesta de formar parte de la organización. Sin embargo, hay que tener presente que desde octubre de 1936 existía el decreto de sindicación obligatoria. Este decreto obligaba a la sindicación de todos los trabajadores de Cataluña, pero no obligatoriamente al sindicato CNT. Existían diversas opciones y centrales sindicales.

Aun así, los números de afiliación sindical a la CNT para los meses de mayo y julio del año 37 son realmente importantes. Al menos 420.749 trabajadores y trabajadoras de Cataluña disponían de carné de la CNT y tenían derecho a participar de sus órganos ejecutivos. Esta cifra, en relación con una población de 1.794.182, da como resultado un 23% de la población catalana afiliada al sindicato anarcosindicalista. Un 23% de la población, no los trabajadores, ya que si se aislara y analizara este parámetro los resultados serían aún más relevantes en favor de la central sindicalista. No es necesario especificar que esta cifra aumentaría su valor numérico - no necesariamente el porcentual - al disponer de los datos de afiliación de los 1.127.034 habitantes de Cataluña restantes.

En relación con las comarcas de las que se dispone de datos de afiliación, cabe destacar la del Baix Llobregat con un 33%, el Garraf con un 28% o el Maresme con un 23% del total de la población. En sentido opuesto las comarcas de la Noguera con un 7% y de la Terra Alta con un 6%, serían donde menos peso demográfico mantendría la CNT.

En relación con los municipios con un peso territorial y demográfico importante destacan Barcelona con un 26%, Badalona con un 33%, Terrassa, con un 29% y Mataró con un 33% de población afiliada al sindicato anarcosindicalista.

Otros municipios con un alto porcentaje de afiliación entre la población serían Vilassar de Dalt en el Maresme con un 40%; San Joan de las Fonts, con un 52%, els Prats d'Hostalets con un 40% y Olot con un 22%, en la Garrotxa; Tagamanent con un 34%, Sant Celoni con un 37% y Mollet con un 33% en el Vallès Oriental; Anglés con un 51% y Blanes con un 45% en la Selva; Vimbodí en la Conca de Barberà con un 42%; Capellades con un 42%, Orpí con un 46%, Vallbona con un 58% o Igualada con un 29% en la comarca de la Anoia y Esparraguera con un 58% en el Baix Llobregat.

Las cifras para cada uno de los municipios catalanes analizados dejan en evidencia la hegemonía política del sindicato CNT en Cataluña. Ningún otro partido u organización catalana era capaz de aglutinar un volumen de población tan determinante. De este hecho eran plenamente conscientes los líderes anarcosindicalistas a finales de mayo de 1937, ya que los informes fueron solicitados por el Comité Central de la Regional Catalana. Con esta información disponible, cabría preguntarnos por qué, en este contexto y una vez medidas las fuerzas, los líderes de la CNT se dejaron superar por sus rivales políticos en la retaguardia catalana. Sin duda la mala situación militar

y económica que se vivía en Cataluña fue determinante a la hora de afrontar la presión política del resto de las organizaciones antifascistas, y aun teniendo plena hegemonía y apoyo entre la población del país, no se consiguió o no se consideró viable la oposición a los elementos comunistas liderados por la filial catalana del Partido Comunista de España, el PSUC y su vertiente sindical, la UGT. La consecuencia directa de los Hechos de mayo de 1937 fue la pérdida del control efectivo del ejército de Catalunya; esta se materializó mediante el decreto del presidente de la Generalitat, Lluís Companys, que otorgaba el mando de este al general Pozas del Ejército Popular de la República y en sustitución del Conseller de Defensa. Este hecho implicaba la pérdida efectiva de la autonomía política de Catalunya, la integración bajo la estructura de mando del gobierno de la II República de las fuerzas de orden público y militares organizadas en territorio catalán, además de la definitiva pérdida de influencia política del movimiento libertario en todas las instituciones y órganos de decisión y como consecuencia, las duras medidas sociales y económicas que acabaron, de manera definitiva, con la experiencia revolucionaria en Cataluña y Aragón.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. (1940), *Por qué perdimos la guerra. Una contribución a la historia de la tragedia española*, Buenos Aires: Editorial Gregorio del Toro.

AGUILERA, Manuel. (2012), *Compañeros y Camaradas: Las luchas entre antifascistas en la Guerra Civil española*. Madrid: Actas

BERGER, Gonzalo. (2018), *Les milícies antifeixistes de Catalunya*. Barcelona: EUMO

BORKENAU, Franz. (1971), *El reñidero español*, París: Editorial ruedo Ibérico.

DÍAZ SANDINO, Felipe. (1990), *De la conspiración a la revolución (1929-1937)*. Madrid: Ediciones Libertarias.

ELHAM, Chris. (2014), *Una revolución a medias: Los orígenes de los hechos de mayo y la crisis del anarquismo*. Barcelona: Laertes.

GUARNER, Vicente. (1980), *L'aixecament militar i la guerra civil a Catalunya (1936-1939)*. Barcelona: Publicacions Abadia de Montserrat.

GUILLAMÓN, Agustín. (2014), *La revolución de los comités. Hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria*. De junio a diciembre de 1936. Barcelona: Aldarull.

GUILLAMÓN, Agustín. (2014), *La guerra del pan. Hambre y violencia en la Barcelona revolucionaria*. De diciembre de 1936 a mayo de 1937. Tomo 2. Barcelona: Aldarull.

GUILLAMÓN, Agustín. (2012), *Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938). De los Cuadros de defensa a los Comités revolucionarios de barriada, las Patrullas de control y las Milicias populares*. Barcelona: Aldarull.

POZO, Josep Antoni. (2012), *Poder legal y poder real en la Cataluña revolucionaria de 1936*, Sevilla: Ediciones Espuela de Plata.

POZO, Josep Antoni. (2012), *La Catalunya antifeixista. El govern Tarradellas enfront de la crisi política i el conflicte social (setembre de 1936 – abril de 1937)*. Barcelona: Edicions Dau.



## A ESTRUTURA OCIDENTALIZADA DA IMPRENSA NO BRASIL ATRAVÉS DA TRANSMISSÃO DA REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013.

Isadora Gonçalves França<sup>134</sup>

### RESUMO

Neste texto promovo um diálogo entre o artigo de Ramón Grosfoguel sobre “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas” e o papel da imprensa no Brasil, através da sua atuação durante a Revolta dos Governados em junho de 2013. Pretendo mostrar como grandes meios de comunicação de massa funcionam para corroborar e endossar o epistemicídio dos projetos imperiais/coloniais/patriarcais da modernidade. Para tanto trago manchetes de dois jornais de grande circulação no Brasil – O Globo e Folha de São Paulo - durante o mês de junho de 2013. As teses de dois outros autores integram a análise, Wallace de Moraes, sobre o papel das governanças e Nelson Werneck Sodré, sobre a concentração dos meios de comunicação de massa. Além disso, adoto a perspectiva anarquista proposta por Wallace de Moraes para interpretação das manifestações de junho de 2013, chamada por ele de Revolta do Governados. Por fim, emprego, na esfera da grande mídia, o conceito de transmodernidade, cunhado por Dussel e utilizado por Grosfoguel, na intenção de propor não só a descentralização dos meios de comunicação, mas também sua decolonização.

Palavras-Chave: Estruturas ocidentalizadas, Revolta dos Governados, grande mídia, governanças, perspectiva anarquista.

### ABSTRACT

In this text, I promote a dialogue between Ramón Grosfoguel's article on “The structure of knowledge in westernized universities” and the role of the press in Brazil, through its performance during the Government Revolt in June 2013. I intend to show how great media of mass work to corroborate and endorse the epistemicide of imperial / colonial / patriarchal projects of modernity. For that, I bring headlines from two newspapers of great circulation in Brazil - O Globo and Folha de São Paulo - during the month of June 2013. The theses of two other authors integrate the analysis, Wallace de Moraes, on the role of governments and Nelson Werneck Sodré, on the concentration of the mass media. In addition, I adopt the anarchist perspective proposed by Wallace de Moraes to interpret the June 2013 demonstrations, which he called the Revolt of the Governed. Finally, I use the concept of transmodernity in the sphere of mainstream media, coined by Dussel and used by Grosfoguel, with the intention of proposing not only the decentralization of the media, but also its decolonization.

Keywords: Westernized structures, Government Revolt, mainstream media, governance, anarchist perspective.

---

<sup>134</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Integrante do grupo de pesquisa CPDEL (Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias). Bolsista CAPES.

## 1. INTRODUÇÃO: A ESTRUTURA DAS UNIVERSIDADES OCIDENTALIZADAS E A GRANDE MÍDIA

Em seu artigo “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas” Ramón Grosfoguel traz a tese de que a lógica cartesiana do “penso, logo existo” que guia atualmente a produção de conhecimento das universidades ocidentalizadas está diretamente ligada a quatro genocídios/epistemicídios que fundaram a modernidade: o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista de Al-Andalus e cristianização de muçulmanos e judeus, o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista das Américas, o genocídio/epistemicídio ocorrido com a conquista de africanos no continente africano e escravização destes povos nas Américas e por último o genocídio/epistemicídio ocorrido com a queima de mulheres vivas nas fogueiras da Igreja cristã durante a Inquisição.

Segundo o autor esses quatro genocídios/epistemicídios ocorridos durante o “longo século XVI”<sup>135</sup> (1450 – 1650), fundaram a modernidade e ditam,

ainda hoje, a forma como o conhecimento é produzido em todo o mundo colonizado. Além disso, ignora e exclui a produção de conhecimento dos sujeitos colonizados, provocando o epistemicídio.

Duas teses guiam o pensamento de Grosfoguel, a primeira é uma crítica de Enrique Dussel à lógica cartesiana do “penso, logo existo” que arroga para si o olho onipresente de Deus e separa a razão das experiências concretas do corpo físico. Segundo essa lógica, todo conhecimento produzido está ligado apenas à razão, experiências espaço/temporais vivenciadas pelo corpo não influenciam na produção de conhecimento. Assim, o conhecimento produzido em apenas uma região do mundo é considerado universalmente válido, possuindo legitimidade para ser ensinado e aprendido em todas as outras regiões.

Segundo Grosfoguel esta é a lógica que determina e estrutura atualmente a forma como o conhecimento deve ser produzido nas universidades do mundo colonizado. Apenas as teses de homens brancos de cinco países (Itália, Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra) são consideradas válidas dentro dessas

<sup>135</sup> Grosfoguel se refere ao termo “longo século XVI”, formulado por Fernand Braudel, como o período que vai de 1450-1650. A formulação do termo influenciou o trabalho do estudioso do sistema-mundo, Immanuel Wallerstein (1974). Para Wallerstein este período compreende a formação de um novo sistema histórico denominado moderno sistema-mundo, ou a economia-mundo europeia ou a economia-mundo capitalista. Em seu artigo Grosfoguel utiliza o termo “longo século XVI” para se referir ao período da longa duração que cobre o início desse sistema histórico.

instituições, o que é, no mínimo, provinciano, quando se admite que o conhecimento é produzido com base em experiências e sensibilidades sócio-históricas concretas e na concepção de mundo de espaços e corpos particulares e diferentes entre si.

A imposição e manutenção da lógica cartesiana nas estruturas de conhecimento ocidentalizadas só foi possível, como explica Grosfoguel, devido aos quatro genocídios/epistemicídios que fundaram a modernidade, ocorridos durante o “longo século XVI”. A crítica estabelecida por Dussel da lógica cartesiana baseada no “penso, logo existo” se dá na medida em que se reconhece que o “penso, logo existo” só foi possível de levar a cabo após 150 anos de “conquisto, logo existo”.

A segunda crítica que guia o raciocínio de Grosfoguel é aquela suscitada por Boaventura de Souza Santos em relação às estruturas de conhecimento hegemônicas que excluem as epistemologias do Sul e consideram apenas aquelas produzidas na região Norte-cêntrica, mais especificamente, segundo Grosfoguel, pelos cinco países já citados: Itália, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e França.

O primeiro genocídio/epistemicídio responsável pela estrutura do conhecimento

nas universidades ocidentalizadas ocorreu com a conquista de Al-Andalus pela monarquia cristã espanhola e a dominação de populações muçulmanas e judias, que precisaram se converter ao cristianismo adotando novas identidades, mouriscos e marranos respectivamente. Durante a conquista, milhares de livros e bibliotecas que guardavam os conhecimentos e a cultura desses povos foram queimados. Além de ter seu conhecimento e cultura destruídos eles precisaram adotar a cultura e o conhecimento dos conquistadores como sua.

O segundo genocídio/epistemicídio apresentado pelo autor se deu com a conquista das Américas. Ao chegar em terras americanas e se deparar com os povos nativos, as primeiras anotações e constatações dos colonizadores se deram em torno da dúvida da presença de um culto ou religião na vida desses povos. Uma vez que, na lógica colonizadora, todo ser humano possuía invariavelmente uma religião, a constatação de que aqueles povos não tinham nenhuma religião significava, conseqüentemente, que não possuíam alma e, portanto, não eram seres humanos.

Devido a grande influência da teologia cristã na estrutura do conhecimento, a discussão foi encaminhada a um tribunal pela monarquia imperial

cristã espanhola. Por um lado acreditava-se que os povos indígenas possuíam alma, eram seres humanos, mas precisavam ser cristianizados, por outro lado defendeu-se que os povos indígenas não possuíam alma e, portanto, estavam próximos da condição de animais e podiam ser escravizados. Após um longo período de debate (1492-1552) a monarquia espanhola solicitou uma decisão. O julgamento de Valladolid decidiu pela cristianização dos povos indígenas:

Como sabemos, Gines Sepúlveda defendeu que os “índios” eram seres “sem alma” e, portanto, animais que poderiam ser escravizados no processo do trabalho, sem que houvesse qualquer pecado aos olhos de Deus. (...)

Bartolomé de las Casas, por sua vez, argumentou que os “índios” possuíam uma alma, em estado bárbaro, necessitando de cristianização. Entretanto, para Las Casas era um pecado, aos olhos de Deus, escravizá-los. O que ele propunha era a cristianização. Tanto Las Casas como Sepúlveda representam, respectivamente, a inauguração dos dois maiores discursos racistas, com as consequências mais duradouras, capazes de mobilizar os impérios pelos 450 anos que se seguiram: os discursos racistas biológico e cultural. (GROSFUGUEL, 2016, pág. 38,39)

Foi com a conquista das Américas que a classificação dos seres humanos através da ideia de raça surgiu. “Índio” foi a primeira raça criada pelos colonizadores, junto com a constituição da América como primeira *id-entidade* moderna (Quijano,

2005). Grosfoguel explica como esse processo afetou muçulmanos e judeus que, após serem obrigados a se converter ao cristianismo e adotar uma cultura que não era a sua, com a colonização das Américas e a classificação racial da humanidade, passaram a ser classificados e enxergados através dessa ideia e foram transformados em raça inferior.

O terceiro genocídio/epistemicídio situado por Grosfoguel diz respeito à conquista e dominação de povos africanos em continente africano e sua escravização nas Américas. A subjugação e extermínio desses corpos e a proibição de sua cultura provocou a morte não apenas de milhares de corpos físicos, mas também das subjetividades produzidas e mantidas por esses corpos, suas formas de produção de conhecimento e cultura foram reprimidas e exterminadas.

O quarto genocídio/epistemicídio pontuado pelo autor se deu com a queima de mulheres vivas nas fogueiras da Inquisição promovida pela Igreja cristã. Segundo Grosfoguel o conhecimento dessas mulheres era passado através da cultura oral, portanto, diferente dos povos muçulmanos e judeus que tiveram seu conhecimento destruído junto com os livros e bibliotecas queimados, essas mulheres tiveram sua cultura e conhecimento

queimados na fogueira junto com seus corpos.

Dessa forma, a estrutura do conhecimento moderno teve sua legitimidade arquitetada em cima de uma lógica racista e sexista que provocou a morte e inferiorização de milhares de pessoas e de seus conhecimentos e cultura.

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2016, pág. 25)

O que pretendo mostrar aqui é que assim como as universidades ocidentalizadas foram estruturas criadas para difundir o conhecimento dos colonizadores, construído através do genocídio/epistemicídio de sujeitos colonizados e da lógica cartesiana que guia a produção de conhecimento nessas universidades, a grande mídia no Brasil é também uma estrutura ocidentalizada que

perpetua a lógica imperial/colonial/patriarcal através do epistemicídio de conhecimentos produzidos fora do eixo Norte-cêntrico ou diferente das lógicas que desafiam o Estado e o sistema capitalista, enquanto instituições necessárias para a manutenção do *status quo* moderno-colonial. Como bem assinalou Wallace de Moraes

“(...) sobrevivem ao epistemicídio, hoje, somente as teorias, produzidas na academia e/ou nos grandes oligopólios de comunicação de massa, que concebem o capitalismo e suas instituições, principalmente o Estado, como legítimos e no máximo passíveis de reformas.” (MORAES, 2018, pág. 65)

Qualquer alternativa ou produção intelectual que negue o Estado e, portanto, o *establishment*, será facilmente rejeitada não apenas pelos sujeitos que habitam as universidades ocidentalizadas mas também por qualquer outra que integre “os projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo”, a grande mídia é uma dessas instituições.

Wallace de Moraes traz a tese de que a sociedade é dominada por governanças. Dessa maneira existem nove tipos de governanças sociais e cinco tipos de governanças institucionais<sup>136</sup>. Os

<sup>136</sup> O autor adota o conceito de governanças institucionais e sociais para melhor identificar as formas de opressão social empreendidas pelos chamados governantes. Das governanças sociais, nove são identificadas: racial, patriarcal, sexual, acadêmica científica, capitalista, religiosa, oficialista, estética-produtiva e xenofóbica. Das governanças institucionais, cinco são identificadas pelo autor: econômica, política, sociocultural, jurídica e penal.

oligopólios de comunicação e as universidades fazem parte, junto com outras três instituições, de uma mesma governança institucional sociocultural que corrobora e ajuda na manutenção das desigualdades:

Na governança sociocultural, existem cinco grandes instituições que atuam em conjunto para a manutenção/justificativa do status quo. São elas: 1) grandes meios de comunicação de massa; 2) escola (academia); 3) igreja; 4) família; 5) redes da internet.

Por conseqüência, a governança sócio-cultural é habitada pelos seguintes atores: a) governantes socioculturais da grande mídia representado pelos:

- Oligopólios de comunicação de massa (TVs, rádios, jornais) que veiculam notícias que legitimam o sistema de desigualdade capitalista, deslegitimando todas as formas de ações diretas dos governados;

[...]

c) governantes socioculturais do saber escolar: o seu lugar privilegiado é a escola (a universidade) com seus professores/intelectuais que retroalimentam um discurso/ensino justificador do nacionalismo, das instituições estatais e capitalistas de um modo geral, da ‘participação cidadã’ e do regime supostamente democrático, que eles tanto idolatram. Essa se constitui como a governança sociocultural pela ‘educação reprodutora de conteúdos em prol do establishment’. Estes governantes alimentam as opressões/governanças sociais oficialista e

acadêmica-científica, pois simultaneamente cometem o epistemicídio contra as produções revolucionárias e populares, colocando-as como saberes sujeitados, inferiores, ‘errados’. (DE MORAES, 2018, s/p)

Tanto os oligopólios de comunicação de massa como as universidades estão muito próximas quando o assunto é manter e justificar os projetos coloniais, imperiais e patriarcais de poder. Nelson Werneck Sodré em seu livro “História da imprensa no Brasil” assinala que a imprensa nasceu e se desenvolveu junto com o sistema capitalista. Os aspectos particulares desse desenvolvimento no Brasil foram a concentração de veículos de comunicação e da diversidade de suportes que viabilizam a informação nas mãos de poucas empresas:

(...) se a imprensa nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu avanço, esse processo assinala, no Brasil, traços particulares, estreitamente ligados aos aspectos que o avanço capitalista apresentou aqui.

O desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalistas em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de massa levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a empresa jornalística, na maioria esmagadora dos casos, a iniciadora e impulsionadora desses

---

As governanças sociais atentam, não exclusivamente, contra determinados setores da sociedade como, por exemplo, mulheres, negros, pessoas de baixa condição financeira, etc. elas não dependem do Estado para se concretizar. Já as governanças institucionais estão legalizadas e, portanto, possuem o amparo do Estado, elas atingem diferentes grupos/classes/povos oprimidos ao mesmo tempo e em seu conjunto. O autor destaca também que as governanças sociais e institucionais e suas atinentes opressões se interpenetram e retroalimentam.

meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão. Gerou-se, aqui, portanto, o conglomerado empresarial agrupando jornal – revista, em alguns casos – e emissora de rádio e de televisão. (SODRÉ, 1999, pág. X)

Assim, por um lado, o modelo empresarial dos conglomerados de comunicação de massa atendem aos governantes econômicos e ao sistema capitalista e, por outro, unifica e verticaliza os discursos proferidos por esses veículos. Nesse sentido, Sodré continua

O caráter concentrador do avanço do capitalismo brasileiro, consideravelmente acentuado com a etapa neoliberal em curso impediu que se generalizasse a composição de agrupamento de jornal e televisão, em alguns casos. A concentração de poder, nos casos em que esse agrupamento ocorreu, foi extraordinariamente agravada e assinalou um traço novo no desenvolvimento da imprensa brasileira.

[...]

Esse quadro novo, sob muitos aspectos desolador, decorreu, sem dúvida, do fato de que um grande jornal, hoje, é uma empresa capitalista de grandes proporções (...). O primeiro sinal a assinalar as mudanças ocorridas esteve, como já foi mencionado, no desaparecimento de numerosos jornais e revistas. Desaparecimento que acompanhou, na área da imprensa, o processo de oligopolização ocorrido na economia. (...) O número de grandes jornais, entre nós, decresceu consideravelmente. (SODRÉ, 1999, pág. X, XI)

No Brasil as cinco maiores redes privadas de televisão, Globo, SBT, Record, Band e Rede TV agregam redes nacionais de rádio e jornais impressos espalhados por todo território nacional. Além da grande quantidade de veículos associados às grandes empresas de comunicação no Brasil, a diversidade dos suportes proporcionam um maior acesso da população ao que é transmitido por essas empresas, assim, mesmo quem não tem acesso a jornais impressos é alcançado pelo conteúdo produzido e veiculado por essas poucas empresas de comunicação através do rádio ou TV.

A classe política, por sua vez, também encontra representatividade na grande mídia. No Brasil uma considerável parcela dos governantes políticos são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão. Ainda que proibido por lei<sup>137</sup>, prefeitos, deputados, governadores e senadores possuem vínculo direto e oficial com os meios de comunicação o que, conseqüentemente, permite a eles ter uma relação direta com o eleitorado. As emissoras de TV fabricam e promovem a publicidade de governantes políticos, lançando novas candidaturas e os elegendo. Além disso, os governantes dessa classe podem beneficiar amigos e afetos políticos

<sup>137</sup> O Artigo 54 da Constituição proíbe a relação direta entre a concentração de poder político e os meios de produção ideológica (meios de comunicação).

promovendo a concessão de outorgas em seus respectivos estados.

Segundo Nelson Werneck Sodré a imprensa substitui a força militar no controle da população:

(...) a dominação se exerce, dispensando o uso da força, pelo exercício da propaganda, do convencimento. E, para isso, a imprensa é importante.

[...]

Quem controla a imprensa e os meios de massa não precisa mais de golpes militares. (SODRÉ, 1999, pág. XII, XIII)

Chomsky também defende que a propaganda é utilizada para “construir consenso” da população e que hoje, não vivemos em uma democracia em que o povo “dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2019, pág. 9).

Assim, a grande mídia é, utilizando o termo proposto por Wallace de Moraes, parte de uma governança institucional sociocultural e ela corrobora para o bom funcionamento de pelo menos outras duas governanças institucionais, a econômica e a política. Por meio de suas ações, busca justificar e legitimar preconceitos e opressões sociais já praticadas por estas governanças “[...] pois vende a

‘propaganda’ como mercadoria, justamente, aos governantes econômicos e políticos. Em razão disso, é comum que esteja unida a eles e, normalmente, os apoiem, em suas demandas.” (DE MORAES, 2018, s/p)

## 2. REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013

Para comprovar a tese de que a grande mídia segue uma lógica imperial/patriarcal/colonial e suas notícias estão de perfeito acordo com as epistemologias da modernidade eurocêntrica pegaremos o exemplo da atuação de dois veículos de comunicação de alta circulação no país, jornal O Globo e jornal Folha de São Paulo, durante a Revolta dos Governados de 2013. Serão analisadas manchetes, notícias e fotografias dos dois jornais supracitados durante o mês de junho daquele ano.

Para interpretação das manifestações adotaremos a perspectiva anarquista proposta por Wallace de Moraes em seu livro “2013 – Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre”. Sendo assim, será através deste paradigma que analisaremos a atuação dos veículos de informação citados acima.



Em junho de 2013 o povo foi às ruas e rejeitou qualquer hierarquia ou privação de liberdade na hora de se manifestar, indo contra a lógica hierárquica comum ao Estado e sua ideologia de concentração de poder e dominação imposta pelos colonizadores. Segundo Wallace de Moraes a idolatria ao Estado - que recebe o nome de Estadolatria em suas teses - determina atualmente a forma oficial de organização social além provocar o epistemicídio, impedindo o povo de planejar e praticar “outras organizações societais para além dos limites do capitalismo e da ideia de representação política”:

Em resumo, o epistemicídio ataca todas as experiências populares e teóricas que não se enquadram nos padrões de exaltação do Estado, do capitalismo e não se encontra dentro dos moldes ‘científicos’ acadêmicos, positivistas, amplamente parciais sob a farsa da neutralidade axiológica” (MORAES, 2018, pág. 68)

Para o autor, o surgimento, nas últimas décadas, de coletivos de estudo e ação que privilegiam a liberdade e a igualdade entre as pessoas teve reflexo na Revolta dos Governados de 2013.

Como a perspectiva do anarquismo não buscou centralizar, nem dirigir o processo, mas estimulá-lo de todas as formas, no sentido de aprender com o povo e consciente de fazer parte dele, a revolta popular foi saudada vangloriosamente por esse setor. As propagandas pelo ato contra símbolos do capitalismo e do Estado, demandas clássicas desse pensamento, foram postas em prática em quase

todas as manifestações, apesar de a quantidade de seus militantes ser diminuta. (MORAES, 2018, pág. 69, 70)

O aporte teórico-metodológico anarquista nega qualquer concentração de poder, sendo assim, nega o Estado como instituição necessária para o bom funcionamento social:

Outrossim, entendemos que as interpretações sobre o maior Levante Popular da história brasileira a partir de uma perspectiva anarquista, que valoriza a ação direta dos governados, são marginalizados e enquadrados na perspectiva dos saberes sujeitos (Foucault, 2002) ou sofrem perfeitamente do epistemicídio acadêmico (Santos, 2003). (MORAES, 2018, pág. 69)

Segundo o autor, a plena liberdade, princípio básico do Anarquismo, é incompatível com o capitalismo ou qualquer outra forma de dominação social. A autoridade praticada pelas governanças e a manutenção das instituições que as praticam são herança do colonialismo. A sociedade precisa obedecer a essas governanças que determinam e impõem a ordem. Qualquer organização societal que não endosse a autoridade dessas governanças são imediatamente criminalizadas e esmagadas.

Em junho de 2013, durante a Revolta dos Governados, isso pôde ficar evidente quando, após o povo tomar as ruas, a grande mídia exerceu seu papel de

governança estreitamente ligada aos princípios moderno-coloniais: além de utilizar uma linguagem criminal para se referir aos manifestantes, exaltou a violência policial destinada a eles. Já nas primeiras notícias os veículos de informação da grande mídia exerceram sua lógica imperial. Quando se considera que o povo adotava ali uma forma de organização social diferente daquela imposta pelo colonizador, que concentra o poder em torno de um Estado, a grande mídia mostrou não só seu apoio às governanças econômicas e políticas como também praticou epistemicídio, evidenciando sua natureza ocidentalizada e mostrando, para quem ainda tinha alguma dúvida, sua parcialidade.

Desde o princípio as notícias focavam em relatar confrontos entre manifestantes e policiais. Segundo o que podia ser lido nas páginas dos jornais os confrontos eram sempre causados pelos manifestantes, a polícia apenas reagia. Depredação de patrimônio público e privado e congestionamento do trânsito também tinham foco central nas páginas dos jornais. As notícias não focavam nas reivindicações dos manifestantes. Somente após uma enorme adesão popular aos protestos, devido a imagens, relatos e cenas de truculência policial publicados na internet, a imprensa *aceitou* às

manifestações, modificando seu discurso e passando a defender manifestações “pacíficas”, dessa forma continuou utilizando o termo “vândalo” para se referir aos manifestantes que não aceitavam uma manifestação “pacífica”, incapaz de modificar as estruturas capitalistas, imperialistas, patriarcais, colonialistas que regem a sociedade moderna colonial.

No dia sete de junho de 2013, o jornal Folha de São Paulo publicou na capa, uma notícia com a seguinte manchete: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP” (Folha de São Paulo, 07/06/2013, Capa). Na página C1 – com o nome “Cotidiano” -, uma notícia traz o título: “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP”, uma frase em negrito antes do texto mostra como a truculência policial foi justificada: “A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter a depredação; houve 15 detidos e 3 feridos”. (Folha de São Paulo, 07/06/2013, pág. C1) No mesmo dia o jornal O Globo publicou uma fotografia na capa, na qual manifestantes seguravam um objeto que possivelmente seria utilizado para fazer uma barricada no meio da rua. O texto de chamada, que se segue à fotografia, referiu-se ao ato como “violento” e disse que a tropa de choque “revidou [aos manifestantes] com bombas de efeito moral e balas de borracha”.



(O Globo, 07/06/2013, Capa)

Taxar as formas de protesto de “vandalismo” e os manifestantes de “vândalos” foi uma atitude adotada nos dois jornais. Pode-se perceber também que a ação policial foi tratada desde o início apenas como *reação*, gerando um ar de justificativa para a violência policial. A atitude policial durante a Revolta dos Governados foi uma demonstração de como age o braço armado do Estado para controlar e punir os governados quando questionam e se revoltam contra o *establishment*. A forma como o jornal noticiou, justificando a violência policial ao dizer que foi apenas um *revide*, denuncia o quanto o jornal corroborou com as opressões implementadas pelas governanças política e penal.

No dia oito de junho o jornal Folha de São Paulo, numa notícia na capa, levou

o título “Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus” (Folha de São Paulo, 08/06/2013, Capa). Já o jornal O Globo, no mesmo dia, noticiou a manifestação ocorrida anteriormente em São Paulo da seguinte maneira: “Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP” (Jornal O Globo, 08/06/2013, pág. 8).

Os jornais em questão focavam suas notícias no trânsito congestionado e na forma como os manifestantes estavam protestando, taxando de vandalismo. Dessa forma os jornais começaram a envolver os manifestantes numa aura de crime. As reivindicações, os motivos principais pelos quais os manifestantes estavam indo às ruas protestar não foram colocados em foco pelos jornais, o que também revela o discurso uníssono dos dois jornais.

Outro exemplo aconteceu no dia 11 de junho quando o jornal O Globo noticiou o confronto entre a polícia e os manifestantes, durante um protesto no centro do Rio de Janeiro, como que provocado pelos manifestantes. A notícia focou na ação dos manifestantes durante o protesto, no congestionamento do trânsito, e na prisão de manifestantes, a reivindicação principal - revogação do aumento da tarifa dos transportes públicos -

não foi o tema central. Na página 2 uma fotografia de manifestantes queimando uma bandeira do Brasil numa fogueira – ato de protesto - foi acompanhada por uma legenda onde se lê que os manifestantes “voltaram a tumultuar o Centro” e que a manifestação “interditou ruas e teve veículos apedrejados”, “[até que foi] debelada por policiais do Batalhão do Choque”.



(O Globo, 11/06/2013, pág.2)

Na página 10 do mesmo dia, a mesma oratória pode ser observada. A notícia focou principalmente no trânsito congestionado e na atitude da polícia ao “dispersar o protesto”. A ação policial foi

noticiada como algo inevitável na reprimenda aos manifestantes. Uma fotografia de três policiais segurando um manifestante e outro policial olhando a cena foi utilizada para ilustrar o texto.



(O Globo, 11/06/2013, pág. 10)

Como já foi dito, as causas pelas quais os manifestantes estavam indo às ruas não encontraram espaço central nas notícias. Depredações de patrimônio público ou privado, congestionamento do trânsito durante as manifestações e reação policial foram os temas principais das manchetes e notícias. A tentativa da grande mídia parece ser justificar a violência policial durante a repressão da manifestação e as prisões dos manifestantes.

No dia 12 de Junho o jornal Folha de São Paulo trouxe na capa, a manchete: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”, no subtítulo: “No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô; 20 são detidos”. À manchete, segue-se a uma fotografia que mostra manifestantes segurando objetos utilizados em uma barricada, alguns objetos estão no chão pegando fogo. Em conjunto, manchete e fotografia trazem um teor de crime por parte dos manifestantes:



(Folha de São Paulo, 12/06/2013, Capa)

Já no jornal O Globo do dia 12 de junho, numa notícia de capa estampou o título “A marcha da insensatez”, referindo-se à manifestação ocorrida dois dias antes. No texto de chamada os manifestantes foram explicitamente acusados de vandalismo: “Os manifestantes que na noite de segunda-feira protestaram contra o aumento das passagens de ônibus do Rio deixaram um rastro de vandalismo.” (O Globo, 12/06/2013, Capa)

Neste momento, nos jornais, pouco se lia sobre manifestantes feridos pela violência policial, o que pode ser entendido como uma forma de exaltar e corroborar a ação policial – aquilo que Wallace de Moraes chama de governança penal -, o braço armado do Estado.

Na página 8, a primeira e principal notícia também exemplifica esse comportamento: “Manifestantes tentam invadir terminal e depredam lojas em SP”. Abaixo do título o jornalista chamou de *tumulto* a manifestação: “Protesto contra aumento de tarifas de ônibus causou tumulto” e, na página 10, uma notícia com o título “Vandalismo sem causa” pode ser lida em caixa alta (O Globo, dia 12/06/2013, pág. 8, 10).

No dia 13 de junho, O Globo estampou uma notícia com o título “Risco de novos confrontos”, o subtítulo acusou o Movimento Passe Livre - um dos principais coletivos que convocavam as manifestações - de ter promovido “quebra-quebras”: “Atos do Movimento Passe Livre, que provocaram quebra-quebras no Rio e em SP, serão repetidos hoje”. Outra notícia publicada na mesma página anunciava “Ao menos cinco policiais foram feridos no confronto, segundo a polícia militar” (O Globo, 13/06/2013, pág. 3).

Essa atitude também pode ser constatada no jornal Folha de São Paulo, do mesmo dia, que publicou numa notícia de capa: “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo” e, no subtítulo: “Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízos”. Abaixo da manchete, a fotografia de um policial ferido com uma

arma na mão, ajoelhado em cima de um manifestante, acompanha a seguinte legenda: “**Encurralado** Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante

e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP; um dia depois ele disse que teve medo de morrer ao ser cercado”:



(Folha de São Paulo, 13/06/2013, Capa)

Após os primeiros atos, relatos de truculência policial circularam pela internet e a população aderiu às manifestações e os oligopólios de comunicação não tiveram outra saída que não aderir também. A partir desse momento os jornais começaram a reconhecer a violência policial exagerada para com os manifestantes mas continuaram utilizando um tom acusatório quando se referiam a eles.

manifestação noticiada neste dia no jornal, alguns jornalistas haviam sido feridos durante o protesto anterior, pela ação policial.

No dia 14 de junho, O Globo publicou a seguinte notícia: “São Paulo Sitiada - Tropa de Choque avança sobre manifestantes e jornalistas; movimento promete novas ações” (O Globo, 14/06/2013, pág. 3). Na

O foco das notícias permaneceu na ação dos manifestantes e os confrontos continuaram sendo narrados como iniciados por eles: “No Rio, protesto termina com ataque ao Palácio Tiradentes - Manifestantes entraram em confronto com os PMs; 18 foram presos”. Na mesma página uma notícia com o título “Socióloga estranha rejeição ao diálogo” e subtítulo “Ângela Paiva, da PUC-Rio, diz que é difícil entender razões da revolta”, revela o

empenho para deslegitimar a manifestação, tratando como estranha e anormal a forma de protestar dos manifestantes, uma frase destacada da notícia assevera “Normalmente, um ato de protesto busca diálogo. Quem protesta quer conversar.” (O Globo, 14/06/2013, pág. 6)

Em coro com o jornal O Globo, o Folha de São Paulo, começou a reconhecer a truculência policial durante as manifestações no mesmo período. Na capa do dia 14 de junho a manchete principal anunciou: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos - No 4º ato

contra tarifa, PM cerca manifestantes e usa balas de borracha e bombas de gás/ Dezenas de pessoas ficam feridas e 192 são detidas/ Haddad critica corporação”. Ainda que jornalistas já estivessem sendo atingidos pela Tropa de Choque há alguns protestos, só por volta desse dia, notícias com o tema passaram a ter mais espaço. Ainda na capa do dia 14, o Folha de São Paulo anunciou: “Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos”. A fotografia de uma repórter do jornal atingida por uma bala de borracha no olho acompanhou a notícia:



(Folha de São Paulo, 14/06/2013, Capa)

No dia 15 de junho o jornal O Globo relatou da mesma forma os acontecimentos: “Fotógrafo atingido por bala de borracha, em ação policial, pode ficar cego”. Na página 3, o subtítulo de uma notícia mencionou a violência policial: “Após

violência policial, Haddad chama movimento; Alckmin defende ação da PM”. E na página 5, outra notícia revelou ainda mais a mudança de posicionamento, “Nas redes, os flagrantes da violência policial em São Paulo”, o subtítulo:



“Vídeos revelam uso da força e suspeita de dano forjado a carro da PM”. (O Globo, 15/06/2013, Capa, pág. 3,5)

A partir de então o jornal começou a noticiar as manifestações de forma menos depreciativa. Elas começaram a ser divididas entre “pacíficas”, apenas com marchas e cartazes, e “violentas”, quando da depredação de patrimônio público e/ou privado. Fotografias de barricadas, ônibus queimados e outros patrimônios - públicos ou privados – danificados, passaram a dividir as páginas dos jornais com fotografias de multidões nas ruas em marcha. Manifestações *violentas* – com depredação de patrimônio - eram motivo de repressão policial, manifestações *pacíficas* – sem depredação de patrimônio – começaram a ter o apoio da imprensa.



(O Globo, 18/06/2013, Capa)

No dia 17 de junho o Folha de São Paulo noticiou que a “Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz secretário de segurança Fernando Grella” (Folha de São Paulo, 17/06/2013, Capa) e uma fotografia estampando mais de 2/3 da capa do jornal O Globo do dia 18 de junho realçou uma grande quantidade de pessoas em marcha. A manchete anunciando “O Brasil nas Ruas” trouxe o seguinte subtítulo:

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais – Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma, manifestações são legítimas (O Globo, 18/06/2013, Capa).

Outra mudança, as páginas do jornal que antes levavam títulos como “Tensão Urbana” ou “Patrimônio atacado” passaram a ostentar o título “Um país que se mexe”:

As notícias passaram a diferenciar também os manifestantes, chegando a traçar seus perfis, na página 4, do mesmo dia, O Globo especificou alguns dos manifestantes que apoiaram a manifestação *pacífica*: “‘Primavera carioca’ leva multidão de manifestantes ao Centro - Protesto tem o apoio de quem estava nos escritórios da Rio Branco”. A página também recebeu o título “Um país que se mexe” (O Globo, 18/06/2013, pág. 4). Mais

à frente, na página 6, o jornal noticiou: “Encontro da diversidade no Largo da Batata - Grupos distintos fizeram a maior mobilização até agora; cada um com um propósito” (O Globo, 18/06/2013, pág. 6).

Os títulos mostram a mudança de posicionamento do jornal em relação à manifestação e o quanto a imprensa aderiu aos protestos. Manchetes como “Mais de 65 mil vão às ruas e param SP”, com o subtítulo: “Protesto começa pacífico, porém termina com confronto em tentativa de invasão ao Palácio dos Bandeirantes” (O Globo, 18/06/2013, pág. 6) começaram a especificar quem, a partir daquele momento, seria criminalizado: os manifestantes que não eram “pacíficos”. A manchete “Protestar, ato que reúne diferentes tribos”, com o subtítulo: “Mães de estudantes, empresários e até moradores no exterior aderem á onda de manifestação” (O Globo, 18/06/2013, pág. 8) também é um exemplo disso. A notícia traçou diferentes perfis de manifestantes que estavam indo às ruas protestar, transcrevendo inclusive algumas de suas falas, mas nenhum dos perfis englobou aqueles manifestantes que protestavam depredando patrimônio público ou privado, símbolos do Estado e do sistema capitalista. O fato de não terem dado espaço a estes manifestantes pode ser interpretado como uma tentativa de deslegitimá-los.

A mudança de perspectiva ao noticiar as manifestações ocorreu quase que em sincronia nos dois jornais. No dia 18 de junho, o Folha de São Paulo estampou na capa a manchete: “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”. No texto de chamada, após noticiar causas que já haviam inflado a manifestação e, em muitos casos, poderiam ser consideradas genéricas – como a luta pelo “fim da corrupção” – o jornalista ressaltou: “A maioria das manifestações foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder.” (Folha de São Paulo, 18/06/2013, Capa).

A separação entre os manifestantes fica também evidente na notícia “Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo - Manifestantes agiram para conter grupo que atacou prefeitura e provocou destruição, incêndios e saques na cidade”, do jornal O Globo (O Globo, 19/06/2013, pág. 9). Mas, como muitos manifestantes estavam ali para lutar contra o Estado, o sistema capitalista e a lógica imperial/colonial/patriarcal imposta pelos colonizadores e perpetuada até hoje pelas governanças, não podiam aceitar que a adesão popular e a inflação das causas, muitas delas impostas pela própria imprensa, que agora tentava pautar as manifestações, colocasse panos quentes nas reivindicações contra as estruturas

moderno-coloniais que promovem a opressão social. No mesmo dia o jornal Folha de São Paulo, em coro com O Globo noticiou na capa “Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir”, no subtítulo, “Manifestação começa pacífica, com mais de 50 mil pessoas na Praça da Sé, mas grupos levam caos à região central” (Folha de São Paulo, 19/06/2013, Capa).

A partir de então, até o final do mês as notícias, fotografias e manchetes sobre as manifestações mudaram de natureza e tanto um como o outro jornal passaram a noticiá-las ora como uma atitude louvável – o próprio nome das páginas do jornal O Globo, que passaram de “Tensão Urbana” para “Um país que se mexe” provam isso – ora como manifestação violenta, quando manifestantes não seguiam o manual que a imprensa oferecia. Aqueles que insistiram em questionar a ordem estabelecida pelo Estado, pelo sistema capitalista e por todas as outras estruturas moderno-coloniais foram noticiados como vândalos e um teor criminal era destinado a eles na oratória midiática.

### **3. O PROJETO DA TRANSMODERNIDADE: UMA SAÍDA VÁLIDA PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DOS OLIGOPÓLIOS DE COMUNICAÇÃO E DECOLONIZAÇÃO DA GRANDE MÍDIA**

Os oligopólios de comunicação se configuram em estruturas ocidentalizadas que mantêm e promovem os projetos de poder imperiais/coloniais/patriarcais impostos pelos colonizadores. A concentração do poder de noticiar nas mãos de poucas empresas de mídia limita a pluriversidade das formas como as notícias serão publicadas. Apenas as interpretações de algumas poucas emissoras de rádio, Tv e jornais impressos alcançam a maior parte do território brasileiro e o maior número de pessoas em todo o país.

Outras formas de se pensar o mundo, de se organizar socialmente, de produzir conhecimento ou de tentar tornar a sociedade mais igualitária, independente e livre das estruturas de poder implantadas pelo projeto colonialista que exterminou não apenas os corpos físicos de milhares de seres humanos mas também o conhecimento desses corpos, bem como suas formas particulares de produzi-lo, sofrem constantemente a tentativa de asfixia, ora pelo braço armado do Estado, ora pela deslegitimação de conhecimentos

outros que não sejam os produzidos pelos homens vindos dos cinco países citados por Grosfoguel (Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos), ora pelo controle da subjetividade das pessoas, como fazem os oligopólios de comunicação de massa.

A forma como a Revolta dos Governados de 2013 foi tratada pelo Estado, pela polícia e pelos veículos de comunicação de massa são um exemplo disso. As manchetes expostas aqui permitem também perceber o discurso uníssono da grande mídia não apenas na tentativa de desmonte das manifestações, mas também naquilo que podemos muito bem chamar de epistemicídio, quando se interpreta a atitude dos manifestantes através de uma perspectiva anarquista. A unicidade no discurso dos jornais mostra o quanto a grande mídia está oligopolizada e concentrada nas mãos de poucos empresários, governantes institucionais socioculturais, para utilizar a expressão cunhada por Wallace de Moraes.

Como alternativa ao epistemicídio cometido nas universidades ocidentalizadas, Ramón Grosfoguel traz o conceito de transmodernidade, de Dussel. A transmodernidade implica a decolonialidade das formas de enxergar o mundo e vivê-lo. Para Grosfoguel, ainda que a tradição cultural ou epistêmica dos

povos colonizados tenham sido, de alguma maneira, impactados pelo projeto da Modernidade eurocêntrica essas tradições, culturas e epistemologias não desapareceram completamente. Existem perspectivas epistêmicas não ocidentais que conseguem guardar “uma *exterioridade relativa* da Modernidade eurocêntrica”. Segundo o autor essas *exterioridades relativas*

foram afetadas pelo genocídio/epistemicídio, mas não foram completamente destruídas. É esta exterioridade relativa que, de acordo com Enrique Dussel, propicia esperança e possibilidade de um mundo transmoderno: “um mundo onde muitos mundos são possíveis”, para usar o slogan zapatista. (GROSFOGUEL, 2016, pág. 44)

A descolonização dos olhares requer a interrupção do epistemicídio, o reconhecimento e respeito de outras formas de produção de conhecimento, provenientes de todas as outras regiões do planeta. Requer o divórcio com a lógica cartesiana do “penso, logo existo” e o reconhecimento de que o “penso, logo existo” só foi possível após séculos de “conquisto, logo existo” e “extermino, logo existo”. Requer o abandono da imposição universal de apenas um saber, o que é produzido ao norte dos Pirineus por homens brancos de apenas cinco países. Requer, por fim, o reconhecimento da pluriversalidade das produções de conhecimento. Cada povo tem uma forma de conhecer e entender o

mundo e isso está diretamente ligado às experiências concretas vivenciadas nos diversos espaço/tempos do planeta.

A decolonização da sociedade é possível na medida em que haja o rompimento com o epistemicídio da produção de conhecimento ligados às tradições epistêmicas do Sul, mas também com qualquer tradição epistêmica que não seja excludente, que não corrobore com os projetos e estruturas de poder da Modernidade eurocêntrica. Defendo que no âmbito da imprensa a transmodernidade implicaria não apenas a completa descentralização dos meios de comunicação de massa mas também a decolonização desses veículos.

Além disso a transmodernidade viabiliza uma discussão em que todos podem decidir formas de organização societal, como foi proposto em junho de 2013 pelos manifestantes que foram às ruas e deram um exemplo de autogoverno popular, ação direta e ajuda mútua, para utilizar alguns princípios caros ao Anarquismo.

Grosfoguel pontua que

(...) a transmodernidade não é, de modo algum, equivalente a uma celebração liberal e multiculturalista da diversidade epistêmica do mundo, onde as estruturas de poder permanecem intactas. A transmodernidade é um reconhecimento

da diversidade epistêmica sem o relativismo epistêmico. (GROSFOGUEL, 2016, pág. 45)

Nesse sentido a descentralização dos meios de comunicação dentro do sentido de transmodernidade compreenderia a pluriversidade não apenas dos discursos mas também das epistemologias, das formas de se produzir conhecimento, em detrimento da universalidade de paradigmas que hoje impera na grande mídia e do reconhecimento da necessidade “de um projeto global compartilhado contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e o colonialismo” que rejeite completamente a universalidade das soluções, na qual “um define pelos outros qual é a solução, mas sim no qual muitos decidem por muitos”.

#### 4. CONCLUSÃO

Podemos perceber, através dos exemplos expostos neste texto o quanto esses oligopólios de comunicação corroboram com as práticas imperiais/coloniais/patriarcais do projeto de Modernidade imposto pelos colonizadores e que perduram em nossa sociedade ainda hoje. A tentativa de criminalizar os manifestantes que reivindicavam a ordem autoritária dos projetos de poder moderno-coloniais coloca

a imprensa ao lado das universidades ocidentalizadas trazidas por Grosfoguel.

Há também o problema da unificação dos discursos nesses oligopólios de comunicação, como pôde ficar evidente através das manchetes e notícias trazidas ao texto. Tais discursos, por sua vez, corroboram com o *status quo* e com o epistemicídio de outras formas de conhecimento. Além disso a lógica do oligopólio de comunicação por si só incentiva a centralização dos veículos de informação, uma vez que pequenos veículos de comunicação não conseguem competir com os já estabelecidos no mercado.

Essas grandes empresas da comunicação estão estreitamente ligadas às escolas e universidades. Não podemos nos esquecer que as estruturas ocidentalizadas foram instauradas em territórios colonizados com o intuito de levar a cabo o projeto colonial, da mesma forma, não podemos nos esquecer que a maior parte dos jornalistas são formados ou passam por essas universidades.

Como assinalou Wallace de Moraes, a imprensa no Brasil faz parte de uma mesma governança institucional sociocultural onde habitam as universidades. Governança esta que dita as formas de produção do conhecimento e

subjetividades. O epistemicídio provocado tanto pelas universidades como pela grande mídia ajuda a exterminar saberes e práticas que vão contra o Estado e o sistema capitalista ou que entendem e concebem o mundo de outras maneiras que não aquelas vigentes na Modernidade eurocêntrica. Por isso a alternativa pela transmodernidade, inaugurada por Dussel e utilizada por Grosfoguel, é a saída decolonial que rompe com os projetos de poder das estruturas ocidentalizadas.

Assim como Grosfoguel propõe a transmodernidade dentro das universidades, acredito também que seja possível a transmodernidade nas formas de veicular a informação. Para isso será necessário não apenas a descentralização dos meios de comunicação, mas sua completa descolonização. Nesse sentido é indispensável que todos participem e planejem outras formas de veicular a informação, formas estas que vão contra o capitalismo, o patriarcado, a concentração de poder em torno de um estado, contra todos os projetos de poder impostos pelo colonizador.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MARCHA da insensatez. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

AMORIM, Silvia, CASTRO, Juliana, HERDY, Thiago. Risco de novos confrontos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130613>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

AMORIM, Silvia, HERDY, Thiago. Chamado ao diálogo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130615>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

APÓS semana de batalha, Haddad pede negociação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130615>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ARAÚJO, Vera, GOULART, Gustavo, WERNECK, Antônio. ‘Primavera carioca’ leva multidão de manifestantes ao Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ARAÚJO, Vera, GOULART, Gustavo. No Rio, protesto termina com a pichação do Palácio Tiradentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878105&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_02.07.2020/art\\_54\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_02.07.2020/art_54_.asp)>. Acesso em 24 de Nov. de 2020.

CHOMSKY, Noam. (2019), *Mídia – Propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF.

CONFRONTO se agrava em SP, com mais prisões e feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

COSTA, Ana Cláudia, GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

DE MORAES, Wallace. Estadolatria, Plutocracias, Governanças sociais e institucionais: Preâmbulo de um paradigma anarquista de análise. *Otal*, abr de 2018. Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/estadolatria-plutocracias-governancas-sociais-e->

[institucionais-preambulo-de-um-paradigma-anarquista-de-analise1/>](https://otal.ifcs.ufrj.br/estadolatria-plutocracias-governancas-sociais-e-institucionais-preambulo-de-um-paradigma-anarquista-de-analise1/>). Acesso em 23 de Nov. de 2020.

FARATI, Tatiana, HERDY, Thiago, ROXO, Sérgio, SCRIVANO, Roberta. Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GALDO, Rafael. Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GIANOTTI, Rolland. Tempo quente no Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GOVERNO de SP diz que será mais duro contra vandalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em:



<<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJZyRMweGrRR0i0&cid=3DA482AE8E0B6C20&id=3DA482AE8E0B6C20%2133837&parId=3DA482AE8E0B6C20%2133132&o=OneUp>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19528&anchor=5877985&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GROSGOUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HERDY, Thiago, ROXO, Sergio. São Paulo sitiada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

HERDY, Thiago. Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130608>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

HERDY, Thiago. Manifestantes tentam invadir terminal e depredam lojas em SP. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

JANSEN, Thiago, SALOMÉ, Roberta. Protestar, ato que reúne diferentes tribos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

MANIFESTANTES causam medo, param marginal e picham ônibus. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em:  
<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19519&anchor=5876493&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

MARINONI, Bruno. *Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil*. Análise, v. 13, p. 1-28, 2015.

MORAES, Wallace dos Santos de. (2018), 2013 *Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

NAS REDES, os flagrantes da violência policial em São Paulo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130615>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

O BRASIL nas ruas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19525&anchor=5877319&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876323&origem=busca&originURL=&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

PROTESTO contra passagens de ônibus em quatro capitais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130607>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina*. 2000.

RADICAIS provocam incêndio na Assembléia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1999), *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD.

VANDALISMO marca ato por transporte mais barato em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876307&origem=busca&originURL=>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em:

<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

## A RE-EXISTÊNCIA DO COMUNALISMO E QUILOMBISMO: O PRÉ-ANARQUISMO BRASILEIRO

Isabel Cristina Soars Tebadi Gomes<sup>138</sup>

### RESUMO

O presente artigo insere-se na temática filosofia decolonial libertária, tendo como objetivo discutir o conceito de comunalismo enfatizando éthos pré anarquista, realçando as re-existências dos povos originários e negros africanos; e posteriormente analisaremos a importância do quilombismo, termo empregado pelo filósofo Abdias do Nascimento como um modo de re-existência pós colonial enfatizando as contribuições e a luta do povo negro brasileiro como protagonistas de sua própria história.

Palavras-chave:- decolonial – comunalismo- quilombismo- libertário

### ABSTRACT

This article is part of the thematic libertarian decolonial philosophy and it seeks to discuss the concept of communalism emphasizing pre-anarchist ethos, also highlighting the re-existences of indigenous and black African peoples. Moreover, we analyze the importance of quilombism, a term used by the philosopher Abdias do Nascimento, as a post-colonial mode of re-existence stressing the contributions and the struggle of the black Brazilian people as protagonists of their own history.

Keywords: - decolonial - communalism- quilombism- libertarian.

---

<sup>138</sup> Mestranda em Filosofia pela UFRJ (2020). Bacharel e licenciada em Filosofia (2011), Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2016), Pós-graduada em Direito do Trabalho/ Previdenciário pela Universidade Cândido Mendes (2018).

## 1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo discute o conceito de *comunalismo* e posteriormente analiso o conceito de *quilombismo*, empregado pelo filósofo Abdias do Nascimento, tomando como ponto de partida as organizações dos povos originários e negros no Brasil colonial no tocante aos pilares da formação de um éthos pré anarquista por conseguinte anticapitalista, ecológico e comunitário como movimentos de re-existência dos povos afro-ameríndios.

Para isto, adoto a metodologia teórica crítica no presente exposto, sob o giro decolonial, investigando como as organizações comunalistas e quilombistas inauguram a formação de movimentos de re-existência sob uma configuração que denomino pré anarquista.

Entendo o conceito *quilombismo* de Abdias do Nascimento (2002) oriundo de quilombo, que etimologicamente corresponde a locais de refúgio dos escravos dos povos originários e negros, voltados para a re-existência à escravidão forçada, apresentando um espaço de liberdade e preservação das tradições culturais afro-ameríndias em um espaço de liberdade. Analiso como estes agenciamentos fazem parte de um éthos pré anarquista, realçando as trajetórias dos povos originários e negros entre outras

características: i) a ausência do Estado e o funcionamento de organização autogestionária, independente e anti-capitalista; ii) a economia de subsistência, agrária e autossustentável, iii) a participação democrática de todos os membros e sem hierarquias de classe social.

Para entender a formação dos quilombos, é necessário compreender os impactos do pacto colonial no Brasil, tendo a subjugação dos povos originários e a promoção de uma relação de dominação através da escravização, das guerras e do extermínio através de doenças que os povos originários não conheciam, a exemplo de algumas práticas implementadas pela Coroa Portuguesa. “Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo o etnocídios dos povos originários e negros” (GROSFUGUEL: 2007:p.160)

Entendo que o etnocídios das população afro-ameríndias tiveram o crivo da criação da raça biológica separatista entre: brancos e não-brancos. Segundo Quijano, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista (QUIJANO.2005:p.2). Neste sentido, importante entender como as populações

originárias e negras foram representadas sob a égide do racismo como código dos traços fenotípicos do homem branco, sendo os povos originários de qualquer região do Brasil nomeados como “indígenas”, bem como os povos africanos conhecidos como “negros”.

Como afirma Wallace de Moraes:

Portanto, entendemos que as interpretações decoloniais e as anarquistas possuem muitas características em comum. Ademais, têm peculiaridades idiossincráticas que podem ser extremamente úteis uma a outra. O fundamental a entender é que ambas possuem como eixo central a oposição por completo aos princípios difundidos pela modernidade/colonialidade, pelo capitalismo, pelas desigualdades, pelas discriminações. (MORAES:2020, p.2)

Nesse sentido, o racismo é construído a partir do estigma, este é o primeiro marco da subjugação do Outro como inferior, seja pela exposição de sua nudez, pelo desenvolvimento da agricultura, pela sua linguagem e a sua relação com a espiritualidade. Com isto, o eurocentrismo passa a ser a condução da representação do modelo colonizador na América, quando dicotomiza o que não é identidade, exterminando o diferente.

Em segundo lugar, os povos originários e negros eram considerados inferiores por serem ágrafos e utilizarem da oralidade como o modo de transmissão dos conhecimentos, memórias e histórias, sendo o padrão racionalista gráfico europeu considerado o paradigma

universal de conhecimento, a representação da modernidade (LENDER, 2000:p.35)

Acrescenta-se a dominação pela fé através de um modelo justificado através dos dogmas, a catequização pautada nos valores maniqueístas de paraíso/ inferno serviram para reduzir a intersubjetividade dos povos originários e suprimir o politeísmo. Outrossim, a religião foi o principal meio da disciplinarização dos corpos escravizados, com o batismo de um nome e sobrenome cristão, a obrigatoriedade do aprendizado do português. Em que pese:

O escravo boçal era introduzido, rapidamente, em sua nova condição. Geralmente, no momento da compra, era batizado e recebia um nome cristão. Também recebia um novo sobrenome, que se referia ao porto africano de onde havia embarcado; por isso, existiram Pedro Mina, João Angola, Maria Congo, Ana Benguela.

Após o batismo cristão (que nem sempre ocorria respeitando todos os rituais determinados pela Igreja Católica), os africanos escravizados recebiam ensinamentos básicos sobre o catolicismo e sobre como deveriam portar-se perante seu senhor. Além disso, aprendiam algumas palavras-chave em português. A partir de então o escravo boçal se juntava ao ladino (africano aclimatado) e ao crioulo (escravo nascido nas Américas) na execução das mais variadas tarefas. (SANTOS: 2017.p.26)

Estima-se que o Brasil recebeu em torno de seis milhões de negros africanos dos mais diversos países ao longo do período de colonização, principalmente após a grande maioria dos indígenas terem sido dizimados, com a ocorrência da proibição da escravização dos indígenas

pela Igreja no século XVII. Com a chegada dos escravos nos portos, o momento da venda consistia em um processo de apagamento de raízes e tradições desde a chegada da diáspora ao Brasil, através da separação de pessoas do mesmo país, de laços familiares, a fim de conter revoltas e motins.

Este holocausto implementado pela Coroa Portuguesa tendo como marca a violência e o apagamento das memórias do Outro deveu-se a inauguração de um *sistema capitalista* no Brasil, voltado para a exploração do trabalho, dos recursos naturais e matérias primas para a acumulação de capital e para financiamento do desenvolvimento científico europeu, que atingiu o status de moderno graças à acumulação de riquezas possibilitada com o “descobrimento da América”.

Tendo acima me referido à *colonialidade do poder e do saber* ao o processo de dominação dos povos originários e negros no Brasil, retomo no presente exposto, a enunciação de que o processo de dominação colonial também produziu formas de *re-existência* dos povos afro-ameríndios . Ressalto re-existência como:

A possibilidade de conceber a interculturalidade como prática pedagógica decolonial para a reexistência, a qual é entendida aqui, como os dispositivos de saber, fazer pensar, sentir e atuar,

desde as experiências históricas diferenciadas, para garantir condições de vida dignificadas, para o autorreconhecimento, de forma que permita enfrentar criativamente a desvalorização, o encobrimento e o silenciamento ao procurar posicionar lugares de enunciação político, ético, epistêmico, mediante o desenvolvimento de uma agência-outra. (ACHINTE et ROSERO, 2008, p.11)

Entendo como os processos de lutas marcados contra o colonialismo pelos povos originários e negros, demonstram uma lógica do conhecimento que nos permite reconhecer outras formas de existir. Um exemplo de como o comunalismo se organiza através de sistema comunas sem hierarquização e de modo pré anárquico, e a posteriori, como o *quilombismo* como uma filosofia pós colonial, voltada para a sólida formação anarquista sob uma negação de um Estado, organizando-se coletivamente e de modo democrático e participativo exaltando o povo afro-ameríndio que foi quatrocentos anos do processo de escravidão no Brasil excluído do cenário histórico brasileiro.

## 2. O COMUNALISMO AFRICANO: AS RAÍZES PRÉ ANARQUISTAS

A descrição do comunalismo ainda perdura em muitos países africanos tendo em vista algumas características do feudalismo não serem pautadas no cercamento de terras e da consequente exploração de mão de obra a partir do sistema de servidão.

Entre as particularidades do comunalismo podem ser apontadas: uma nítida organização social e política, descritas em um sistema horizontal econômico, ligados estruturalmente pelas aldeias, cujos indivíduos representam duplos papéis sociais, inserindo-se como parte de sua família e daquela coletividade.

Dentre as mais importantes características do comunalismo africano pode ser ressaltada a ausência de classes, isto é, de estratificação social; a ausência de relações de exploração ou de antagonismo social; a existência de acesso igual à terra e outros elementos de produção; igualdade no nível de distribuição da produção social; e o fato de que parentesco e laços familiares fortes formam (e formavam) a base da vida social em sociedades comunais africanas. Dentro deste quadro, cada casa estava apta a prover suas próprias necessidades básicas. Sob o comunalismo, em virtude de ser um membro da família ou da comunidade, todo africano tinha garantida uma quantidade de terra suficiente para prover suas próprias necessidades. (Sam Mbah & I. E. Igarwey: 2018.p.40)

Neste sentido, percebe-se o funcionamento do sistema de assembleias, conselhos para tomadas de decisões sem distinção de classe, sexo e hierarquias sociais. Este espelho de valores e experiências traduzidas em algumas comunidades dos povos originários e negros mostra a existência de uma sociedade plural, auto organizada e sustentável em seu ecologismo, em saberes práticos que eram transmitidos por gerações.

Além disto, importante destacar que o sistema comunal não era baseado em

uma divisão sexual do trabalho, homens e mulheres desempenhavam funções semelhantes na agricultura, seja na representação política. Um exemplo presente em algumas tribos africanas:

Havia também a Umuada, um corpo paralelo de mulheres, fossem casadas na vila ou tivessem nascido nela. A Umuada tinha um papel central nos processos de tomada de decisão e implementação, assim como na manutenção dos valores sociais da sociedade. Era impossível, por exemplo, tomar uma decisão sobre uma questão que afetasse diretamente mulheres ou crianças sem o consentimento da Umuada.

O sistema colonial é responsável por dicotomizar aqueles que eram considerados humanos e animais. De um lado, os povos originários e negros, considerados marginalizados pelo seu modo de vida, isso implica que “só os civilizados são homens ou mulheres brancas. “ Os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens.”(LUGONES, 2005:p.2).

A organização de algumas sociedades matríciais, voltadas pela culto à natureza, com os orixás e sua associação aos quatro elementos (água, terra, fogo e água) implicam uma organização matríciais, sem divisão sexual do trabalho,



o que aproxima estas comunidades de vivências pré-anarquistas. Para os anarquistas, a ausência de um governo centralizador, voltada para a coletividade na tomada de decisões através de comunas, a utilização de recursos naturais e trabalho cooperado entre si, sem hierarquias de classe e sexo são plataformas de base.

Desta maneira, não pretendo afirmar que o pensamento anarquista não tenha um marco ideológico teórico europeu no século XIX, com pensadores Mikail Bakunin, Piotr Kropotkin, Emma Goldman, Pierre-Joseph Proudhon, Errico Malatesta, entre outros. O que ressalto aqui, é a existência de novas epistemologias antes descartadas por sua localização geográfica, a exemplo dos povos originários e negros em uma conjuntura *pré anárquica*.

### **3. O COMUNALISMO AMERÍNDIO: AS RAÍZES PRÉ ANARQUISTAS**

Com a divisão das terras brasileiras em capitânicas hereditárias, a mão de obra escrava dos povos originários e negros passa a desempenhar a força de trabalho nas colônias de exploração, a exemplos das fazendas canavieiras, da extração do pau-brasil, do ouro, nas atividades domésticas da Casa Grande, imprimindo a formação de classes no Brasil.

O status de cidadãos havia sido

concedido para os homens brancos, tendo a garantia do direito à propriedade da terra, bem como de escravos, reservando o poder depunir/abusar fisicamente e sexualmente, reificando como mercadoria não humana, descartável.

Em torno desta divisão sistemática entre dois mundos, proprietários e propriedade, estabeleceu-se um sistema capitalista na América, sendo justificado pela formação de um Estado brasileiro administrado pelos portugueses. Esta organização estatal se camufla e implica necessariamente na manutenção de um estado de exploração e guerra constante até os dias atuais, uma vez que:

Como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que tem tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos gente que hoje precisa viver de um rio, e no outro gente que consome rios comum recurso? A respeito desta ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire deste estado de não reconhecimento uns dos outros? (KRENAK,2019:P.51)

Os povos originários mantinham uma relação de intimidade e identidade com a *pachamama*, *Abya Yala*, mãe terra. Com o pacto colonial, estabelece-se um deslocamento do modelo de produção capitalista acarreta a sobrecarga de trabalho, a partir da lógica do estoque de mercadorias, da necessidade do consumo e de matérias primas.

Logo, distinção de classes se dá através de um sistema de detentores de riquezas encontradas na América, seja através da expropriação dos recursos encontrados, taxamento do ouro e outros metais preciosos, como moeda de troca, e a instauração de um sistema monocultor voltado para o abastecimento dos mercados europeus.

Outra questão importante das heranças do comunalismo dos povos originários é sua oralidade, o que nos permite aproximar pela primeira vez de uma linguagem intraduzível na cultura ocidental. Sobre a riqueza da dimensão oral, da relação natureza e homem de profunda intimidade, com a construção dos ritos e da espiritualidade que tecem a vida comunalista, como exprime o relato de Kopenawa:

Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas. Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. Às vezes até tememos que os brancos queiram acabar conosco. Porém, a despeito de tudo isso, depois de chorar muito e de pôr as cinzas de nossos mortos em esquecimento,<sup>34</sup> podemos ainda viver felizes. Sabemos que os mortos vão se juntar aos fantasmas de nossos antepassados nas costas do céu, onde a caça é abundante e as festas não acabam. Por isso, apesar de todos esses lutos e prantos, nossos pensamentos acabam se acalmando. Somos capazes de caçar e de trabalhar de novo em nossas roças. Podemos recomeçar a viajar pela floresta e a fazer amizade com as pessoas de outras casas. Recomeçamos a rir com nossos filhos, a cantar em

nossas festas reahu e a fazer dançar os nossos espíritos xapiri. Sabemos que eles permanecem ao nosso lado na floresta e continuam mantendo o céu no lugar. (Kopenawa, Albert, Bruce, Davi.2015: p.78)

Considero o comunalismo como expressão do pré-anarquismo uma vez que se relaciona diretamente com a experiência, uma organização descentralizada, solidária e sem hierarquias, baseadas no aproveitamento dos recursos naturais de forma renovável e sem hierarquia de classes. Este conjunto de manifestações reverbera um sistema político de relações cotidianas tomando a expressão cultural e a aproximação de danças, cultos e raízes que se resgatam a medida que estas histórias são contadas.

Em que pese “dizer que as sociedades comunistas eram consideradas ‘primitivas’ trata-se de um apriorismo dogmático, uma vez que essas sociedades sempre foram plásticas, de extraordinária riqueza criativa, sem qualquer noção o que fosse xenofobia” (NASCIMENTO. 2002: p.29) uma vez que esta organização é a reverberação dos povos originários e negros e sua coexistência atrelada à criação e à liberdade.

#### **4. O QUILOMBISMO COMO MODO DE RESISTÊNCIA ANARQUISTA NO BRASIL PÓS COLONIAL**

O conceito de *quilombismo* empregado por Abdias do Nascimento aparece no segundo Congresso de Cultura Negra das Américas (Panamá, 1980)<sup>139</sup>. A expressão remonta de um importante processo histórico de lutas travadas pelo povos afro-ameríndios em que:

Grande parte dos quilombos identificados pela historiografia estava localizada próxima a regiões com grande concentração de escravos. Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso de Palmares. O mais conhecido quilombo da história brasileira foi formado ao longo do século XVII, nas adjacências da Zona da Mata pernambucana, local onde, à época, havia intensa produção de açúcar e, conseqüentemente, significativa concentração de cativos.

A região das minas, que possuía a maior concentração de escravos no século XVIII, também foi palco da formação de muitos mocambos. Os quilombos mineiros não só expunham a fragilidade do controle de escravos na região, mas também causavam grandes transtornos às vilas e cidades. (YNAÊ, 2017, p.36)

A história de resistência das populações negras no Brasil foi presente em todo o período colonial e pós colônia, sendo as mais conhecidas, a Revolta dos Malês, a Conjuração Baiana, a Sabinada, a Revolta dos Alfiates, a Guerra dos Potiguares, o Levante dos Tupinambás e a Confederação dos Cariris, sendo estas últimas dos povos originários. Recordar as manifestações de re-existência é desconstruir um passado que vem sendo relegado, apagado e repudiado por uma elite colonial branca europeizada que se configura como donos dos meios de produção e reprodução de um sistema capitalista racista e sexista, eis o primeiro

passo para entender a configuração da experiência ‘quilombista’ presente nos dias atuais.

Importante destacar a miscigenação de povos originários e negros na formação dos quilombos:

Em várias partes das Américas, libertos, escravos e principalmente fugitivos desenvolveram microssociedades camponesas, com roças e extrativismo, em diversas estruturas. Nesta espécie de campesinato negro, sempre houve articulação entre os quilombos e os setores sociais envolventes, o que incluiu a miscigenação com grupos indígenas. Em função do não-isolamento e ao mesmo tempo da estratégia de migração, muitos quilombos sequer foram identificados e reprimidos por fazendeiros e autoridades durante a escravidão. (GOMES, 2015, p.38)

Importante entender as bases da filosofia quilombista, uma vez que o conceito de *quilombismo* emergente do processo histórico cultural da população afrobrasileira em 1980 “ mesmo ano em que Molefi K. Asante lançou sua Afrocentricidade, a proposta do quilombismo foi incluída em duas antologias que reúnem obras de referência da produção intelectual do mundo africano” (NASCIMENTO, 2008, apud ASANTE E ASANTE, 1990; Abarry e Asante, 1996). Importante entender a partir do pensamento de Cheikh Anta Diop, quando lança em 1954, a tese de doutorado *Nações negras e cultura*, tendo como referência o povo africano quanto as

<sup>139</sup> Disponível em [http://www.abdias.com.br/movimento\\_negro/quilombismo.htm](http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm). Acesso em 08/10/2020.

reverências das ‘descobertas egípcias’ solidificando as bases para um pensamento negro afrocentrado.

As pautas acadêmicas e pela luta dos direitos civis, implementada nos movimentos de re-existência nas Américas, o *quilombismo* não se ateve apenas a denúncia do racismo, e da denúncia das violências promovidas pelo holocausto colonial. Os principais marcos empreendidos por Abdias são: a criação em 1945, do Teatro Experimental Negro (TEN), do Jornal O Quilombo (1948), o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, a defesa e o reconhecimento das comunidades quilombolas, a defesa das cotas raciais no ensino universitário brasileiro, a luta pelos direitos das empregadas domésticas no Brasil, entre inúmeras outras reivindicações da comunidade afro-ameríndia.

Defendo que a intensidade da construção de um pensamento brasileiro quilombista está voltada para a retomada de todo o processo de apagamento, silenciamento, sofrido no Brasil através do racismo e que havia sido convertido no “mito da democracia racial” com a constituinte de 1988. A garantia de direitos constitucionais no Brasil nunca havia abarcado aos povos originários e negros o protagonismo de suas próprias histórias, estando sempre atrelados a estruturas

secundárias do poder burocrático estatal eminentemente branco.

Em 1945, com a formação do Teatro Experimental Negro (TEN), uma preocupação de Abdias e Guerreiro Ramos, que tinham grande influência de pensadores europeus ainda como Camus, passam a desenvolver uma novo resgate à intelectualidade negra, através das artes,

Só depois de 1953, quando o TEN rompe parcialmente com a intelectualidade acadêmica, Guerreiro Ramos desenvolverá um pensamento original e crítico, bebendo mais intensamente do repertório de idéias que nutriam a identidade negra brasileira, como a idéia-mote de que o negro, no Brasil, é povo, mas refinando-a a partir de uma reflexão mais sistemática, aprendida em autores estrangeiros, no caso particular, nos intelectuais da descolonização, como Fanon, e tornando-se mais aberto às idéias da negritude. (GUIMARAES, 2005:p.7)

O quilombismo adota a afroperspectiva, que pode ser entendida como o reconhecimento das lutas de matrizes africanas, defendendo atuação autogestionária atrelada a um projeto de cidadania da sociedade brasileira voltada aos valores africanos como uma política internacionalista, em movimentos sociais pluridiversos.

Pensar hoje como a história dos povos originários e negros se aglutina em uma rede de associações que expressam o seu legado histórico-cultural das populações quilombolas, a representação nos terreiros, escolas de samba, irmandades, entre outros espaços que

defendidos por Abdias deveriam ocupar mais ainda a representatividade e a centralidade do pensamento negro na sociedade brasileira.

Outro grande intelectual que esteve ligado a construção de um pensamento sociológico crítico é Guerreiro Ramos. Importante, a atuação de Ramos quanto a crítica partidária de esquerda e o revisionismo das práticas populistas implementadas pela Era Vargas, tomando as bases da organizações dos trabalhadores, em movimentos sindicais e partidários. Importante na obra *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) quando afirma:

A revolução no Brasil corre o perigo de transformar-se em metafísica. Esta deficiência de nosso movimento emancipador tem de ser corrigida, não só pela crítica revolucionária, como simultaneamente pela diligência de homens de vanguarda, mobilizados em trabalho político adequado realisticamente às circunstâncias objetivas e concretas do processo brasileiro. A anarquia é um estado social fecundo, do ponto de vista revolucionário. Mas na ausência de capaz e idônea organização revolucionária, a anarquia reinante hoje no Brasil pode conduzi-lo à modalidade do colapso econômico, social e político, de a Argentina é hoje a imagem viva. (RAMOS: 1963. P.185)

Apontam em Ramos o engajamento na luta política, pela prática

do quilombismo, uma aproximação a abordagem multicultural, conceito que surge na década de 70, se refindo aos povos de cor, em que tinham uma articulação crítica ao hegemonismo branco europeu no como referência de “modernidade” o Ocidente. Neste sentido, a construção de matrizes históricas, políticas, culturais e artísticas pautadas no projeto afro-ameríndias.

Lélia González denominou Amefricanidade, para explicar a relação dos ameríndios e africanos, que juntos formam o que hoje chamamos de América, engloba ainda o Caribe, como marco geográfico da colonização luso-espanhola. Como a própria Lélia expõe: “Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, ‘Negritude’, ‘Afrocentricity, etc’” (GONZALEZ, 1993:76-77).

A filósofa e antropóloga denunciou em inúmeros textos as marcas do racismo e do sexismo da mulher negra brasileira na sociedade brasileira. Entre inúmeras bandeiras defendidas, Lélia assim como outrxs pensadorxs negros brasileiros foram responsáveis por descortinar o mito das aparências de uma sociedade democrática e igualitária, que ainda permanece moldada por relações de poder dominantes do ódio e genocídio do povo afro-ameríndio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou sistematizar a importância de dois eixos centrais para a compreensão do pré-anarquismo: o comunalismo, o modo como as sociedades africanas e povos originários se organizaram em sociedades agrárias, de modo autogestionário, anti-capitalista e anti-sexista.

Em segundo lugar o presente artigo ressaltou a importância do quilombismo como um movimento de re-existência implementado por Abdias do Nascimento tendo entre outros objetivos, o resgate do passado colonial e das lutas travadas pelo povo negro-ameríndio no Brasil, destacando a importância da condução destas insurgências, ocupações e movimentos sociais, e a valorização pela expressão do povo afro-ameríndio como protagonista de sua própria história, re-existindo

De modo que pensar hoje o giro decolonial libertário nos chama a atenção do elo entre o passado colonial dos quilombos e a continuidade do quilombismo, presente conduzindo a liberdade e a solidariedade internacional dos movimentos “amefricanos”.

O reflexo da práxis quilombista anarquista se expressa hoje pela denúncia à da invasão de latifundiários e extrativistas às terras quilombolas e

indígenas retirando seu sustento, pela imposição de uma religiosidade cristã militarizada nestas comunidades, pela disseminação de doenças em plena pandemia mundial de COVID-19, e por tipo de violência que as populações originárias e negras vem sendo acometidas com a política de Estado de extermínio em massa, reivindicações as quais continuarão sendo re-existidas pelas populações afro-ameríndias brasileiras.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLFO ALBAN, A. and ROSERO, José R. *Colonialidad de la naturaleza: ¿imposición tecnológica y usurpación epistémica? Interculturalidad, desarrollo y re-existencia. Nómadas* [online]. 2016, n.45, pp.27-41. ISSN 0121-7550.. Disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012175502016000200003&script=sci\\_abstract&lng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012175502016000200003&script=sci_abstract&lng=es). Acesso em 10/10/2020.

DE MORAES, Wallace. *Uma perspectiva decolonial libertária. Contra as necrofilias colonialistas outrocidas*. Out. 2020. Disponível em <https://otal.ifcs.ufrj.br/umacriticadecolonial-libertaria-historicidiodas-necrofilias-colonialistas-outrocidas>. Acesso em 10/10/2020.

ERVIN, Lorenzo Kom'Boa. *Anarquismo e Revolução Negra e outros textos de anarquismo negro*. São Paulo: Sungular, 2005.

GUIMARAES. ANTONIO SÉRGIO: *Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento*. Versão anterior deste texto foi apresentada ao XXIV Encontro Nacional da Anpocs em Caxambu, em outubro de 2005, e preliminarmente discutida no seminário Brazil: Race and Politics in the Americas, na Universidade do Texas, em Austin, em 16 de setembro de 2005. ANTONIO SÉRGIO

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil* - 1 ed, - São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira)

GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira* in “Primavera para as rosas negras”. *Diáspora africana*: Editora Filhos da África, 2015. GROSFOGUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1*, Janeiro/Abril 2016.

HOOKS, Bell *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KOPENAWA, Davi & ALBERT; Bruce *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MBAH, Sam & IGARIWEY, I. E.

*Anarquismo africano – a história de um movimento*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

NASCIMENTO. ABDIAS. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*, 1. ed. – Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Abdias *O Quilombismo*. São Paulo: editora Perspectiva, 2002.

NASCIMENTO, Abdias (1979). *O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado*, 2016.

SANTOS. Ynaê Lopes *História da África e do Brasil Afrodescendente*, Ed: 1. Ed. Rio De Janeiro: Pallas, 2017.

## POLÍTICA E IMPRENSA ANARQUISTA: DEMOCRACIA NAS PÁGINAS DO JORNAL *AÇÃO DIRETA* (1946)

Arthur Guimarães de Oliveira Castro<sup>140</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta como a imprensa anarquista debateu a democracia nos anos de 1946, período que corresponde ao início do primeiro governo eleito após a ditadura de Vargas, especificamente o periódico anarquista *Ação Direta*. Da 4ª à 12ª edição, diversos anarquistas especulam sobre conceitos democráticos, participação política e socialismo, ao longo de uma diversidade de textos que incluem artigos de brasileiros como José Oiticica, revolucionários clássicos como Mikhail Bakunin e periódicos dos mais diversos países. Democracia é entendida pela maioria do campo anarquista como uma construção política de participação direta e coletiva, distante do modelo representativo predominante nos regimes liberais capitalistas.

Palavras-chave: Democracia, Imprensa anarquista, *Ação Direta*, Participação, Socialismo.

### ABSTRACT

This paper presents how the anarchist press debated democracy in 1946, a period that corresponds to the beginning of the first democratic government after the Vargas dictatorship, specifically the anarchist journal *Ação Direta*. From the 4th to the 12th edition, several anarchists speculate on democratic concepts, political participation and socialism, along a diversity of texts that include articles by Brazilians like José Oiticica, classic revolutionaries like Mikhail Bakunin and periodicals from various countries. Democracy is understood among most of the anarchist movement as a political construction of direct and collective participation, far from the predominant representative model in liberal capitalist regimes.

Keywords: Democracy, Anarchist Press, *Ação Direta*, Participation, Socialism.

---

<sup>140</sup> UNISAGRADO – Centro Universitário Sagrado Coração.



## 1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Após o fim da Guerra Fria e o colapso do “socialismo real”, Francis Fukuyama, historiador conservador, proclamava que a história havia chegado ao fim e que a ordem liberal se estabeleceu como força político-ideológica. Todavia, o novo milênio trouxe uma diversidade de debates e acontecimentos que alteraram esse entendimento. O colapso econômico de 2008, por exemplo, provocou um efeito semelhante à 1929, abrindo espaço para o fortalecimento de movimentos populistas e autoritários de direita. Somava-se a estes fatores uma crise migratória que fortaleceu discursos xenofóbicos na Europa e em outros continentes do globo. Uma escalada autoritária parece se instalar neste século XXI como foi no início do século XX.<sup>141</sup>

Se na primeira metade do século XX as democracias liberais se sentiram ameaçadas por líderes como Benito Mussolini, Adolf Hitler, Francisco Franco e Getúlio Vargas, novamente há a ascensão de uma política ultraconservadora e autoritária. Os governos de Putin, na Rússia, de Trump, nos Estados Unidos, de

Erdogan, na Turquia, de Netanyahu, em Israel, e de Modi, na Índia, são apenas alguns exemplos do autoritarismo conservador dos últimos anos.<sup>142</sup>

Mas o que vem ganhando forte espaço na Mídia é o fortalecimento desse movimento autoritário no continente europeu, especialmente entre os integrantes da União Europeia. A quase vitória de Marine Le Pen na França, da Frente Nacional<sup>143</sup>, deixou preocupado o *establishment* político francês. Partidos declaradamente neofascistas, como a Aurora Dourada grega ou Casa Pound italiana, se encontram em processo de ascensão e pela primeira vez a extrema direita chegou ao parlamento alemão desde o fim da Segunda Guerra, representada pela Alternativa para a Alemanha.

Se o autoritarismo político tem demonstrado uma tendência de crescimento, a esquerda e o socialismo, segundo Löwy (2014), vivem um dos seus maiores momentos de crise e a expectativa de revolução se encontra muito distante. O fim das experiências stalinistas e a guinada da socialdemocracia para o neoliberalismo deixou um vácuo de oposição ao poder outrora ocupado pela esquerda, que foi

<sup>141</sup> O fascismo pode ser entendido como uma “revolta na ordem”, a combinação de elementos radicais e conservadores, e sua ascensão está relacionada com a incapacidade da esquerda revolucionária responder de forma adequada diante das crises do sistema capitalista. (BERNARDO, João. 2003.)

<sup>142</sup> Dentro do amplo campo da extrema direita é possível ainda citar Rodrigo Duterte nas Filipinas, o Estado Islâmico, Jair Bolsonaro no Brasil e movimentos no Japão, na Colômbia e na Birmânia. (LOWY, Michael. 2019)

<sup>143</sup> Recentemente, o partido alterou seu nome para Reunificação Nacional. (MEIRELES, Ana. 2018)

preenchido pelo conservadorismo e o nacionalismo. De tal modo

O colapso de grande parte do antigo Segundo Mundo, o bloco soviético, oferece uma explicação parcial para a falta de substância de uma política popular. Esses desenvolvimentos abalaram toda uma geração que identificava o socialismo com o modelo soviético. Ao mesmo tempo, a social-democracia sofreu um duro golpe pela incapacidade manifestada pelos estados de bem-estar social keynesianos em restaurar o crescimento econômico, reduzir o desemprego ou financiar efetivamente as medidas de bem-estar; a maioria dos partidos socialdemocratas foi conduzida ao neoliberalismo durante os anos 1990. [...] O lado sombrio da crise geral das políticas populares progressistas tem sido uma rápida e assustadora ascensão de movimentos massivos de direita, nacionalistas e religiosos, como o fundamentalismo cristão e hindu, o islamismo radical e o neofascismo. De orientação antidemocrática, antimoderna e anti-secular, esses movimentos não trarão nada além de infundáveis conflitos étnicos e raciais, regimes autoritários e uma época de reação comparável aos anos mais obscuros de meados do século XX. (SCHIMDT E WALT, 2013, p.11-12)

Ainda pode-se apontar que há uma ampla crise de representatividade por todo o mundo, expressa em diversas revoltas como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, os *Indignados* na Espanha e a Primavera Árabe, todos em 2011, bem como os protestos no Brasil e na Turquia, em 2013. Apesar do teor progressista, foram seguidos por um avanço do conservadorismo e autoritarismo. Não há como compreender a rejeição aos valores democráticos pelo reacionarismo

ascendente se não se entender o próprio conceito de democracia.

A democracia hoje existe sob os valores universais do iluminismo e do liberalismo. Liberdade política é prontamente associada a outros conceitos como economia de mercado e regime constitucional, conforme Merquior (2006), fruto do fim do poder aristocrático e monárquico e a ascensão da Burguesia enquanto classe.

Hoje entende-se como prática democrática a eleição de representantes que serão os porta-vozes dos anseios populares, mas os atenienses consideravam a democracia um exercício político realizado por todos os cidadãos como o modelo ideal. Certamente é possível discordar desta concepção quando se recorda que mulheres e estrangeiros eram destituídos deste direito, e a escravidão era o modelo econômico (FUNARI, 2001). Por outro lado, como colocou Bakunin (2015), apesar deste defeito, essa inovadora perspectiva da civilização grega deu abertura para o livre pensamento e a liberdade política e social.

Ainda que a forte associação da concepção de democracia e participação política contemporânea esteja associada à

visão liberal<sup>144</sup> <sup>145</sup>, erguida sobre os alicerces de teóricos franceses como Rousseau (MERQUIOR, 2016), há fortes reflexões a seu respeito oriundas do campo socialista. Mesmo no campo marxista debateu-se sobre a utilização de institutos democráticos, e tais discussões chegam até os presentes dias (COUTINHO, 1990).

Ao observar o passado, é possível encontrar leituras que ajudem a repensar o presente. O jornal *Ação Direta*, de orientação anarquista, surgiu logo após a queda do Estado Novo e o retorno à democracia liberal burguesa. Este periódico anarquista fornece instigantes posições sobre democracia num momento em que esta discussão era predominantemente feita pela direita e esquerda marxista. O *Ação Direta*, pelo seu momento histórico, isto é, estar em meio a uma época que os embates se davam em torno de fascismo, liberalismo e stalinismo, tornou-se uma rica fonte e objeto de estudo para entendermos a reflexão sobre democracia. Mas é imprescindível compreender que as

publicações deste periódico estavam inseridas no contexto da época, sobretudo no debate sobre a decadência dos regimes totalitários e a polarização mundial promovida pela Guerra Fria.

A definição teórica de Anarquismo que fornece a base desta pesquisa é a apresentada por Corrêa (2012), que buscou reavaliar as antigas leituras a-históricas<sup>146</sup> comuns a respeito da tradição anarquista, e desta perspectiva observar a própria forma de entender a ideologia nas páginas do periódico, desmistificando afirmações de adversários e até mesmo simpatizantes do Anarquismo<sup>147</sup>, em favor de uma leitura mais coerente. A doutrina anarquista teve sua origem na Aliança da Democracia Socialista, surgida em 1868, sendo, portanto, uma posição à esquerda do espectro político, visando a superação de sistemas construídos com base nas relações de dominação em favor de uma nova ordem pautada na autogestão. Isso não implica a negação do poder, mas a defesa de uma outra forma de poder.

<sup>144</sup> Na opinião de Losurdo (2004), é equivocada a associação de democracia com liberalismo, pois historicamente inúmeros liberais se colocaram contra conquistas democráticas. A convivência inglesa e norte-americana com a escravidão seria apenas um exemplo.

<sup>145</sup> Merquior (2016) informou que diversos liberais clássicos possuíam preocupações quanto à participação popular e uma possível ditadura da maioria, tais como Stuart Mill e Tocqueville. Posteriormente, o liberalismo-conservador seria uma corrente interna da ideologia liberal no qual essa desconfiança para com o povo seria mais destacada.

<sup>146</sup> O anarquismo foi associado inúmeras vezes à movimentos e teóricos anteriores ao próprio surgimento desta ideologia, tais como Max Stirner e William Godwin (CORRÊA, 2012).

<sup>147</sup> O anarquismo não pode ser sinônimo de oposição ao Estado, pois entre marxistas e liberais também existiam teorias e críticas nesse sentido. Esse equívoco resultou em autores não associados à perspectiva anarquista fossem incluídos, como Tolstói (CORRÊA, 2012).

O Capitalismo é um sistema de dominação no qual os donos dos meios de produção (terras, fábricas, instrumentos de trabalho), a chamada Burguesia, vivem da exploração da classe trabalhadora. O Estado, por sua vez, também perpetua uma relação de dominação através do monopólio da violência e da administração pública, em benefício de uma classe burocrática dirigente. Desta forma, o Anarquismo é contrário ao sistema capitalista e ao sistema estatal, buscando a construção de uma nova ordem social. A autogestão, sistema de poder defendido historicamente pelos anarquistas, ao contrário da dominação, é o entendimento de todas as pessoas devem ter o controle sobre as decisões que lhes dizem respeito: por exemplo, os locais de trabalho e de moradia devem ser geridos por todas e todos que neles trabalham e moram, por voto ou por consenso, sem o estabelecimento de hierarquias. De igual forma, ninguém pode ou deve ser submetido a outrem por relações de superioridade pautadas em raça, etnia, sexualidade, gênero ou outras. Em outras palavras, é o poder de decisão exercido diretamente pelo povo, de baixo para cima (CORRÊA, 2012).

Todavia, aspectos de como esta forma de poder autogestionária deve funcionar, bem como a estratégia para se alcançar essa nova sociedade, promoveu

discordâncias no campo libertário. Havia anarquistas favoráveis e contrários à necessidade de organização, e mesmo neste ponto, ocorreram divergências. A Plataforma Organizacional, defendida por anarquistas como Makhno, partia da necessidade de uma forte disciplina e compromisso entre os membros organizados, posição duramente criticada pelos alinhados à Síntese, de Volin, que buscava maior flexibilidade e apego à noção de individualismo. Este debate atravessou por décadas o anarquismo europeu. Mas teria impactos no Brasil?

É essencial o estudo de Silva (2017), que promoveu uma apresentação do contexto anarquista no Brasil no período da Segunda República, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro. A compreensão dos debates, das ações e da conjuntura local são essenciais para o bom entendimento dos textos apresentados no periódico. Silva (2017) aponta que nada a respeito da polêmica entre plataformistas e sintetistas foi pautado nos jornais ou relatos de anarquistas na mesma época, no entanto, há indícios de um consenso no anarquismo brasileiro em torno da construção de uma organização nacional, através da realização de congressos, bem como rusgas em torno de alguns aspectos. Uma das divergências que ocorreu foi sobre se o anarquismo deve

se preocupar com a libertação humana<sup>148</sup> ou com a libertação de classe, mas pouco foi aprofundado a respeito de maiores detalhes, o que pode deixar perguntas sem resposta.

Outro ponto essencial a ser observado é a distinção de sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo (CORRÊA, 2012). Ambas as propostas são compreendidas como ramificações de uma estratégia sindical anarquista, mas com táticas diferentes. Os anarcossindicalistas defendem a construção de uma organização de massas da classe trabalhadora que reivindique, de forma programática, a construção de uma futura sociedade anarquista. Os anarquistas defensores do Sindicalismo Revolucionário, por outro lado, compreendiam que o sindicato – como organização de classe – não deveria ser hegemônico por uma ideologia política exclusiva, e se houvesse a necessidade, que se construísse uma organização específica para anarquistas em paralelo. Na Espanha e na Argentina, testemunhou-se a experiência anarcossindicalista da CNT e da FORA, mas no caso do Brasil, os anarquistas foram aderentes do Sindicalismo Revolucionário (CORRÊA, 2012; SILVA, 2017).

A época do início do *Jornal Ação Direta* se trata do pós-Segunda Guerra, no

qual os impactos do fascismo ainda eram sentidos. Havia a ditadura franquista na Espanha, e o anarquismo brasileiro se dedicou bastante em denunciá-la, inclusive devido a recepção de imigrantes espanhóis (SILVA, 2017). Disto, também destacaram-se as conexões anarquistas com outros países, incluindo norte-americanos, latino-americanos e europeus. Os militantes brasileiros participaram de reuniões e congressos estrangeiros, incluindo na Argentina, buscando o fortalecimento de laços.

Desenvolver uma pesquisa que demonstrou as concepções de democracia num periódico anarquista possibilitou caminhos e perspectivas enriquecedoras para diversos campos e áreas de estudo, conforme enumerados abaixo:

- Para a História do anarquismo, em especial no Brasil, em um período onde ele supostamente estaria enfraquecido após a repressão massiva do Estado Novo, bem como seus adeptos enxergavam o surgimento de uma ordem profundamente polarizada;
- Para a História da imprensa, indubitavelmente para os estudos dos periódicos anarquistas, já bastante dilatados nas Universidades.
- Para a História presente, com novas

<sup>148</sup> Ao falar em libertação humana, os sintetistas buscavam ressaltar a importância das liberdades individuais. O sintetismo advoga uma síntese entre o individualismo de Max Stirner, o anarco-comunismo e o anarcossindicalismo (CORRÊA, 2012; SILVA, 2017)

reflexões sobre o que é democracia e participação popular, buscando ajudar a encontrar respostas para a atual crise do século XXI;

- Sem dúvida, a pesquisa torna-se relevante ao discutir o problema da democracia na imprensa anarquista. Como ela interfere, impõe e contribui para influir da visão da sociedade brasileira sobre participação e identificar como essa sociedade brasileira se apropria das representações criadas pela grande imprensa.

Firme no propósito de ter realizado uma pesquisa que contribua para temas tão relevantes e pertinentes nos anos de 2018 e 2019, como as questões em torno da democracia, o papel da imprensa anarquista e a contribuição desta para os debates políticos, foi avaliado o debate sobre democracia no periódico anarquista *Ação Direta* nas edições de nº 4 à 12, cujos objetivos foram:

1. Identificar os conceitos de democracia pelos colaboradores do periódico *Ação Direta*;
2. Comparar se há divergências entre os colaboradores do periódico sobre a concepção de representatividade e participação democrática;
3. Avaliar a posição do periódico sob as lentes das pesquisas mais

recentes sobre a doutrina anarquista e a teoria desenvolvidas em seu seio.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

*Ação Direta* circulou entre 1945 e 1959 em homenagem a outro periódico de mesmo nome, tirado de circulação após a ascensão do regime ditatorial dos anos 30, e foi desenvolvido por importantes militantes anarquistas brasileiros, como Edgard Leuenroth e José Oiticica. É um periódico precioso para a análise do anarquismo e imprensa no Brasil (Silva, 2017).

As indicações para a análise do jornal seguiram as sugestões propostas por Cruz e Peixoto (2007) a partir do seguinte roteiro que não deve ser entendido como um modelo único e universal:

1º Identificação do Periódico – título, subtítulo, datas-limites da publicação, periodicidade e classificação da instituição;

2º Projeto Gráfico – propõe indagar sobre a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico; as formas de hierarquização, relacionamento e ênfase dos temas e dos conteúdos; a localização e extensão das seções e partes, as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas assim como seus modos de articulação e expressão.

3º Produção e Distribuição – propõe indagar sobre algumas outras dimensões da

publicação relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem.

4º Projeto Editorial – propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio uma leitura mais detida e cuidadosa dos conteúdos, problematizando o movimento da revista enquanto força ativa e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.

Para realizarmos esta quarta fase, nos baseamos tecnicamente nas propostas de Zicman (1985) que sugere os seguintes passos:

a) Categorização: definição de classes ou categorias de análises a partir de levantamentos de vários elementos constitutivos dos artigos (inventário) e redistribuição destes elementos em grupos ou tipos análogos (classificação)

b) Codificação: é quando se realiza a distribuição das unidades-temas por categorias atribuindo-se a cada uma das categorias um símbolo nominal ou numérico, privilegia-se três aspectos: presença ou ausência, frequência e orientação.

Como diz Cruz e Peixoto (2007) este roteiro permitiu colocar ênfase na

leitura e problematização da própria publicação selecionada na pesquisa, dessa forma essa proposta remete à enfrentamento que se inicia na revista e a tem como ponto de partida para a compreensão da conjuntura. Nesse movimento permitiu realizar, nos procedimentos metodológicos, a postura teórica que faz da imprensa um momento derivado, expressão ou reflexo da realidade já dada.

A identificação do periódico, do projeto gráfico e do editorial trouxeram a esse trabalho muitas informações essenciais para a compreensão do periódico Ação Direta durante o ano de 1946.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1 - JORNAL**

Os anarquistas brasileiros se encontravam em um momento de reorganização após a repressão getulista no Estado Novo, e se tratando de uma corrente política marginalizada com o crescimento do PCB na esquerda, tentavam recuperar sua atuação junto à população. O editor do periódico Ação Direta era José Oiticica, professor de português e literatura no Colégio Dom Pedro II, responsável pelo jornal até sua morte em 1957; sua esposa, Sônia Oiticica, ocuparia sua função nos anos seguintes. Com uma tiragem de em média 3000 exemplares, sua distribuição

era realizada da seguinte forma: 1800 eram enviados para as bancas de jornais da cidade do Rio de Janeiro, enquanto o restante era destinado ao interior do estado ou mesmo para o exterior. (SILVA, 2017)

A organização dos textos contava com uma leve padronização, mas com recorrentes exceções. A disposição da página de abertura envolvia uma predominância de textos de autoria do próprio jornal ou de colaboradores, com abordagem diversificada. Apresentando artigos de opinião variados, poderia se tratar tanto de uma tática para atrair a classe operária com temas polêmicos quanto uma forma de agradar os colaboradores expondo seus textos na abertura.

A segunda página, cujo título de abertura era *Doutrina*, constava de forma regrada a publicação *A Doutrina Anarquista ao alcance de Todos*, de José Oiticica, geralmente acompanhada por traduções de autores anarquistas clássicos ou jornais anarquistas internacionais. Possuindo um caráter de promoção teórica, de esclarecimento da ideologia anarquista ao leitor, o texto de Oiticica buscava realizar este objetivo recorrendo a uma linguagem didática, e a adição de traduções seria uma forma de legitimar as ideias apresentadas.

A terceira (chamada de *Movimento Anarquista* nas edições de nº 4, 5, 7 e 8, e de *Ação Anárquica* nas de nº 10, 11 e 12) e

a quarta página (denominada *Documentário* em todas as edições, salvo a de nº 11) se assemelhavam, possuindo uma apresentação de artigos de opinião, notícias e notas de solidariedade, bem como pedidos de doação ao jornal e traduções diversas.

Nota-se, contudo, que na quarta página costumava-se haver a publicação da segunda parte de textos publicados nas páginas anteriores mas que, devido ao seu tamanho, não puderam ter sua totalidade apresentada. Soam como um complemento às duas primeiras, nas quais outros materiais que julgassem importante poderiam ser adicionados. A presença predominante de pedidos de doação nestas – através das notas “Administração” e “Reforço para Ação Direta” - é uma forma de não espantar o leitor de início, buscando conquistá-lo com seu conteúdo primeiramente.

Aponta-se a participação de anarquistas proeminentes da época, além de Oiticica e Peres, como Edgar Leuenroth. Há uma tradução constante dos jornais *Tierra y Libertad*, mexicano, e *Freedom*, norte-americano, simbolizando um acompanhamento das atividades anarquistas nestes países ou até uma relação de proximidade maior.



### 3.2 - DEMOCRACIA

Mikhail Bakunin<sup>149</sup> é considerado um dos grandes nomes do anarquismo, e dois textos publicados no periódico vieram a contribuir profundamente para uma concepção da dominação política do Estado. Em *O Estado é sempre opressor* (AD, 1946, nº 6, p.4), o revolucionário russo associa o aparato estatal a um instrumento do capital financeiro, ao qual fornecia proteção através de seu aparato policial e burocrático. Aquela fase do Capitalismo exigia uma centralização do Estado, cuja função é submeter a classe trabalhadora à exploração que esconderia seu despotismo através das eleições. A democracia representativa significaria "a submissão real do povo soberano à minoria intelectual que o governa" (AD, 1946, nº 6, p.4). Bakunin entende que, da mesma forma que o Capitalismo caminha para o monopólio econômico, o Estado caminha para a conquista de novos territórios, sendo militarista e conquistador.

Mas ele não limita sua crítica à democracia liberal, e em *Essência do Estado* (AD, 1946, nº 9, p. 2) polemiza diretamente com Marx e Lassale. Bakunin alega que todo Estado implica dominação, e por isso um Estado operário apenas faria

reproduzir essa relação - "o Estado, sem a escravidão, franca ou mascarada, é impossível" (AD, 1946, nº 9, p. 2). A ideia de proletariado como classe dominante seria repudiável: por um lado, poderia levar à opressão contra outras classes sociais, como o campesinato, ou mesmo contra a população de outra nação; por outro, seria inviável a participação de toda classe proletária na administração estatal, levando necessariamente ao governo de uma minoria eleita. Bakunin prossegue:

Porém, dizem os marxistas, essa minoria será formada de trabalhadores. Sim, de antigos trabalhadores, talvez, porém que, mal virem governantes ou representantes do povo, deixarão de ser trabalhadores e considerarão o mundo trabalhador lá da sua altura estatista. Já não representarão, nesse caso, o povo, senão a si mesmos e a suas pretensões de querer governar o povo. (AD, 1946, nº 9, p. 2)

O anarquista russo entende que a principal argumentação desse governo dos trabalhadores seria de que possuem acesso ao conhecimento, à ciência, que legitimaria seu poder em detrimento das massas populares. O povo seria ignorante demais para essa nova elite, sendo alienado das discussões relativas ao governo, que pertenceria à "uma aristocracia nova e pouco numerosa dos verdadeiros ou pseudosábios" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

<sup>149</sup> Bakunin foi um revolucionário russo profundamente implicado na formulação do anarquismo em 1868, sendo talvez um de seus maiores teóricos. Participou ativamente da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na qual polemizou e polarizou com Karl Marx (CORRÊA, 2019).

Finaliza estabelecendo os contornos entre a posição anarquista e a marxista:

Eles afirmam que só a ditadura — a deles evidentemente — pode criar a vontade do povo; mas nós respondemos: nenhuma ditadura pode ter outra mira senão sua própria perpetuação, nem é capaz de desenvolver, no povo que a suporta, outra coisa que a escravidão. A liberdade só pela liberdade pode ser criada, - isto é, pela rebelião do povo e pela organização livre das massas laboriosas de baixo para cima. (AD, 1946, nº 9, p. 2)

Ainda no campo de tradução de celebridades internacionais, Arshinov<sup>150</sup> foi um dos participantes da Revolução Ucrainiana, e um dos principais nomes do plataformismo (CORRÊA, 2012). Um de seus textos (AD, 1946, nº 10, p. 4) retratava um pouco das comunas camponesas que tiveram seu funcionamento durante o período da Guerra Civil Russa. Se tratava de uma experiência que se baseava no federalismo, com posições rotativas que "eram confiadas à um ou dois camaradas que, terminando elas, volviam ao trabalho habitual, lado a lado com outros membros da comuna" (AD, 1946, nº 10, p. 4). Arshinov afirmava que era indispensável uma organização unificada, subdividida em distritos e departamentos,, e para tal era necessário instâncias que lhes permitissem discutir e resolver os problemas locais, sendo estes "os congressos regionais de

camponeses, operários e guerrilheiros" (AD, 1946, nº 10, p. 4).

Em *Retrato do Bolchevismo russo* (AD, 1946, nº 12, p. 2), Arshinov acusou o que considerava como autoritarismo ocorrendo no país soviético. A nacionalização, na verdade, implicou uma estatização absoluta da vida do povo - ela arrancou os operários das mãos da classe capitalista e os colocou "nas garras (...) de um só capitalista onipresente: o Estado" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Enquanto a classe operária era destituída de direitos, a instituição estatal "é representada por funcionários (...) que são tudo" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Considerando o regime soviético como um *capitalismo de Estado*, Arshinov nos apresentava com um relato: em 1918, operários, em Moscou, se revoltaram contra os baixos salários e as condições policiais presentes na fábrica em que trabalhavam, "expulsaram o comitê da usina" e "tomaram por salário parte da produção" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Diante disso, os membros da administração, temendo que a ação operária pudesse estimular outras posições semelhantes de outros trabalhadores, definiram pelo fechamento da fábrica e a demissão dos funcionários. Esses administradores responsáveis pelo destino de milhares não

<sup>150</sup> O nome do anarquista aparece no periódico de formas diferentes, ora como Archinov, ora como Archinoff. Para efeitos práticos, será utilizada Arshinov, mais de acordo com as traduções em artigos e livros recentes, como àqueles do Instituto de Teoria e História Anarquista - ITHA.

teriam sido escolhidos pelas massas mas pelo partido bolchevique. Para Arshinov, restava muito pouco à classe trabalhadora russa, limitada à "votar em tal ou qual deputado aos soviets inteiramente submissos ao partido" (AD, 1946, nº 12, p. 2).

Diego Santillan, outro reconhecido anarquista, teve sua opinião exposta em dois trechos de seu livro *Alforria*, publicado em edições diferentes do jornal. Em *Dois Caminhos* (AD, 1946, nº 5, p. 2), alegava haver uma contradição entre as ideias de estatização e de socialização. O Estado e o Capitalismo se encontravam do lado oposto ao da economia socialista, que ocorreria com "entendimento direto dos produtores para regular a produção e distribuição segundo as suas necessidades" (AD, 1946, nº 5, p. 2). Para ele, os governos proletários são como qualquer outro governo, e reforça a percepção destes como capitalismo de Estado. Já em *Os Objetivos da Revolução Social-Libertária* (AD, 1946, nº 9, p. 2 - 3), Santillan inicia dizendo que a única forma de combater o domínio que a classe proprietária tem sobre a classe trabalhadora é socializando "a terra, os instrumentos de trabalho, os meios de comunicação, as matérias primas" (AD, 1946, nº 9, p. 2). O Estado constitui uma classe privilegiada, criando um partido que busca se autoperpetuar; devido a isto, os anarquistas querem uma sociedade sem governo, com

"uma organização social livre, constituída do indivíduo ao grupo, do grupo à Federação" (AD, 1946, nº 9, p. 3). Santillan defende a ação direta, pois tende a ensinar às massas a agirem por conta própria, indo em contramão da "ação eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado" (AD, 1946, nº 9, p.3).

Mas não apenas anarquistas clássicos contribuíram para o debate sobre democracia nas páginas de *Ação Direta*, mas também outros periódicos tiveram textos traduzidos. O jornal Freedom, em *As Eleições Russas* (AD, 1946, nº 8, p. 2), fez uma descrição do modelo eleitoral e governamental soviético. A principal instância seria o Supremo Soviet, dividido internamente em Soviet da União - cuja eleição era de um deputado por 300 mil habitantes - e o Soviet das Nacionalidades - cuja eleição era de 25 deputados para cada república soviética. Essas instituições, contudo, eram diferentes dos Soviets estabelecidos durante a Revolução, que se baseavam em "conselhos de delegados de trabalhadores (...) eleitos por um número relativamente pequeno de pessoas e diretamente responsáveis por elas" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Um dos principais aspectos que destoava o sistema russo das democracias liberais era a ausência de partidos de oposição; a indicação dos candidatos se dava pelo "Partido Comunista, uniões de comércio,

cooperativas, organizações da juventude e sociedades culturais" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Apesar da possibilidade de votar em não vinculados ao Partido, não há candidatos de outras forças políticas, e assim "a única maneira de exprimir oposição ao candidato é abstrair-se de votar" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Nas eleições, o distrito de Moscou elegeu Stalin com 100% dos votos, "o que não parece muito convincente" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Assim:

Talvez ninguém tenha dado a Stálin o conselho que Kinsley Martin dera a Tito alguns dias antes das eleições da Jugoslávia: 'Espero que consiga 75 por cento', disse K. Martin, 'se conseguir 90 por cento, seria boa idéia destruir 25 por cento de seus votos'. (AD, 1946, nº 8, p. 2)

A maior parte das contribuições ao debate vieram, contudo, de textos de anarquistas brasileiros. Em *Não te libertarás, trabalhador* (AD, 1946, nº 10, p.3), o autor - que assinou como SP<sup>151</sup>- afirmou que não haveria uma libertação dos trabalhadores enquanto as decisões não forem fruto das assembleias gerais, às quais seriam responsáveis por eleger comissões executivas para cumprir as deliberações. Dessa forma, é importante se livrar do

controle do Ministério do Trabalho, que se apresentava como amigo mas atendia aos interesses de magnatas, bem como da polícia, que se encontrava ali "como espiã e elemento de coação" (AD, 1946, nº 10, p.3). SP ainda promove críticas aos partidos políticos que, ao seu ver, coloca acima dos interesses dos trabalhadores o interesse partidário.

Paulo de Castro apresenta uma série de críticas ao governo soviético em seu texto *O Homem Novo* (AD, 1946, nº 6, p. 1 e 4). Ele denunciava a promessa do surgimento de um *homem novo*, uma criação soviética, consequência da luta contra uma suposta cultura decadente, mas que tinha como resultado apenas a escravidão dos cidadãos. Segundo o autor, ocorreu a decadência da alternativa revolucionária marxista, se tornando elitizado e burocrático, e dando origem a teorias em contradição com o próprio marxismo que alegavam professar. Surgiu um Capitalismo de Estado, em favor dos "burocratas detentores do capital financeiro" (AD, 1946, nº 6, p. 4). Para aqueles não privilegiados, as massas, restam o "terror, miséria, supressão da assistência dos casos de aborto voluntário"

<sup>151</sup> Os textos *Não te libertarás, trabalhador* (nº 10, p.3) e *Quem o viu...* (nº 8, p.1 e 4), são ambos assinados pela sigla SP. Apesar de não haver um grau de certeza, é possível supor que seja uma referência à Serafim Porto, que assinou *O Charco* (nº 7, p. 1). Ele trabalhava como professor na Associação Cristã de Moços e era um ativo militante anarquista (SILVA, 2017).

(AD, 1946, nº 6, p. 4). Paulo de Castro entendia que entre os apoiadores da União Soviética haviam aqueles sinceros, que viam no socialismo estatal uma alternativa, e aqueles oportunistas, que buscavam cargos e vantagens. No fim, a Revolução russa deu origem a um cesarismo burocrático.

O texto *Representação Errada* (AD, 1946, nº 8, p. 1), assinado apenas por F., buscou realizar uma análise da França pós Segunda Guerra. Afirmou que o parlamento francês, apesar do prestígio para os defensores da democracia burguesa, estava sujeito aos "defeitos de tal sistema de representação popular por delegação do povo através do voto" (AD, 1946, nº 8, p. 1). A eleição significaria renunciar à sua própria participação, e aquele eleito não necessariamente atenderia aos interesses de quem o elegeu. Após a Guerra, os diversos partidos políticos organizaram uma Assembleia Constituinte, à qual caberia apresentar a nova Constituição - esta, contudo, foi rejeitada pelo povo francês em plebiscito. Conforme o autor, deveriam, portanto, renunciar a suas posições de representantes, pois não sabem ou não querem interpretar os interesses do povo.

Na edição 11 do jornal (AD, 1946, p. 3), foi realizada a transcrição de uma fala sobre anarquismo realizada por Antônio Carlos na tribuna política da Rádio Cruzeiro do Sul de São Paulo. Era uma

resposta a um advogado, católico aparentemente conservador, que buscou associar os anarquistas ao crime e à patologia. Antônio Carlos fez uma breve explicação do anarquismo, que ele definia como a mais elevada das doutrinas socialistas, buscando "estabelecer a ordem na sociedade" através da "eliminação da autoridade do homem sobre o homem" (AD, 1946, p. 3). Afirmou que, na economia, os anarquistas desejam a socialização dos meios de produção, e politicamente querem "organismos formados em sentido federalista com função exclusivamente executiva" (AD, 1946, p. 3). Ainda considera os anarquistas parte dos "revolucionários sinceros de esquerda" (AD, 1946, p. 3).

Em *Abaixo a Guerra* (AD, 1946, nº 10, p. 1), Germinal afirma que uma camarilha internacional utilizou os conceitos de raça, democracia e pátria para promover guerras, e como resultado indivíduos acabaram se aniquilando mutuamente. Para o autor, a terra se transformou em um manicômio, pois massacres e devastações foram arquitetados por todos os governos e capitalistas do mundo, e com apoio das religiões. Germinal entendia que se houvessem heróis nas guerras mundiais, estes foram "os que se negaram a assassinar e pagaram tal crime nos campos de concentração" (AD, 1946, nº 10, p. 1). Milhões de pessoas morreram,

indivíduos foram sacrificados, para salvar "a democracia e a ditadura vermelha" (AD, 1946, nº 10, p. 1). Seja democracia ou comunismo, para o autor, nenhum tem mais importância do que a liberdade, que deve ser buscada através da própria liberdade.

Sem dúvidas, o anarquista que mais bem abordou o debate sobre democracia foi Edgar Leurenroth, célebre militante paulista. A edição 5, logo na primeira página, abriu com seu texto *Democracia integral e não corrida aos postos de representação e mando*, no qual buscou diferenciar a concepção democrática anarquista e a liberal. Segundo ele, comemorou-se no pós Segunda Guerra "o retorno da democracia, sobre cujo cadáver o fascismo se vangloriou de ter feito passar suas hordas de bandidos" (AD, 1946, nº 5, p.1). No entanto, polemizou, que esta não deve se confundir com a "vozeria de elementos que (...) faziam coro com os asseclas do totalitarismo" (AD, 1946, nº 5, p.1). Os anarquistas lutam contra todas as opressões, em defesa de uma "verdadeira democracia (...) a democracia integral, isto é, social" (AD, 1946, nº 5, p.1). É nela que "o povo em geral terá o seu quinhão de bem estar, de paz e de alegria, hoje privilégio apenas de uma minoria" (AD, 1946, nº 5, p.1). Esse modelo visado deve significar "igualdade social e (...) abolição de todos os privilégios políticos e econômicos" (AD, 1946, nº 5, p.1). Democracia é a

fraternidade e um regime do povo, pelo povo e para o povo, e "é esta democracia que está contida nas bases dos princípios anarquistas" (AD, 1946, nº 5, p.1). Em contrapartida, uma democracia eleitoral, de "ação parlamentar, que não passa de simples instrumento de prática política em regime pseudodemocrático" (AD, 1946, nº 5, p.1). Esta pertenceria àqueles que "se locupletam com os dinheiros públicos, exercem a advocacia administrativa e se envolvem em mil negociatas" (AD, 1946, nº 5, p.1).

José Oiticica foi, de fato, o principal responsável pelo periódico, atuando como seu editor. Em todas as edições analisadas, destacou-se a sua coluna *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, além de outros textos complementares: *Puro Fascismo e Atuação Anarquista nos Sindicatos*. Em *Atuação anarquista nos sindicatos* (AD, 1946, nº 4, p. 3), Oiticica reforçava a necessidade de uma intervenção nos meios operários, como forma de criar um diálogo com a classe trabalhadora. Ao abordar a situação nacional, identificou como um dos responsáveis pela decadência libertária no campo sindical o "bolchevismo, esse filho bastardo do socialismo, estatal, mascarado com o nome de revolucionário" (AD, 1946, nº 4, p. 3). Os ex-anarquistas que se converteram em comunistas foram criticados, como Astrogildo Pereira, que teria aspirações à

chefe, e seria responsável por uma campanha difamatória ao anarquismo, em "perfeito acordo com as diretrizes assinadas por Trotsky" (AD, 1946, nº 4, p. 3). A crítica àqueles alinhados aos bolcheviques incluía a adesão às políticas do Governo Vargas, enquanto a ampla maioria dos sindicalistas se colocavam contra. Encerrando, concluiu que "...a luta principal há de ser, nos sindicatos, contra os partidos políticos mascarados de revolucionários" (AD, 1946, nº 4, p. 3).

Em *Puro Fascismo* (AD, 1946, nº 7, p. 3), Oiticica observou o tratamento das greves nos países de democracias liberais, bem como a relação dos diversos governos com a Espanha franquista. Para ele, as supostas democracias, após a Segunda Guerra, vinham restringindo e regulando o direito à greve. Falando sobre o então presidente norte-americano, Truman, o classifica como reacionário e o Estado por este conduzido como "traidor dos próprios princípios liberais solenemente afirmados" (AD, 1946, nº 7, p. 3). Ainda criticando o modo de ação do governo estadunidense para com uma greve local:

Já um articulista de má morte, no *Correio da Manhã*, aponta o exemplo de Truman, argumentando com a grande democracia, sem ver que o ato da grande democracia é um ato puramente fascista, de plutócratas bifrontes e sem decoro político. (AD, 1946, nº 7, p. 3)

Outro jornalista, crítico a greve que ocorria em Santos, é chamado de pseudodemocrata. O contexto histórico se refere a um movimento grevista internacional contrário ao regime de Franco, havendo por parte de Oiticica uma denúncia ao que considera "mentalidades de fascistas legítimos, mascarados de liberalismo" (AD, 1946, nº 7, p. 3). "A resistência", entende Oiticica, "só pode vir dos trabalhadores porque Franco está mimado pela plutocracia americana, inglesa, brasileira, italiana e outras mais, inclusive a Igreja" (AD, 1946, nº 7, p. 3). Considerando, ainda, o governante argentino, Perón, um fascista, encerra exaltando a anarcossindicalista e argentina FORA, e denunciando o oportunismo dos que se intitulam líderes entre os operários.

Pode-se perceber que, para José Oiticica, a democracia liberal não seria de fato democrática - em suas palavras - e que os valores liberais seriam apenas um disfarce para posicionamentos plutocráticos ou mesmo fascistas. Mas o teor denunciativo de seus textos dão poucos detalhes sobre o que pensa de sociedade ou de democracia. A maior parte dos escritos de Oiticica se encontra em *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, que está presente em todas as edições analisadas. Esse texto foi elaborado para ser uma única produção, mas dividido em diversas partes

incompletas cujo sentido só é possível alcançar quando observadas em conjunto.

A propriedade privada seria protegida usando da força e da violência, e a organização desse aparato repressivo se chamaria autoridade, que seria manifestada na forma de "rei, presidente da República, ministros, chefes de polícia, delegados, almirantes, generais, juizes" (AD, 1946, nº 4, p.2). Os proprietários não lutariam para proteger seus privilégios apenas contra a classe trabalhadora, mas também entre si através da concorrência de livre mercado; se apresenta então uma segunda função da autoridade, que é "regular a concorrência econômica" (AD, 1946, nº 4, p.2). O Estado sendo a organização da autoridade, se apresentaria em sete feições. A primeira é a feição econômica, que é garantir a preservação do sistema capitalista, para que o capital seja "detido por um indivíduo, um grupo de indivíduos ou pelo próprio Estado" (AD, 1946, nº 4, p.2). O desenvolvimento do comércio e da acumulação de bens levou ao surgimento da moeda, dando origem à outra feição estatal, a financeira, isto é, a estrutura de agiotagem e especulação financeira atrelada aos bancos e à bolsa de valores (AD, 1946, nº 5, p.2).

A próxima feição, a política, é calcada em um "princípio único: a centralização" (AD, 1946, nº6, p. 2). O poder se concentraria em um governante

que em seguida indicaria seus ministros e subordinados; o Estado portanto "se acha organizado em pirâmide: na base, o povo" (AD, 1946, nº6, p. 2). O governo pode, contudo, se apresentar de diversas formas, como monarquia e república. Realizando uma breve observação histórica, Oiticica alegou que em alguns povos, os governantes afirmavam ser escolhidos pela divindade, e associados à uma casta sacerdotal, dominavam "pela superstição chamada religião" (AD, 1946, nº6, p. 2). Surgiam para preservar seus interesses, contra a população interna ou contra outros povos, as forças militares e policiais; estas, às vezes, derrubam o antigo governante, estabelecendo uma casta militar, no qual o novo monarca "é também representante temporal da divindade" (AD, 1946, nº6, p. 2). Quando as explicações religiosas não eram mais suficientes e o povo começou a duvidar do direito divino, se iniciaram revoltas e donos da propriedade decidiram procurar outras justificativas para sua dominação, surgindo então o sufrágio universal, no qual o povo deve governar por si mesmo, através da escolha de "certo número de representantes" (AD, 1946, nº6, p. 2). No entanto, através de inúmeros artifícios, os eleitos são sempre representantes dos proprietários, e uma vez que o regime baseado na propriedade não mudou, "tudo prossegue como dantes" (AD, 1946, nº6, p. 2). Oiticica afirmou que



os defensores do modelo eleitoral insistiam que o voto possuía duas virtudes. A primeira, é que os indivíduos elegeriam livremente os seus representantes; a segunda era que a diversidade de partidos políticos garantiria a fiscalização mútua. No entanto, contra-argumenta, o voto não poderia ser verdadeiramente livre, por quatro razões apresentadas: os cidadãos não seriam capazes de compreender todos os problemas nacionais, e conseqüentemente não votariam por competência mas por simpatias partidárias e pessoais, subornos ou populismo; os simpatizantes de partidos políticos acabariam por se entregar às disputas entre si, além de que seriam submetidos às direções partidárias; a eleição desviaria a atenção do enfrentamento aos donos da propriedade privada; e por fim, há o surgimento do "político profissional, um dos grandes inimigos das classes proletárias" (AD, 1946, nº7, p. 2).

Os políticos aparecem como alinhados à políticos importantes ou proprietários influentes e, para escalarem na hierarquia da cadeia de comando, acabam recorrendo "a baixezas, vilanias e crimes" (AD, 1946, nº7, p. 2). Iniciam como cabos eleitorais e aos poucos vão subindo na vida política, se candidatando como vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e ministros. Para garantir a eleição, "montam para seu uso e

uso de seus patrões, os homens de dinheiro, uma vasta máquina eleitoral que lhes assegura e entrega o parlamento" (AD, 1946, nº7, p. 2). O voto sendo prejudicial ao trabalhador, contra ele "devem erguer eficaz protesto praticando a greve do voto" (AD, 1946, nº7, p. 2).

Para a classe proprietária se defender contra os trabalhadores, Oiticica entendia que seria utilizada a violência organizada, e assim apareceria a feição militar do Estado. Inicialmente permitidas apenas reclamações superficiais que não representassem ameaças à ordem estabelecida, tão logo a exploração aumentasse, logo surgiriam motins e revoluções, e o Estado recrutaria setores do próprio proletariado como policiais e militares para preservar os interesses dos "ricasos contra os pobres" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Oiticica se põe a apresentar exemplos históricos desse papel repressivo. Ainda durante a Monarquia, o governo imperial, atendendo aos interesses dos proprietários de escravos, ordenou ao exército que capturasse aqueles que fugissem das fazendas; posteriormente, diante de Canudos, o Estado enviou "um exército de dez mil homens canhoneá-los e metralhá-los sem piedade" (AD, 1946, nº 8, p. 2). O Estado detém uma feição jurídica, isto é, uma regularização que formaria o amplo conjunto de leis, que podem ter origem tanto nas conquistas dos oprimidos contra

os opressores quanto "decretadas pelos fortes contra os pequenos, para garantia da sua exploração" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Dessa forma, Oiticica entendia que a legislação poderia servir tanto à dominação de classe quanto à resistência das classes oprimidas.

Durante a Idade Média, os donos de terras se opuseram aos reis, exigindo que os monarcas os consultassem para decisões, dando origem as chamadas cortes. Posteriormente, os ricos não-nobres também se rebelaram, iniciando-se os parlamentos. É na atividade parlamentar que se produzem as leis, porém a preocupação não é com o bem estar nacional, já que os legisladores "são os grandes possuidores ou seus apadrinhados" (AD, 1946, nº 9, p. 2). O Direito é o conjunto teórico e legislativo que garante a proteção da propriedade, ensinado como sagrada e intangível, agindo como "uma superstição que se entranha na alma do povo e o estupidifica" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

Para ensinar os cidadãos que aceitem pacificamente o regime social vigente, o Estado assumiria a função de pedagogo, sua outra feição. A idolatria política ensinaria às crianças e jovens o patriotismo, o respeito à propriedade, a crença nas instituições e "a obediência aos superiores hierárquicos" (AD, 1946, nº 9, p. 2). A educação estatal teria também a

intenção de formar operários instruídos para atender à demanda da indústria moderna. Oiticica observou nisso uma contradição útil, pois a instrução facilitaria "a propaganda libertária, podendo os proletários ler os folhetos, livros e jornais anarquistas" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

Outra feição estatal seria a religiosa, que teria como objetivo a submissão do povo ao fazer este acreditar em uma divindade que castiga os maus, "os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes" (AD, 1946, nº 10, p. 2). No Ocidente, a religião é o cristianismo, que atua em proteção do capitalismo, e portanto, "inimiga dos trabalhadores" (AD, 1946, nº 10, p. 2). Após a Revolução Francesa, o Estado passou a garantir a liberdade religiosa, o que em realidade significou reconhecer todas as religiões, recebendo em troca a "colaboração unânime da casta sacerdotal" (AD, 1946, nº 10, p. 2).

#### 4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Silva (2017) entendia que o anarquismo brasileiro se encontrava em um momento de reestruturação, e o *Ação Direta* servia como instrumento nas mãos de indivíduos e organizações em prol deste objetivo. Militantes de Porto Alegre chegaram a indicar este periódico como

uma ferramenta de aglutinação, e em parceria com *A Plebe*, cumpria um papel fundamental na promoção das ideias libertárias. A presença de textos de congressos internacionais e mesmo de grupos nacionais em defesa de organização anarquista revela certas preocupações dos anarquistas brasileiros. Uma delas, a solidariedade internacional, extremamente recorrente, com a coluna fixa de Manoel Peres sobre a situação da Espanha franquista, que provavelmente se devia por sua ascendência espanhola e por sua conversão ao anarquismo por contato com imigrantes também espanhóis (SILVA, 2017). O apelo aos operários nas lutas sindicais, as críticas aos políticos profissionais e à ideia de autoridade também foram considerados assuntos de destaque no periódico.

As traduções de anarquistas clássicos como Bakunin, Arshinov e Makhno – estes dois últimos de orientação plataformista - apontam uma inclinação a um discurso mais classista e de apelo organizacionista, insinuando uma possível simpatia a essa corrente e Silva (2017) argumenta que Oiticica era conhecido por exigir cumprimento de compromissos e disciplina militante. Apesar disso, a participação de *Germinal*, anarquista

individualista<sup>152</sup>, revelaria uma certa tolerância teórica, uma disposição pela conciliação e diversidade.

Nesse sentido, no texto de *Germinal, Abaixo a Guerra* (AD, 1946, nº 10, p. 1), é perceptível a recusa da palavra democracia enquanto um aspecto a ser buscado ou defendido. Ao contrário, era um ideal pelo qual se sacrificavam as liberdades dos indivíduos, não havendo nenhuma tentativa de disputa do termo. Isso provavelmente se deu pela perspectiva de influência sintetista e da ideia de libertação humana, na qual o individualismo possui uma presença relevante e, em alguns casos, concorre para ofuscar a preocupação com a classe trabalhadora. No entanto, era uma posição minoritária quando contrastada com as demais presentes nas páginas do jornal.

Outros anarquistas, como Edgar Leurenroth, reivindicavam a palavra democracia, buscando associar a ordem capitalista como contrária aos valores democráticos. A sociedade a ser buscada deveria se estruturar em cima de conselhos populares formados por trabalhadores organizados com participação direta. Isso, contudo, não negava a necessidade de articulações mais amplas - Antonio Carlos e Serafim Porto falavam da necessidade de

<sup>152</sup> O “anarquismo individualista” ou “anarco-individualismo” surge da interpretação de que as ideias de Stirner fariam parte da ampla tradição anarquista. Apesar de ser uma abordagem a-histórica, os anarquistas adeptos da Síntese regularmente reivindicaram as posições de Stirner (CORRÊA, 2012).

comissões executivas para cumprir as deliberações em assembleias.

A democracia representativa foi considerada ineficiente, corrupta e autoritária ao longo dos escritos dos diversos autores. Nos países capitalistas, as eleições serviriam apenas para produzir uma falsa sensação de participação entre os trabalhadores, mas o poder permaneceria nas mãos dos possuidores, como colocou Oiticica. O governo eleito seria apenas um instrumento nas mãos dos donos da propriedade privada, a classe capitalista, e nenhum candidato seria capaz de alterar a ordem social. O apadrinhamento e o coronelismo seriam intrínsecos ao sistema político, construindo uma rede de interesses nas quais os privilégios acabam nas mãos da casta de políticos profissionais. O liberalismo era apenas uma fachada de oligarquias e classes privilegiadas, que não possuíam receios em utilizar-se de métodos fascistas quando necessário. A convivência das potências ocidentais com o regime franquista era a melhor demonstração disso.

Por outro lado, a União Soviética não se apresentava como uma alternativa mais eficiente. Apesar da presença de eleições e de se reivindicar socialista, o Estado soviético era submetido à direção do Partido Comunista, cujos burocratas eram privilegiados. Longe de ser um verdadeiro socialismo, anarquistas o consideravam

como um Capitalismo de Estado, na qual o governo agia como um burguês.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de democracia é diversificada, podendo ser compreendida de diversas formas. Hegemonicamente, em nossa sociedade, é associada ao sistema liberal capitalista, ou seja, um governo representativo formado por políticos eleitos; no entanto, a ampla maioria dos escritos anarquistas, apresentados no jornal *Ação Direta*, caminha em sentido oposto. Democracia é vista como uma forma de governo popular na qual a população exerceria o poder sem intermediários, através de organismos deliberativos e instâncias compostos por delegados rotativos.

Havia a intenção evidente de se disputar a palavra e seu significado por parte dos anarquistas brasileiros, produzindo um novo sentido associado às posições socialistas e libertárias. A Democracia, para os anarquistas, quando exercida de maneira direta, valoriza a participação, rejeitando a noção de se alienar o poder de decisão em prol de um político profissional ou partido.

É em defesa dessa ideia de se praticar o autogoverno, ou autogestão, que o anarquismo se opõe às propostas de

outras forças políticas, como o marxismo representado no socialismo soviético. Anarquistas se viam como socialistas e colocados à esquerda no cenário político, mas entendiam que a igualdade social só poderia ocorrer caso não se reproduzisse a cisão entre governantes e governados.

O periódico fornece evidências que corroboram uma leitura mais rigorosa do Anarquismo, para além de interpretações errôneas e estereótipos equivocados, apontando-o como uma importante fonte de teoria política contemporânea.

## 6. FONTES

- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 4.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 5.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 6.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 7.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 8.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 9.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 10.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 11.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 12.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. hedra, 2015.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. 2003.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: USP (*Mudança Social e Participação Política*), 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: *Ciências Humanas*, p. 68, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. São Paulo, 2007, p. 253, *Projeto História*, n. 35.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. Contexto, 2001.

LOSURDO, Domenico. *O que é o liberalismo? Por uma contra-história.* movimento-revista de educação, n. 10, 2004.

LÖWY, Michael. Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. Tradução Úrsula Passos. In: *Jornal Correio do Brasil*. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/destaque-do-dia/lowy-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extremadireita-europeia/710826/>> Acesso em 11/08/2019.

LÖWY, Michael. *A extrema-direita: Um fenômeno global*. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-fenomeno-global/>> Acesso em: 11/08/2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina De. *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 260-263 p.

MEIRELES, Ana. Le Pen muda a página do partido com um objetivo: chegar ao poder. *Diário de Notícias*, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/le-pen-muda-a-pagina-do-partido-com-um-objetivo-chegar-ao-poder-9178788.html>>. Acesso em: 11/08/2019.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo-antigo e moderno*. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2016.

PEDRO, Felipe Corrêa et al. "Unidade real de pensamento e ação": teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin. 2019.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Editora Prismas, 2017.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Apresentando Chama Negra*, 2013 (2009). Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/08/michael-schmidt-e-lucien-van-der-walt-apresentando-chama-negra.pdf>. Acesso em: 04/03/2018.

ZICMAN, Renée B. *História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas*. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.

# RESENHA

REVISTA ESTUDOS LIBERTÁRIOS UFRJ | ABRIL 2021

## “SEMEAR PARA COLHER”: EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL A VOZ DO TRABALHADOR

Beatriz Rodrigues Silvério<sup>153</sup>

Originalmente produzida como dissertação de mestrado, defendida no ano de 1995 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a pesquisa da Profa. Dra. Célia Maria Benedicto Giglio foi publicada pela primeira vez em 2019 pela editora Alameda. Produzida em um momento no qual o tema da educação relativa à classe operária aparecia de forma ainda bastante tímida, o trabalho inovou na abordagem fora do enfoque escolar ao voltar-se para a educação impressa nas páginas de um jornal operário, no caso *A Voz do Trabalhador* (1908- 1915). Sua recente publicação mostra que há muito a se explorar na história do objeto e que segue relevante falar sobre as experiências educacionais que se pretenderam libertadoras das classes exploradas.

O trabalho original foi incorporado em algumas pesquisas posteriores, especialmente voltadas ao tema da educação libertária na área da História da Educação, um campo que cresceu vertiginosamente nos anos após o mestrado

de Célia Maria Benedicto Giglio.

Acreditamos que a publicação em livro trará mais visibilidade a pesquisa e, paralelamente, maior incorporação. Cabe destacar que a autora não nos informa se ou de que maneira o conteúdo foi atualizado para ser publicado. O que traz aos leitores um sentido de atualização foi a apresentação, escrita pela Prof. Dr. Marta Maria Chagas de Carvalho, e o prefácio de autoria da Prof. Dr. Lisete R. G. Arelaro, nos quais ambas ressaltam a contemporaneidade e relevância do tema.

Distribui-se ao longo de quatro partes o desenvolvimento da pesquisa, contando ainda com introdução e uma conclusão intitulada “*Dos Sonhos*”, que fecha o livro abrindo estradas para o porvir: “O que se espera está para diante; os sonhos não vivem o nosso tempo, eles se rebelam e resistem à crueza dos caminhos.” (GIGLIO, 2019: 216).

Em movimento contrário a uma historiografia da educação, que segundo a autora, privilegiava acontecimentos

---

<sup>153</sup> Mestranda em História (PPGH), na linha de pesquisa Instituições, Vida Material e Conflito na UNIFESP. Bacharel em História pela Universidade Cruzeiro do Sul.



considerados relevantes quando incluídos na esfera da história oficial, o livro pretende ocupar-se da educação inserida no campo material, buscando entender como acontece entre as “criaturas comuns” a prática educativa e a transmissão de saberes imprescindíveis a sobrevivência, sem perder de vista as formas como essas pessoas e suas práticas se relacionam com as instituições.

O grupo de “criaturas comuns” escolhido pela autora nesta missão foi a classe trabalhadora formada nos inícios do século XX, que estava vivenciando um recente processo de transição para o trabalho livre nas cidades que se formavam. O objeto é a imprensa operária, especificamente o jornal *A Voz do Trabalhador*, em suas duas fases: a primeira iniciada em 1908 com duração até 1909 e a segunda compreendendo de 1913 a 1915. Lendo as diversas camadas do jornal, identificando as lutas e tensões impressas nele, Célia Maria Benedicto Giglio (2019: 21) encontra um projeto educativo marcadamente anarquista. Assim como o jornal que apesar de ser impresso no Rio de Janeiro pretendia dar conta do proletariado nacional com abordagem

transnacional, o espaço geográfico da autora tem como foco as duas grandes cidades que se industrializavam no período, Rio de Janeiro e São Paulo, mas perpassa por outros locais.

A educação a ser tratada no livro se desvincula da oferecida nas escolas, tanto mantidas pelo Estado quanto pela Igreja. Ao longo do século XX houve uma progressiva preocupação dos governos brasileiros com a instrução das camadas populares, algo que não acontecia antes da instauração da República, momento no qual a escola pública foi criada de fato. Era necessário um povo bem preparado, que amasse o trabalho e respeitasse a propriedade privada para construção da pátria ideal. E o povo seria bem preparado através de um modelo educacional escolarizado, que segundo os anarquistas, fazia manutenção da ordem instituída, permitindo aos trabalhadores apenas o acesso limitado ao conhecimento.

Em contraponto a essa educação tida como oficial, livres pensadores e anarquistas como Sébastien Faure, Paul Robin e Francisco Ferrer y Guardia<sup>154</sup> desenvolveram outras formas de se educar

<sup>154</sup> Na última década do século XIX, Paul Robin dá corpo às teorias em educação libertária que fermentavam décadas antes, ao se tornar diretor do Orfanato *Prévost*, de Cempuis. Sébastien Faure cria, em 1904, também na França, *La Ruche* (A colméia), inspirado nos ideais pedagógicos de Robin. A Escola Moderna de Barcelona foi inaugurada por Francisco Ferrer y Guardia em setembro de 1901. Estes três pensadores tinham em comum o ideal de uma instrução integral, que abordava atividades tanto manuais quanto intelectuais, e a coeducação de classes e gêneros (GALLO, 1990).

partindo de uma abordagem racional, científica e libertária, a fim de alcançar a formação integral de indivíduos autônomos e com pensamento crítico, cuja livre consciência os levaria a construir um projeto de existência coletiva sem exploração de classe. As teorias e as experiências desenvolvidas por estes três intelectuais espalharam-se pelo mundo de forma transnacional e inspiraram a criação de diversas escolas.

As ideias revolucionárias oriundas do pensamento europeu ganharam espaço entre os trabalhadores no Brasil no período que compreende os finais do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX com a chegada de imigrantes trazendo na bagagem um acúmulo de ideias e experiências socialistas e anarquistas. Em confluência aos trabalhadores nacionais, ainda vivenciando a transição para o trabalho livre, as ideias tomaram corpo e foram adaptadas às condições materiais vivenciadas pela classe operária. É neste cenário que se desenvolve a pesquisa de Célia Maria Benedicto Giglio.

Na primeira parte, intitulada “*A construção de uma identidade operária*”, podemos conhecer a metodologia com a qual a autora desenvolve a pesquisa em busca das experiências educacionais desenvolvidas pelo operariado, utilizando

uma aproximação entre a memória e a história pública, entendendo o próprio jornal como um *lugar de memória* (GIGLIO, 2019: 26). Assim, ela reconstrói a história do período a ser abordado, ligando a memória das pessoas escravizadas à posterior classe de trabalhadores imigrantes que adentrariam o país, desenhando esse processo de transição no espaço físico do Rio de Janeiro. O anarquismo e o socialismo são apresentados por ela como as correntes ideológicas que ganharam espaço proeminente entre o movimento operário.

Dando continuidade a obra, a abertura da segunda parte, “*Circulação e usos do impresso*”, usa o espaço físico dos cortiços, moradia comum da população pobre do período, para um exercício comparativo entre as tramas de luta por liberdade estabelecidas pela população negra do Rio de Janeiro e a construção do imigrante europeu operário de São Paulo, que se deram entre os cômodos apertados do morar coletivo. A partir desse contexto, a autora traça o cenário de condições precárias de alfabetização do período e a relevância que o hábito de leitura passou a assumir no espaço urbano como uma marca de influência cultural dos imigrantes.

O impresso é entendido pelos idealistas como um espaço de resistência.

Daí a importância que os livros ocupam, o que se refletiu na criação de bibliotecas organizadas por operários em vários locais do Brasil, encontradas pela autora em notícias do *A Voz do Trabalhador*. Nessa equação, o jornal tem um papel privilegiado, pois além de divulgar espaços onde o trabalhador poderia ter acesso a materiais de leitura, ele mesmo se configurava como um espaço de propaganda de ideias revolucionárias. Além disso, se incentivava que este hábito assumisse característica coletiva, com a criação de uma rede de multiplicadores potenciais (GIGLIO, 2019: 77). O jornal indicava a seus leitores que repassassem os exemplares lidos – inclusive “esquecendo-os” em espaços públicos – e que o lessem a quem não pudesse acessar a palavra impressa. A característica coletiva também aparece relativa à manutenção do próprio jornal, que para ser feita necessitava de uma rede de solidariedade, mantida através de assinaturas, listas de subscrição e eventos voltados a arrecadar fundos.

A maneira como o jornal se mantinha financeiramente é um relevante gancho para a terceira parte, “*Uma demonstração de resistência*”. O jornal *A Voz do Trabalhador* teve como origem o 1º Congresso da Confederação Operária, realizado em 1906 no Rio de Janeiro. A criação de um órgão de propaganda com

cobertura do proletariado nacional constava nas bases de acordo do congresso, porém materializou-se apenas em 1908, quando foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB). Esse espaço de tempo entre a decisão de criação do jornal e a sua concretização está relacionado a um problema que foi enfrentado pela comissão que o manteve ao longo de sua existência: a falta de recursos financeiros. Essa questão é detalhadamente abordada pela autora ao longo do capítulo, demonstrando uma recorrente crise financeira em ambas as fases de publicação, diretamente relacionadas às dificuldades enfrentadas pela COB, e os esforços empreendidos pelos envolvidos na tentativa de contorná-la.

Ainda neste bloco, os textos publicados pelo jornal recebem atenção especial com o exame acerca das tendências políticas que nele apareciam. Célia Maria Benedicto Giglio (2019: 128) identifica a predominância anarquista, o que fazia dele “não um jornal anarquista no sentido de que lá só existia espaço para as posições anarquistas, mas um jornal que confere, que consegue imprimir uma linha anarquista no tratamento que dá às posições diferentes que têm espaço contemplado no jornal”. Ela apresenta os principais objetos de crítica dos textos – Igreja, Estado, Polícia, Guerra –, as mudanças visíveis na abordagem das

fases e um relevante fato em outubro de 1909, com o fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo catalão criador da Escola Moderna, que gera uma onda de comoção mundial, e rebate na abordagem educacional de *A Voz do Trabalhador*. Conferimos também que essas críticas e lutas do movimento operário não aconteciam de forma ileso, pois a autora relata em seu texto as perseguições policiais e prisões enfrentadas por ativistas ligados a ele.

“Ler e dar a outrem ler *A Voz do Trabalhador* é fazer propaganda, é semear para colher”. Este lembrete insistentemente publicado no jornal é um mote para a análise de Célia Maria Benedicto Giglio. A metáfora nomeia a última parte, “*Sementes da nova sociedade*”, a qual aborda diretamente as estratégias adotadas pelo jornal a fim de configurar sua própria dimensão educativa. A autora reafirma o jornal enquanto um espaço educacional, sendo a escola “apenas uma das formas possíveis de educação. Na vida, reside a educação por excelência.” (GIGLIO, 2019: 158). Ela dedica-se a analisar a mudança de abordagem do jornal provocada pela morte de Francisco Ferrer y Guardia, pois após este acontecimento o que passou a figurar em suas páginas foi a tendência de educação racionalista. Anteriormente essa ideia não aparecia nas páginas do jornal,

mas já se propagava um saber laico e anticlerical, valorizando a ciência e visando a libertação individual e coletiva de forma autônoma.

Centros culturais, bibliotecas, e até os sindicatos, são abordados como espaços nos quais paralelamente construiu-se uma cultura operária e combateu-se a outra cultura considerada danosa para o proletariado, como o futebol, o carnaval e o incentivo ao consumo de bebidas alcoólicas. Conheceremos ainda nesse capítulo um levantamento da autora de 18 escolas operárias espalhadas pelo país em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Alagoas, noticiadas por *A Voz do Trabalhador*, com especial abordagem sobre as Escolas Modernas e a Escola Nova, fundadas em São Paulo.

Apesar de não dedicar uma análise detalhada aos sujeitos que faziam o jornal e produzia seu conteúdo, Célia Maria Benedicto Giglio nos apresenta nomes de algumas pessoas envolvidas nesse processo. Entre eles, João Leuenroth aparece no livro como um dos responsáveis diretos pelo jornal, integrando a Comissão Confederal responsável pela sua edição. Neno Vasco, anarquista de origem portuguesa, é um dos colaboradores citados, com seus escritos que versavam

principalmente sobre o sindicalismo. Outro é Florentino de Carvalho – pseudônimo de Raimundo Primitivo Soares –, apresentado como professor nas escolas libertárias em São Paulo, cujo artigo *Necessidade do ensino racionalista* é submetido à análise da autora, e nele o espanhol apresenta uma crítica ferrenha ao ensino oficial, que deveria ser combatido e substituído pelo método racional, com educação integral, visando ao mesmo tempo corpo e mente.

Um aspecto apresentado no livro é a disputa ideológica dentro da classe operária. A autora identifica a primária dificuldade para organizar o proletariado devido a questões oriundas das diferenças de nacionalidade, com o trabalhador nacional muitas vezes sendo visto como “fura greve”. Além desse entrave os grupos de tendência anarquista, aqui representados por *A Voz do Trabalhador*, estavam em constante disputa com aqueles de tendência socialista, um caso que pode ser representado pelos debates entre as páginas do jornal libertário e a “Coluna Operária” do periódico *Época* (GIGLIO, 2019: 120). Existia ainda outra linha que tentava angariar a consciência proletária, partidária da corrente reformista, a qual estava alinhada a Confederação Brasileira do Trabalho que nasceu do Congresso Amarelo organizado em 1912 (GIGLIO, 2019:143).

A fonte principal de Célia Maria Benedicto Giglio é o jornal *A Voz do Trabalhador*, como já apresentado, tendo sido consultadas as edições de suas duas fases. Outra fonte primária que aparece com frequência na pesquisa é o livro *Belenzinho, 1910 (Retratos de uma época)* de Jacob Penteadó. A costura entre as duas é feita através de obras que abordam o período histórico, a classe operária, a educação e em específico as experiências em educação operária, constando dois livros atualmente consagrados como clássicos sobre o tema: *Educação e movimento operário no Brasil* (1987) de Paulo Ghiraldelli Jr. e *Uma educação para a solidariedade: contribuições ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha* (1990) de Regina Celia Mazoni Jomini, além de um artigo de Flávio Luizetto sobre a presença das ideias de Francisco Ferrer y Guardia no Brasil.

Devido ao foco da pesquisa ser o conteúdo do jornal, não temos uma grande incursão nas atividades educativas noticiadas por ele para além do conteúdo disponível em suas páginas. Essa característica não configura um ônus e certamente abriu muitas possibilidades investigativas para pesquisadores que a consultaram posteriormente. Porém, pode-se levar em consideração que um

aprofundamento nas teorias educacionais libertárias e anarquistas acrescentaria muito ao conteúdo produzido pela autora, pois colocaria em perspectiva histórica a educação emancipadora reproduzida pelo jornal. A abordagem mais acurada em relação ao emprego da educação como tática dentro do sindicalismo revolucionário, e até mesmo a diferenciação entre este o anarco-sindicalismo<sup>155</sup> abriria uma série de possibilidades não exploradas pela autora.

O trabalho de Célia Maria Benedicto Giglio deixa evidente o rico material documental oferecido por *A Voz do Trabalhador*. A imprensa ocupa um espaço privilegiado quando o tema é história e história da educação operária, especialmente a de tendência anarquista. Diante de uma escassez documental e da dificuldade de se trabalhar com memória oral, devido à distância temporal, os jornais contam as ideias que circulavam entre os trabalhadores e pessoas aliadas à causa, apresentam-nos os sujeitos envolvidos nesse processo, muitas vezes ocultos sob pseudônimos, o que diz muito sobre as condições enfrentadas por aqueles que

sonhavam com a emancipação do proletariado através da supressão de todas as hierarquias que subjogavam alguns grupos em detrimento de outros.

Embasado no que apresentamos nesta resenha, reforçamos a contemporaneidade de se olhar para as possibilidades educativas que ultrapassam os muros da escola, adotando a potência criativa para criação de outros métodos e formas que se pretendam críticos e libertadores, desvinculando a educação de dogmas religiosos e aproximando-a das “verdades provisórias” produzidas pelas ciências. “O conhecimento é instrumento de luta não só para a construção de outra ordem social, mas é também, e talvez principalmente, para resistir a uma ordem que objetivamente cada vez mais afasta as possibilidades de emancipação.” (GIGLIO, 2019: 213).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. (2015), *A Confederação Operária Brasileira e sua militância*. In: MARQUES,

<sup>155</sup> Devido a falta de informação sobre atualização da pesquisa para a publicação recente, e a ausência da incorporação desse debate, consideramos válido que as pessoas leitoras do livro busquem revisões historiográficas mais recentes relativas ao emprego das definições anarco-sindicalista – ou anarcossindicalista – e sindicalista revolucionária em relação ao Primeiro Congresso Operário de 1906 e à COB. Para tal, recomendamos as obras de Edilene Toledo (2004) e Alexandre Samis (2018), que apresentam duas abordagens diferentes sobre a questão. Felipe Correia (2011) apresentou uma visão crítica sobre o trabalho de Toledo e sintetizou o debate sobre o tema a partir de uma abordagem global. Para melhor compreensão acerca da história da COB cabe ainda a recomendação do texto de Claudio Batalha (2015).

Antonio José. Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos; Rio de Janeiro/São Paulo; Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores – CUT; . pp. 71 - 89.

CORREA, Felipe. (2011), Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. In: CORREA, Felipe. Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular; São Paulo; Faísca.

GALLO, Silvio (1990). Educação Anarquista: por uma pedagogia do risco. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. (2019) Imprensa operária e educação nos inícios do século XX: O jornal A Voz do Trabalhador. 1. ed. São Paulo: Alameda.

GHIRALDELLI JR, Paulo. (1987) Educação e movimento operário. São Paulo: Cortez.

JOMINI, Regina Celia Mazoni. (1990) Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na

Republica Velha. Campinas: Pontes.

TOLEDO, Edilene. (2004) Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945). Campinas: Editora da UNICAMP.

SAMIS, Alexandre. (2018) Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. São Paulo: Intermezzo.

SAVIANI, Dermeval. (2007) História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados.

REVISTA ESTUDOS LIBERTÁRIOS UFRJ

*APOIO*

CPDEL UFRJ

OTAL UFRJ



CPDEL UFRJ



cpdel.ufrj



cpdelufrj



cpdel.ifcs.ufrj.br